

Género e Pobreza

Impacto e Determinantes da Pobreza no Feminino

A edição de *Género e Pobreza* reúne dois estudos realizados por uma equipa do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, no âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia, em 2007. O primeiro debruça-se sobre a pobreza no feminino em Portugal, apresentando uma caracterização actual deste fenómeno; o segundo refere-se à proposta de indicadores comuns ao conjunto dos Estados-membros da União Europeia no propósito da avaliação e implementação da Plataforma de Acção de Pequim na sua área crítica “As Mulheres e a Pobreza”.

Estes trabalhos pretendem contribuir para um maior conhecimento da problemática da pobreza no geral apresentando uma abordagem inovadora ao caracterizá-la na vertente específica da pobreza no feminino.

A presente publicação recebe o financiamento do POPH, programa que concretiza a agenda temática para o potencial humano inscrito no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), 2007-2013, através do Eixo Prioritário 7 – Igualdade de Género.

José António Pereirinha (coord.)
Francisco Nunes
Amélia Bastos
Sara Falcão Casaca
Rita Fernandes
Carla Machado



Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
Presidência do Conselho de Ministros



PROGRAMA OPERACIONAL POTENCIAL HUMANO



QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL
PORTUGAL 2007-2013



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu



Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
Presidência do Conselho de Ministros

José António Pereirinha

Professor Catedrático do Departamento de Economia do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (ISEG-UTL). Actualmente desempenha funções de Presidente do Conselho Científico do ISEG-UTL, onde lecciona disciplinas de Economia e de Política Social. Tem feito investigação, coordenado equipas de investigação, orientado doutoramentos e publicado nas áreas da análise das políticas sociais, desigualdades do rendimento, pobreza e exclusão social, história do Estado-providência e comparação internacional de políticas sociais.

Francisco Nunes

Professor Auxiliar do Departamento de Economia do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (ISEG-UTL) e membro e investigador da UECE (Unidade de Investigação sobre Complexidade e Economia). As suas principais áreas de interesse na investigação centram-se na pobreza e exclusão social, política social, indicadores sociais e economia social.

Amélia Bastos

Professora Auxiliar do Departamento de Matemática do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (ISEG-UTL), e membro e investigadora do CEMAPRE (Centro de Matemática Aplicada à Previsão e Decisão Económica). Tem desenvolvido a sua investigação na área da economia social. Tem desenvolvido trabalhos no domínio da pobreza infantil, das metodologias de quantificação da pobreza e da análise das questões de género no âmbito da pobreza e exclusão social.

Sara Falcão Casaca

Professora Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais (Secção de Sociologia) do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (ISEG-UTL), e membro e investigadora do SOCIUS (Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações). As suas temáticas de investigação, no âmbito da Sociologia do Trabalho e Relações de Género, têm incidido sobre a flexibilização de emprego e de tempos de trabalho, as desigualdades de género e a articulação entre a vida profissional e a vida familiar.

Rita Fernandes

Mestre em Economia e Política Social pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (ISEG-UTL), é especialista em monitorização e avaliação para a área da educação na UNICEF em Timor-Leste. Trabalhou anteriormente como economista no Gabinete de Estudos, Estatística e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Segurança Social. É investigadora do CISEP e do CIES. As suas áreas de investigação actuais centram-se na pobreza, privação, pobreza infantil, direitos das crianças, monitorização e avaliação de políticas públicas.

Carla Machado

Mestre em Estatística e Gestão de Informação pelo Instituto Superior de Estatística e Gestão da Informação da Universidade Nova de Lisboa (ISEGI-UNL) e membro do CEMAPRE (Centro de Matemática Aplicada à Previsão e Decisão Económica). Ex-colaboradora do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Segurança Social e actualmente Técnica Superior Especialista no Departamento de Informação e Estatística do ICP-ANACOM. Autora de várias publicações nas áreas da pobreza e do emprego. Principais temas de investigação: métodos estatísticos de análise multidimensional da pobreza, indicadores sociais e mercado de trabalho.



Colecção estudos de género 4



Género e Pobreza

Impacto e Determinantes
da Pobreza no Feminino

José António Pereirinha (coord.)

Francisco Nunes

Amélia Bastos

Sara Falcão Casaca

Rita Fernandes

Carla Machado



Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
Presidência do Conselho de Ministros

Lisboa, 2008

FICHA TÉCNICA

Título: Género e Pobreza: impacto e determinantes da pobreza no feminino

Autores: José António Pereirinha (coordenação), Francisco Nunes, Amélia Bastos, Sara Falcão Casaca, Rita Fernandes, Carla Machado

Capa: Susana Santa Clara

Editor: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

Preparação da Edição e Revisão de Provas: Isabel de Castro

Paginação, Impressão e Acabamento: Offsetmais Artes Gráficas, S.A.

Tiragem: 2.000 exemplares

ISBN: 978-972-597-305-9

Depósito Legal: 285218/08

Lisboa, Novembro de 2008

Nota prévia

A problemática da pobreza tem vindo a ganhar uma atenção crescente tanto no plano nacional como a nível da União Europeia e da comunidade internacional. Esta atenção revela-se no esforço de um conhecimento mais aprofundado sobre o fenómeno, procurando identificar as suas causas, extensão e características – e tentando encontrar as melhores práticas para a combater. Não obstante, o esforço para saber mais e actuar melhor contra a pobreza, nem sempre se fez uma abordagem deste fenómeno segundo uma perspectiva de género.

A integração da perspectiva de género na pobreza leva-nos a concluir que o fenómeno não é neutro, já que é vivido diferentemente por homens e mulheres:

As mulheres são as mais atingidas pela pobreza.

O grau de pobreza das mulheres é superior ao dos homens.

E existe uma tendência para o crescimento da pobreza no feminino.

Para as mulheres, as trajectórias de pobreza são, também, mais longas, porque elas se encontram estreitamente ligadas aos encargos com a família e ao trabalho doméstico.

A agravar os riscos de pobreza das mulheres, verifica-se a existência de uma oferta insuficiente de estruturas de enquadramento das crianças, dos idosos e de dependentes. Nem sempre acessíveis e ajustadas às necessidades das famílias, estas estruturas não contribuem, em grau satisfatório, para diminuir a carga de trabalho e sacrifício que pesa sobre as mulheres em situação de carência. Na ausência ou insuficiência de tais apoios, as mulheres são levadas a reduzir o tempo dedicado a um trabalho remunerado e, em muitos casos, são compelidas a renunciar a ele.

As mulheres não só consagram mais tempo que os homens a actividades não remuneradas, mas têm também mais dificuldades de acesso e progressão no mercado de trabalho. Quando precisam de recurso ao crédito, confrontam-se com maiores restrições do que os homens, com reflexos muito negativos sobre a capacidade de criação de auto emprego e de empresas.

Torna-se claro, neste quadro, que as mulheres vivem uma situação de défice em matéria de direitos sociais. Quando chega o momento de beneficiar das suas pensões de reforma, confrontam-se com montantes claramente insuficientes, porque múltiplos factores contribuíram para a desvalorização dos seus descontos. Falamos das desigualdades salariais entre mulheres e homens, da sua maior presença na faixa dos salários mínimos, das diferenças de integração no mercado de trabalho, sempre em detrimento das mulheres, de uma maior presença das mulheres nos contratos precários, das interrupções nos seus percursos profissionais em virtude dos cuidados prestados à família.

Alguns grupos de mulheres são ainda mais vulneráveis: as jovens, as idosas, as reformadas, as portadoras de deficiência, as mulheres há mais tempo sem emprego e economicamente inactivas, as habitantes das zonas rurais, as que integram famílias monoparentais, as mulheres que abandonaram a escola cedo demais ou as que não têm formação profissional. E, ainda, as vítimas de violência doméstica ou as migrantes. A globalização deu lugar a um aumento da imigração legal e ilegal, acompanhada de formas de trabalho precário, não declarado, que apresentam diferenças salariais em função do sexo superiores às registadas no sector formal, sem falar da ausência de cobertura social e de reformas.

O trabalho aqui publicado é precisamente inovador na abordagem da problemática da pobreza porque a associa às desigualdades de género. Reúne dois estudos da responsabilidade da equipa liderada pelo Professor Doutor José António Pereirinha, do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, no âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia, no segundo semestre de 2007. O primeiro estudo apresenta uma caracterização actual da pobreza no feminino em Portugal; o segundo fundamenta a proposta de indicadores comuns ao conjunto dos Estados-Membros da União Europeia no propósito da avaliação e implementação da Plataforma de Acção de Pequim na sua área crítica “As Mulheres e a Pobreza”.

Estes estudos devem servir-nos de exemplo. As desigualdades de género estão no cerne do fenómeno de feminização da pobreza, pelo que se torna imperativo integrar esta perspectiva nos estudos que realizamos para melhor conhecer e combater o fenómeno. Esta é uma orientação que urge aplicar de forma sistemática.

Elza Pais
Presidente da Comissão para a
Cidadania e Igualdade de Género

Índice

Nota Prévia	3
Introdução	7

PARTE I POBREZA NO FEMININO EM PORTUGAL

1. Introdução	11
2. Análise teórica da pobreza no feminino	13
3. Opções conceptuais	17
3.1. Conceitos de pobreza	17
3.2. Principais grupos de análise	20
4. Opções metodológicas de medição	23
4.1. Medição da pobreza monetária	24
4.2. Medição da privação	37
5. A pobreza no feminino em Portugal: 1995 – 2001	41
5.1. Natureza dos dados e opções de análise	41
5.2. Pobreza monetária	46
5.3. Privação	53
6. Conclusão	61

PARTE II POBREZA NO FEMININO NA UE: UMA NOVA BATERIA DE INDICADORES

1. Introdução	67
2. As mulheres e a pobreza na UE: breve enquadramento	71

3. Opções conceptuais	77
3.1. Limitações dos estudos clássicos e desafios	77
3.2. Um conceito multidimensional de pobreza	78
4. Questionário sobre “Mulheres e Pobreza” na União Europeia	83
4.1. Objectivo e estrutura do questionário	83
4.2. Resultados e análise do questionário	85
5. Proposta de indicadores de pobreza entre as mulheres	89
5.1. Uma proposta inicial	89
5.2. Proposta final de indicadores	94
6. Futuros desenvolvimentos	99
Bibliografia	101
Anexos	111

Introdução

A globalização das economias, as mutações registadas no mercado de trabalho, os fluxos migratórios e as alterações na composição e papel da família tornaram mais complexa a problemática da pobreza, quer através do surgimento de novas manifestações do fenómeno como do seu agravamento, em certos contextos.

A pobreza e a exclusão social constituem problemas marcantes da sociedade contemporânea, presentes em todas as regiões do globo. O número de pessoas que vivem em situação de forte precariedade, que estão fora dos circuitos de produção e de consumo, que se encontram impossibilitadas de participar na vida económica, política, social e cultural é significativo. As estatísticas do Eurostat reportam que cerca de 16% da população da UE-25 estavam em risco de pobreza monetária¹ em 2005.

Fenómeno pluridimensional que não se confina nem se esgota na escassez de rendimento, a pobreza manifesta-se de forma diferenciada consoante o contexto económico-social e assume especificidades próprias, em determinados grupos populacionais. Nos países mais pobres a pobreza tem fundamentalmente um carácter absoluto, enquanto incapacidade de satisfação de necessidades básicas. Nas sociedades mais desenvolvidas a pobreza manifesta-se essencialmente de forma relativa, enquanto impossibilidade de viver de acordo com o padrão de vida dominante.

Em termos demográficos o fenómeno da pobreza não é neutro. De facto, é possível identificar subgrupos da população particularmente vulneráveis à pobreza, quer em termos de idade (as crianças e os idosos) como em termos de género (as mulheres).

A generalidade dos estudos realizados sobre a problemática da pobreza analisa as especificidades do problema à luz de critérios geográficos, decorrentes do contexto económico-social, e em termos de idade. Porém, são escassas as análises compreensivas do fenómeno que integrem uma perspectiva de género.

¹ Um indivíduo encontra-se em risco de pobreza monetária quando o seu rendimento equivalente está abaixo do limiar de pobreza (aqui definido como 60% do rendimento mediano por adulto equivalente), como se poderá ver em maior detalhe mais adiante.

Este livro pretende ser um contributo visando colmatar este défice de conhecimento reunindo, num volume único, dois estudos realizados por uma equipa de investigadores do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, em 2007, no âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia.

Num dos estudos, apresentado na Parte I, pretende-se efectuar uma caracterização actual da pobreza no feminino em Portugal. São consideradas duas abordagens na caracterização da pobreza: uma abordagem “indirecta”, baseada em critérios de natureza monetária (rendimento) e uma abordagem “directa”, baseada na análise da privação, usando um conjunto de indicadores de bem-estar. A comparação da realidade feminina com a população total e com a população masculina permite conhecer a especificidade da realidade da pobreza numa perspectiva de género em Portugal. Esta análise será feita segundo duas perspectivas: estática e dinâmica, comparando a realidade do fenómeno nos anos de 1995 e 2001, permitindo assim introduzir, nesta análise, a dimensão da mobilidade da pobreza.

O estudo que se apresenta na Parte II, pretende fundamentar uma proposta de indicadores comuns a todos os Estados-Membros da União Europeia que permitam acompanhar e avaliar a implementação dos objectivos estratégicos e medidas constantes na área crítica da Plataforma de Acção de Pequim “*As Mulheres e a Pobreza*” e que facilitem uma melhor compreensão do fenómeno de pobreza no contexto europeu.

Após a realização da Conferência Internacional sobre a Mulher, em Pequim no ano de 1995, o Conselho Europeu de Madrid realizado em Dezembro de 1995 decidiu sobre a revisão anual da implementação, nos Estados-Membros, da Plataforma da Acção de Pequim. Em Dezembro de 1998, o Conselho Europeu decidiu que se faria anualmente uma avaliação da implementação da Plataforma da Acção de Pequim, incluindo uma proposta de um conjunto de indicadores sobre cada uma das áreas críticas nela incluídas. Coube à Presidência Portuguesa tratar a área crítica “*As Mulheres e a Pobreza*”. Estes estudos, que se juntam neste volume, são a contribuição deste grupo de investigadores para a realização deste trabalho.

PARTE

Pobreza no
feminino em Portugal



1.

Introdução

A importância da pobreza no feminino, quer pela sua dimensão como pelas implicações que lhe estão subjacentes², sugere a necessidade de um conhecimento/diagnóstico deste fenómeno. Neste âmbito, pretende-se com o presente estudo, descrever e analisar a problemática da pobreza no feminino em Portugal, contribuindo-se para:

- Analisar e quantificar a sua dimensão;
- Caracterizar as suas diversas formas de manifestação;
- Identificar os processos de causalidade que lhe estão subjacentes.

Este estudo integra uma concepção pluridimensional do fenómeno da pobreza considerando, para além da concepção monetária clássica, a perspectiva da privação enquanto análise das condições de vida das mulheres.

Este documento encontra-se estruturado em quatro partes. Em primeiro lugar, faz-se uma análise dos principais eixos de desenvolvimento teórico no âmbito dos estudos sobre a problemática da pobreza no feminino e apresentam-se as opções conceptuais tomadas, delimitando-se o conceito de *mulher pobre* a ser adoptado neste trabalho. Na secção seguinte expõem-se as diferentes metodologias adoptadas para a análise empírica da pobreza no feminino, diferenciando as perspectivas estática e dinâmica da pobreza monetária e privação. Reserva-se para a secção seguinte uma breve apresentação da natureza dos dados e as principais opções de análise tomadas, seguindo-se a análise da problemática da pobreza no feminino em Portugal com especial relevo para a incidência, intensidade, severidade e persistência das situações de pobreza. Finalmente são apresentadas as principais conclusões do estudo e eventuais trabalhos futuros que permitam continuar a avaliar este fenómeno.

² Uma análise detalhada sobre a importância desta problemática é feita na Parte II deste livro.

2.

Análise teórica da pobreza no feminino

Os estudos clássicos sobre a pobreza centram-se na observação do agregado familiar. As metodologias baseadas no conceito de rendimento equivalente partem do pressuposto que os rendimentos da família são igualmente repartidos por todos os seus membros, hipótese controversa e que não corresponde necessariamente à realidade. Estes estudos exploram exaustivamente o conceito de pobreza de cariz monetário ou seja, resultante da escassez de recursos monetários, negligenciando outras áreas, de carácter material e imaterial ou mesmo de cariz subjectivo que, conjuntamente com o rendimento, traduzem o carácter multidimensional do fenómeno da pobreza.

Só nos finais da década de 70 é que os trabalhos pioneiros de Peter Townsend vieram introduzir uma nova vertente nos estudos sobre a pobreza – a privação – a partir da análise directa das condições de vida dos indivíduos. Esta nova metodologia realçou a pluridimensionalidade do fenómeno da pobreza e da exclusão social. Recentemente, a perspectiva dinâmica introduziu o registo do ciclo de vida nestes estudos.

Na generalidade dos trabalhos realizados no âmbito da problemática da pobreza a perspectiva do género não é considerada, limitando o alcance analítico destas investigações. De facto, as opções metodológicas normalmente adoptadas nos estudos clássicos não são neutras em termos de género, senão vejamos:

- A adopção da noção de agregado não evidencia as situações de pobreza ocultada de alguns membros da família, nomeadamente daqueles que detêm tradicionalmente menor poder, como sejam as mulheres e as crianças.
- A atribuição de rendimento equivalente das mulheres idêntico ao dos homens é uma hipótese fortemente controversa, dadas as diferentes formas de obtenção e gestão dos recursos financeiros que poderão existir dentro da família e que muitas vezes conferem uma posição desfavorável à mulher.
- A análise agregada das condições de vida e a inexistência de indicadores específicos de privação por género pode escamotear situações de privação vivenciadas de forma diferenciada no seio da família, designadamente pelas mulheres, que tradicional e culturalmente detêm um papel mais gregário do que o homem e que, por isso, chamam preferencialmente a si as carências.

- Do ponto de vista do ciclo de vida, a pobreza também não é neutra. De facto a pobreza para as mulheres pode agravar-se no período de transição da vida escolar para o mercado de trabalho e, mais tarde, na fase de reforma. Adicionalmente refira-se que as alterações na composição da família, em particular a ocorrência de divórcio ou separação, também se reflectem de forma particularmente gravosa nas mulheres.
- Finalmente, a predominância das análises de carácter quantitativo em detrimento dos processos analíticos de cariz mais qualitativo não realçam a diversidade de percepções da pobreza em termos de género.

A *feminização da pobreza*, noção introduzida por Diana Pierce em 1978, chamou a atenção para a realidade da pobreza no feminino que, em termos paradoxais, se traduz por um agravamento da situação das mulheres em termos de pobreza, contrariamente ao que se passa com os homens, a par de uma crescente participação destas na actividade económica. Esta realidade sublinhou, inevitavelmente, a importância da perspectiva do género nos estudos sobre a pobreza.

As questões relativas ao estatuto e à situação das mulheres têm sido objecto de uma atenção crescente, por parte do poder político e das organizações internacionais não governamentais. A Conferência sobre as Mulheres ocorrida em Pequim no ano de 1995 realçou decisivamente a importância do *mainstreaming do género*, globalmente adoptado. A Plataforma de Acção de Pequim (PAP), emanada desta conferência, é um instrumento fundamental no processo de promoção da igualdade entre sexos. Este documento parte da identificação de um conjunto de áreas críticas específicas das mulheres e propõe estratégias que visam debelar os problemas decorrentes das referidas áreas. Trata-se de uma declaração de objectivos cuja principal finalidade é o *empowerment* das mulheres³.

No contexto da PAP, a igualdade entre homens e mulheres é uma questão de direitos humanos. A pobreza no feminino é entendida, neste contexto, como a negação parcial ou total de direitos humanos fundamentais das mulheres, consagrados em diversos tratados internacionalmente acordados.

A partir da PAP pode considerar-se que o bem-estar da mulher está associado a nove áreas de bem-estar, nomeadamente: educação e formação, saúde, habitação, mercado de trabalho, recursos económicos, protecção social, família, segurança e participação social.

Tendo como referência a PAP e a multidimensionalidade do fenómeno da pobreza, adoptamos neste trabalho um conceito de “mulher pobre” transversal a vários domínios. Assim, e como é referido mais adiante, a pobreza no feminino passa a ser entendida não

³ Na Parte II deste livro faz-se uma análise da Plataforma de Acção de Pequim relativamente à área crítica “A Mulher e a Pobreza”, e a leitura das várias dimensões da pobreza que ela contém, do ponto de vista dos autores deste estudo.

só em termos de ausência ou falta de recursos económicos, mas em função de múltiplos aspectos do bem-estar que integram especificidades associadas à mulher. Desta forma, é possível encarar a pobreza como um estado de privação em termos de bem-estar. Assim, as dimensões de bem-estar apresentadas constituem as principais dimensões de privação do bem-estar associado à mulher.

Objectivos do estudo

O presente estudo tem como principal objectivo investigar e compreender a problemática da pobreza no feminino em Portugal. No sentido de enquadrar o problema em análise, descrevemos, ainda que de forma sumária, a situação das mulheres na sociedade portuguesa.

Portugal apresenta, no contexto da UE, uma das maiores taxas de actividade feminina. Em termos de profissão, as mulheres desempenham sobretudo funções nos sectores tradicionais do comércio, do alojamento, da restauração e nos serviços sociais e pessoais.

A par da participação crescente das mulheres na actividade económica e decorrente da evolução que esta actividade tem registado no passado recente, assiste-se ao desenvolvimento de formas contratuais mais flexíveis e de vínculo precário, medidas que incidem sobretudo nas mulheres, com repercussões inevitavelmente negativas nos anos vindouros da reforma.

Apesar de mais escolarizadas do que os homens, as mulheres portuguesas ocupam geralmente posições hierárquicas inferiores relativamente aos homens, auferem menores remunerações e detêm contratos de trabalho menos favoráveis, quer em termos de vínculo como de horário. Consequentemente, a taxa de desemprego feminino é superior à taxa de desemprego masculino, tanto em termos de curto como de longo prazo.

Os dados do último censo (2001) mostram que, no que concerne a tipologia dos agregados, os casais com filhos são predominantes. Porém, a monoparentalidade é crescente sendo de salientar que em cerca de 80% das famílias o representante é do sexo feminino. Estes agregados são particularmente vulneráveis à pobreza, uma vez que muitos deles dependem exclusivamente do rendimento materno.

Cumulativamente à profissão, é às mulheres que cabe preferencialmente o cuidado dos filhos e as tarefas domésticas. Nas famílias de recursos mais escassos esta repartição tende a penalizar mais fortemente a mulher uma vez que, por um lado, estes agregados não têm meios para contratar serviços de apoio e, por outro lado, a mulher detém tradicionalmente um cariz mais secundário no seio do casal. Nestas famílias as mulheres vivem quotidianos intensos em que o tempo livre é praticamente inexistente, comprometendo a sua qualidade de vida e, necessariamente, a sua saúde. Em contrapartida, os homens despendem grande parte do tempo em que não estão a trabalhar em actividades de carácter pessoal e de convívio, envolvendo-se residualmente nas lides domésticas.

A escassez de oferta de equipamentos públicos de apoio quer para crianças como para idosos tem consequências particularmente negativas nas mulheres, uma vez que são estas quem tradicionalmente se ocupam destes elementos do agregado.

Nas famílias economicamente mais carentes, as redes informais de ajuda familiar são menos intensas, dificultando ainda mais a vida das mulheres. Nestas famílias as mulheres também são mais penalizadas pelas assimetrias de poder na relação conjugal, que se traduz, no limite e num número considerável de casos, em violência doméstica.

A posição desfavorável da mulher no mercado de trabalho, na família e na vida social em geral, mais significativa nos meios mais desfavorecidos, traduz-se necessariamente numa percepção diferenciada das condições de vida e do sentimento de pobreza, por parte das mulheres. Estas deverão necessariamente experienciar níveis de privação superiores aos dos seus pares do sexo oposto.

3.

Opções conceptuais

O estudo da pobreza, no seu entendimento mais alargado, e em qualquer das concepções que têm constituído referência para a sua quantificação e aprofundamento teórico, envolve sempre, para cada elemento da população, a comparação entre o seu nível de bem-estar e o bem-estar individual minimamente aceitável na sociedade, segundo a *norma* existente nessa sociedade. Daqui decorre imediatamente a necessidade de se definir uma linha de pobreza – e, dessa forma, identificar uma população pobre – seja qual for o quadro metodológico por que se venha a optar, cada um deles é influenciado por uma determinada concepção de pobreza. Este enunciado mais lato encerra também a visão de que o estado de pobreza, como reflexo da escassez de recursos para satisfazer necessidades mínimas, evidencia uma situação de *desvantagem social* do indivíduo face à norma.

3.1. Conceitos de pobreza

Os diferentes conceitos de pobreza condicionam muitos dos aspectos metodológicos de base no problema da medição da pobreza, como seja a natureza da linha de pobreza proposta como referência para a identificação da população pobre ou o próprio conteúdo económico de caracterização do fenómeno na formulação dos indicadores e medidas utilizadas.

As principais abordagens do conceito de pobreza assentam em três dicotomizações clássicas. Num resumo breve⁴:

- (i) a abordagem *directa* versus *indirecta*, intimamente associada à distinção efectuada por Atkinson (1989) entre um entendimento da pobreza em termos de condições de vida (*standards of living*) ou em termos do direito a um nível mínimo de recursos (*minimum right to resources*). A primeira é de natureza

⁴ Ver, por exemplo, Ferreira (1997: Caps. 2-4), para um desenvolvimento sinóptico das questões relacionadas com os problemas basilares da conceptualização e da metodologia da medição da pobreza.

multivariada e procura aferir o grau de privação (material e imaterial) dos indivíduos face às suas necessidades seleccionando, para isso, um conjunto de variáveis relacionadas com os níveis de consumo de bens e serviços ou com o nível de participação em determinadas actividades relevantes para a vida em sociedade. A segunda, de natureza unidimensional, assenta na escolha de uma variável de recursos – normalmente o rendimento disponível, o consumo ou a despesa total – por forma a avaliar, por via indirecta, a capacidade de os agregados, e os indivíduos que os compõem, fazerem face às suas necessidades, dado o nível médio de condições de vida prevalecente na sociedade.

- (ii) A abordagem *absoluta* versus *relativa*. A concepção absolutista da pobreza radica no problema da satisfação das mais elementares necessidades humanas num dado contexto histórico e de acordo com os respectivos enquadramentos culturais das sociedades. Como Sen sugeriu, “a pobreza é um conceito *absoluto* no espaço das *capacidades*⁵ dos indivíduos e *relativo* no espaço dos *bens e das suas características*” (Sen, 1983). Não são as características específicas dos bens, em si mesmas, que estabelecem um critério objectivo suficiente para a aferição de situações de pobreza mas sim a *falta de capacidade* dos indivíduos para obter os bens e serviços *necessários* a formas de “*funcionamento*”, que traduzem a expressão do *exercício das capacidades*, adequado à vida em sociedade. A visão relativista da pobreza tem por referência os padrões de vida médios das diferentes sociedades, num dado momento. Assim, como Townsend sintetiza: “*indivíduos, famílias ou grupos da população podem dizer-se em situação de pobreza quando lhes faltam os recursos para obter os tipos de dieta, participar nas actividades e ter as condições de vida e conforto que são comuns, ou pelo menos largamente encorajadas e aprovadas, nas sociedades a que pertencem*” (Townsend, 1979).
- (iii) *Objectiva* versus *subjectiva*. A abordagem subjectiva assenta na capacidade de avaliação do bem-estar social alcançado pelos indivíduos, sobre uma opinião dos indivíduos a respeito do seu grau de privação relativamente à situação considerada razoavelmente desejável em termos de bem-estar; a abordagem objectiva⁶ baseia-se na selecção de um conjunto de critérios de escolha de variáveis que sejam objectivamente mensuráveis e não dependam da *opinião*, da percepção subjectiva dos indivíduos.

⁵ Nas capacidades mais básicas, para um nível de condições de vida em sociedade adequado, podemos incluir uma nutrição suficiente e equilibrada, prevenção das doenças evitáveis, alojamento e vestuário confortável, possibilidades de deslocação e comunicação, aceder à educação, viver sem vergonha e ter condições para, voluntariamente, participar em actividades da comunidade (Sen, 1983).

⁶ Note-se que as abordagens *directa/indirecta* e *absoluta/relativa* podem ser incluídas na família da abordagem *objectiva* de pobreza, uma vez que incorporam, apesar das suas diferenças, critérios objectivos de mensuração na identificação das condições de pobreza, que se vêm a consubstanciar na proposta de um dado limiar de recursos abaixo do qual se avalia a situação da unidade de observação como sendo de privação, seguindo tais critérios objectivos.

As diferentes perspectivas apresentadas de pobreza no feminino, dando origem a três conceitos de pobreza distintos, permitem uma visão complementar sobre o fenómeno.

Destaca-se um primeiro conceito designado por pobreza monetária que se direcciona para a opção conceptual de natureza *objectiva, relativa e indirecta*, centrada sobretudo na utilização da variável rendimento como indicador relevante para avaliar a posição das mulheres em termos de bem-estar face a um nível mínimo de bem-estar estabelecido normativamente.

Um segundo conceito, com crescente interesse nas últimas décadas, refere-se ao de privação recaindo na opção conceptual de natureza *objectiva, relativa e directa*. Sendo a pobreza um fenómeno complexo e multidimensional, é entendida como o estado de privação das mulheres face a um mínimo de necessidades de bem-estar considerado aceitável para se viver em sociedade, resultante da escassez de recursos materiais e imateriais, onde os recursos económicos constituem somente uma das dimensões.

Por fim, um terceiro conceito permite complementar as anteriores abordagens, o conceito de pobreza subjectiva, permitindo avaliar o bem-estar social percebido pelas mulheres, ou seja, a sua opinião sobre o grau de privação relativamente à situação considerada desejável em termos de bem-estar.

Quer a concepção de privação quer de pobreza subjectiva incorporam várias dimensões de necessidades de bem-estar, pelo carácter multidimensional implícito. Além do mais, focando a problemática na unidade de análise – mulher adulta –, é de todo relevante que essas dimensões reflectam as necessidades de bem-estar específicas do sexo feminino, quer na sociedade em que se inserem, quer na componente intra-agregado. O esquema que se segue (Figura 1) evidencia as diversas dimensões de bem-estar destacadas a partir da PAP, cujo conteúdo se encontra detalhado na Parte II deste livro.

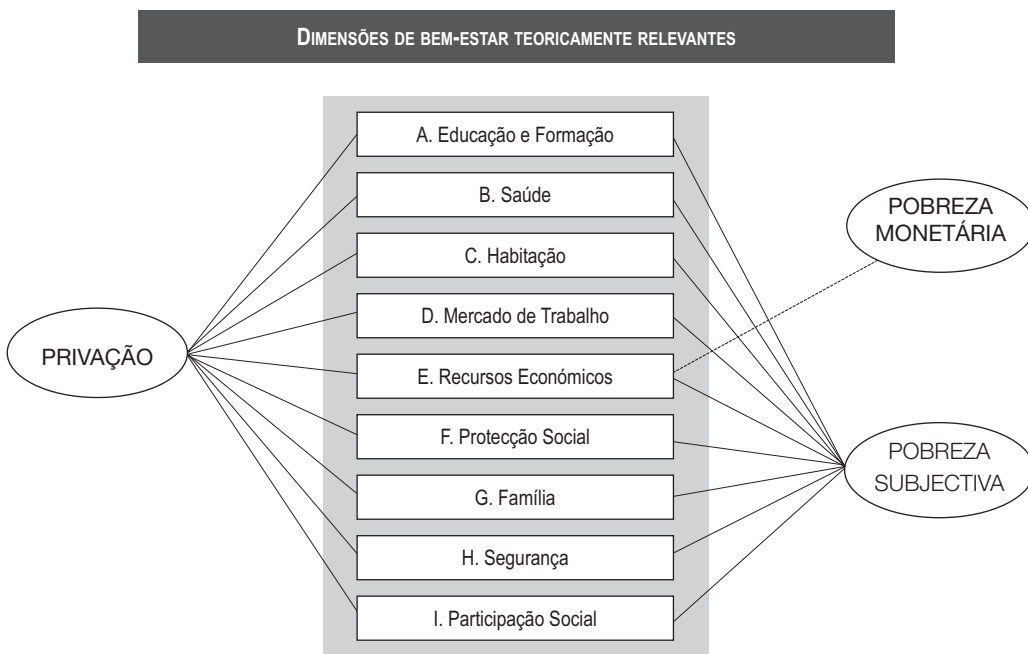


Figura 1 – Dimensões de bem-estar teoricamente relevantes

3.2. Principais grupos de análise

A mulher adulta é a principal unidade de análise deste estudo sobre a pobreza no feminino. Porém, o desenvolvimento das sociedades tem conferido especificidades à mulher que, em determinados pontos, a tornam mais vulnerável à pobreza, tal como se abordou no ponto 2. Ir ao encontro de grupos específicos de análise permite conhecer em maior profundidade essas especificidades.

Bassi (1988) refere que a alteração da estrutura familiar ao longo dos anos tem denotado um aumento da pobreza no feminino, nomeadamente das mulheres que vivem sozinhas e/ou com filhos a cargo. Paralelamente, em agregados familiares maiores, onde coabitam casais, a redistribuição do rendimento nem sempre é equitativa. Em muitos casos, o rendimento auferido pela mulher é dirigido para as despesas do próprio agregado, incluindo a despesa com as crianças, ou mesmo para as despesas pessoais do homem, mesmo quando a mulher apresenta um rendimento individual inferior. De facto, o rendimento do trabalho constitui a principal fonte de rendimento da maioria das famílias. A presença da mulher no mercado de trabalho influi substancialmente numa melhoria das condições económicas das famílias em que se inserem, nomeadamente nas famílias com casais, em que existem pelo menos duas pessoas com salários (Steven, 1988). No entanto, são conhecidas as desigualdades salariais, contratuais e de oportunidades

entre sexos no meio laboral. Além do mais, o desemprego atinge, de forma mais prolongada, os indivíduos do sexo feminino, nomeadamente em idade mais avançada. Num outro ponto, encontram-se as mulheres idosas, a maioria delas vivendo sozinhas, com uma esperança de vida cada vez mais elevada e com tendência para um maior isolamento.

De facto, o contexto familiar em que a mulher se insere, no decorrer do seu ciclo de vida, poderá reflectir as suas maiores/menores fragilidades perante o fenómeno da pobreza nas suas múltiplas dimensões. Neste sentido, a análise empírica pretende confrontar a situação de pobreza da mulher adulta, face a grupos específicos de maior vulnerabilidade em que a mulher se poderá inserir, designadamente: as mulheres que vivem em famílias mais numerosas; as mulheres que constituem uma família monoparental, com crianças a cargo; as mulheres que auferem rendimentos bastante mais baixos que os seus maridos ou companheiros; as mulheres com baixos níveis de escolaridade; as mulheres com contratos de trabalho precários ou a tempo parcial; as mulheres desempregadas em idade mais avançada; as mulheres idosas isoladas; as mulheres idosas com carreiras contributivas irregulares; as mulheres imigrantes. Adicionalmente, o confronto de género para estes mesmos grupos permite perceber o maior ou menor impacto das distintas situações numa perspectiva de diferenciação de género.

4.

Opções metodológicas
de medição

Após a concretização dos vários conceitos a analisar, pretende-se, com este ponto, expor sucintamente as metodologias adoptadas para a medição quantitativa da pobreza, quer em termos estáticos (análise autonomizada para vários anos) quer dinâmicos (avaliação de trajectórias comportamentais num período de tempo).

Antes de se abordar as várias metodologias importa salientar um ponto metodológico comum às distintas perspectivas em medição, que se refere à escolha da unidade de observação. No presente estudo, tal como se tem vindo a reforçar, a unidade de observação seleccionada será centrada no indivíduo, mais concretamente, na sub-amostra composta pelas “mulher adulta” inserida na sua *unidade de recursos* – o respectivo agregado familiar.

Porém, a escolha da unidade de observação não se coloca de igual modo nas abordagens estática e dinâmica da pobreza. Muitos estudos de natureza estática privilegiam as unidades de observação agregadas em detrimento da selecção do indivíduo. O principal argumento é o de que se a análise recai sobre as situações de pobreza, consideradas numa perspectiva de insuficiência de recursos, e se a família é o espaço comum de partilha dos recursos e das decisões sobre a sua afectação, bem como o espaço de percepção de um determinado nível de vida, então o agregado é uma escolha lógica para se avaliar a “posição” económica da família em relação ao limiar (linha de pobreza) considerado socialmente adequado a uma existência material digna (Ferreira, 1997). Nos estudos de carácter longitudinal, normalmente, a unidade de observação seleccionada é o indivíduo. Na constituição de um painel estatístico para efeitos de recolha de informação dinâmica sobre vários aspectos das condições de vida, procura-se “seguir” o percurso dos mesmos indivíduos ao longo do tempo, não obstante estes poderem transitar entre diferentes composições familiares. Neste sentido, a escolha do indivíduo nos estudos de natureza longitudinal é quase uma escolha metodológica *natural* face às hipóteses da própria via de investigação (Ruspini, 2002). A selecção do indivíduo como unidade de observação, quer na perspectiva estática quer na dinâmica, não se faz, porém, sem o registo e a relação com o agregado a que pertence.

4.1. Medição da pobreza monetária

Nesta secção é efectuado um breve exame das questões que mais directamente se prendem com os problemas metodológicos genéricos levantados pela medição da pobreza monetária, a partir de dados amostrais.

A medição da pobreza monetária envolve duas questões nucleares, relacionadas com (i) a identificação dos indivíduos e dos agregados familiares pobres e (ii) a agregação das características da população pobre em indicadores de síntese da pobreza, conhecidas, respectivamente, como os problemas de ‘identificação’ e ‘agregação’. Estes dois domínios representam, *grosso modo*, o perímetro das principais escolhas metodológicas envolvidas na medição da pobreza, e em particular, da pobreza monetária (Ferreira, 1997). O problema da identificação da população pobre envolve um conjunto de três momentos de escolha metodológica fundamentais que consistem no problema da definição dos recursos económicos a utilizar (rendimento, despesa), da escolha da unidade de observação estatística (por exemplo, os indivíduos, famílias, unidades fiscais ou agregados domésticos privados) em que se vai basear a análise, bem como a escolha da escala de equivalência a aplicar aos rendimentos familiares, para levar em conta a diferente dimensão e composição dos agregados familiares e garantir a comparabilidade dos estados de bem-estar indirectamente medidos pelo rendimento, para além do estabelecimento de um necessário limiar de pobreza. Os elementos de identificação da população pobre estão no centro de todo o trabalho de investigação sobre os factores que influem sobre o estado social *pobreza*, quer na abordagem estática quer na vertente dinâmica do fenómeno.

Limitações na escolha do conceito de recursos

Quando é adoptada a perspectiva indirecta na medição da pobreza, o indicador de recursos mais utilizado é o rendimento da unidade de observação escolhida. A maior parte dos inquéritos às condições de vida das populações estrutura-se em função da recolha de informação sobre este tipo de variável, sendo mais raras as fontes estatísticas microeconómicas que permitem formar bases de dados sobre o consumo, ou despesa total, das unidades de observação consideradas⁷. Tecnicamente, o rendimento disponível total de uma unidade de observação, definido da forma economicamente mais lata possível, deveria ser entendido como a soma de três núcleos principais, designadamente: (i) o rendimento disponível monetário (cujas fontes são claramente acessíveis através dos

⁷ Existem, porém, inquéritos de natureza *cross-section* que permitem os dois tipos de abordagem estatística aos recursos, mas ainda poucos que autorizem a mesma abordagem em termos dinâmicos. Em Portugal, os *Inquéritos aos Orçamentos Familiares* (IOF), com uma natureza *cross-section*, permitem os dois tipos de abordagem na vertente de medição indirecta da pobreza. O *Painel Europeu de Agregados Domésticos Privados* (PEADP) e o *Inquérito às Condições de Vida e Rendimentos* (ICOR), relativo às primeiras vagas, apenas dispõem de informação para concretizar uma análise baseada na variável rendimento.

sistemas estatísticos); (ii) todas as formas de rendimento em espécie e (iii) os rendimentos de natureza imputada (isto é, o conjunto das fontes de rendimento que, em espécie ou com um valor de mercado monetário, como por exemplo certos serviços públicos prestados nas áreas referidas acima, sejam passíveis de ser valorizados monetariamente).

Uma significativa proporção de bases de dados estatísticas⁸, utilizadas em investigação sobre pobreza e desigualdades de repartição do rendimento, não incorporam as variáveis necessárias que permitam medir as componentes não monetárias, o que restringe a utilização da melhor aproximação empírica ao conceito de '*comando global de recursos*' do indivíduo/agregado (Papadopoulos e Tsaklogolu, 2001). Muitos autores, embora concordando que o rendimento disponível é a variável mais adequada para aferir o nível de recursos económicos dos agregados, apontam a sua vertente estritamente monetária como insuficiente para uma correcta medida desses recursos e como factor de enviesamento de conclusões apuradas em estudos sobre pobreza ou sobre desigualdade na distribuição do rendimento, uma vez que aquela variável, e relativamente à assumpção da sua vertente monetária mais restrita, pode acarretar uma ordenação dos agregados distinta da que se obteria se se considerasse as suas condições reais económicas em termos de recursos. O apetrechamento das bases de dados com características que tornem possível a mensurabilidade das componentes não imediatamente valorizadas em termos monetários é um importante investimento para uma maior consistência e rigor dos resultados decorrentes de uma determinada metodologia de medição.

A análise desenvolvida neste estudo recorrerá ao rendimento disponível monetário que se encontra desagregado pelas seguintes componentes, definidas sob forma líquida:

- (i) Rendimento proveniente do trabalho, líquido de impostos directos e contribuições sociais dos trabalhadores para a segurança social;
- (ii) Rendimento total privado não proveniente do trabalho, líquido de impostos directos (por exemplo, rendimento de capital, de propriedade, transferências privadas de outros agregados, entre outras);
- (iii) Prestações sociais (benefícios à velhice, sobrevivência e invalidez, benefícios ao desemprego, benefícios familiares, entre outros).

Normalização dos recursos através de escalas de equivalência

A escolha de uma escala de equivalência é uma fase metodológica crucial do processo de investigação. Não existe uma escolha óptima, ou absolutamente mais correcta do que as outras, de uma escala de equivalência (Atkinson, 1995). No entanto, a utilização de

⁸ O PEADP, por exemplo, está edificado sobre variáveis monetárias e o conceito principal de rendimento extraível daquela base de dados longitudinal, para qualquer dos países que a integra, tem a ver com o *rendimento líquido total* dos agregados.

uma escala de equivalência concreta condiciona os resultados obtidos em termos de indicadores e medidas agregadas de pobreza e de caracterização dos perfis temporais de pobreza. Escalas de equivalência distintas podem determinar diferentes níveis de pobreza numa sociedade bem como implicar diferentes composições da população pobre – para a mesma realidade a investigar.

A escala de equivalência permite dar uma resposta metodológica eficaz ao problema das diferenças não económicas entre os diversos agregados familiares e efectuar comparações de níveis de recursos entre famílias com características distintas. As famílias com diferentes dimensões e composições têm diferentes *necessidades* económicas. Por outro lado, conforme a natureza da sua composição, manifestam-se diferentes magnitudes de *economias de escala* em determinados consumos, em função do número de elementos presente num agregado familiar bem como a sua distribuição etária interna, por exemplo.

As diferentes necessidades determinam diferentes níveis de recursos necessários à obtenção de um *equivalente* nível de bem-estar económico. O conceito de economia de escala nos consumos familiares, neste contexto, remete-nos igualmente para o conceito de *elasticidade das necessidades relativas-dimensão* (ou, de forma mais simples, *elasticidade-dimensão*) do agregado, isto é, a relação entre a variação proporcional das necessidades económicas do agregado e a variação proporcional da sua dimensão⁹. A elasticidade necessidade-imensão é, porém, função das características etárias de cada elemento adicional eventual do respectiva agregado.

É esta relação que abre um número muito elevado de possibilidades técnicas de definição de uma escala de equivalência a adoptar num determinado estudo. A não consideração de qualquer escala de equivalência na transformação dos rendimentos do agregado conduz-nos à determinação do rendimento *per capita* associado a esse agregado, que é um indicador de recursos que ignora a existência de economias de escala e de diferenças interpessoais (em termos de estatuto sociodemográfico) no seio do agregado e, sobretudo, as diferenças *entre* agregados.

As escalas mais frequentemente adoptadas na prática da investigação são as escalas *normativas*, muito por força do pragmatismo relacionado com a sua simplicidade e aritmética de fácil aplicação aos microdados amostrais. Dentro do grupo das escalas de equivalência normativas as que colhem, contudo, mais popularidade junto dos investigadores são as escalas de equivalência de natureza estatística propostas pela OCDE. Os seus pressupostos teóricos assentam no facto de levarem em conta a existência de economias de escala no seio dos agregados familiares na avaliação das necessidades relativamente a diferentes tipos de agregados, em função de dois atributos sociodemográficos

⁹ Recorrendo à aproximação paramétrica de Buhmann para as escalas de equivalência, para cada família temos que o factor de equivalência respectivo, e_F , pode ser representado pela expressão $e_F = N_F^S$, em que N representa o número de indivíduos do agregado familiar e S a elasticidade-dimensão. O parâmetro S , na aproximação paramétrica proposta por Buhmann *et al.* (1988), representa a elasticidade-dimensão para o respectivo agregado.

centrais: a dimensão do agregado e o estatuto etário dos seus elementos. A escala ('normal') da OCDE atribui factores de escala mais elevados para cada elemento do agregado acima do primeiro, e economias de escala constantes para os elementos do agregado a partir do 1.º, isto é, qualquer que seja o número de dependentes menores presentes no agregado. Os factores de escala da metodologia normativa da OCDE discriminam entre os elementos adultos e os elementos menores.

A primeira versão da escala da OCDE foi alvo de algumas críticas relativamente à sua adequabilidade a países industrializados, o que levou, posteriormente, à proposta de uma escala de equivalência "*modificada*"¹⁰ da OCDE, em que se consagra um maior reconhecimento da existência de economias de escala de nível mais elevado para os elementos do agregado a partir do terceiro, traduzido em factores de escala mais baixos afectos a cada elemento dependente do agregado, ainda que uniformes para cada um desses elementos menores, isto é, assumindo economias de escala constantes mas com menores elasticidades-dimensão associadas aos elementos do agregado com aquelas características etárias. O principal argumento seria o de que, nos países mais desenvolvidos, em relação aos países em desenvolvimento, o custo da criança tender a ser menor, em virtude da existência de um melhor sistema educacional, melhores cuidados médicos básicos preventivos de carácter universal e melhores esquemas de protecção social associados à cobertura de encargos familiares.

A frequência de utilização desta opção metodológica tem constituído uma fonte de *standardização* técnica, adormecendo um pouco a reflexão crítica que está por detrás das suas implicações, designadamente em termos de interpretação dos resultados. Podemos constatar que existe algum grau de arbitrariedade na forma como são fixados os factores de escala, quer pelos valores em si mesmos quer pela escolha do figurino de diferenciação dos atributos.

Outra crítica fortemente afirmada quanto ao uso das escalas de equivalência como hipótese de comparabilidade adequada dos rendimentos interfamiliares e interpessoais tem a ver com o facto de que a idealização das escalas de equivalência mais comumente utilizadas na investigação assume, como hipótese implícita, a existência de uma perfeita homogeneidade da distribuição dos recursos monetários no seio do agregado, aspecto muito discutível, principalmente quando o enfoque da investigação está centrado na situação económica da mulher enquanto elemento inserido num dado agregado.

As desigualdades económicas de género discutem-se, em grande medida, ao nível da partilha de recursos no seio do próprio agregado familiar, isto é, em termos da distribuição do "poder de comando de recursos" real estabelecido entre o homem e a mulher que vivem em comum, numa dada tipologia familiar.

¹⁰ A escala "modificada" da OCDE atribui o factor de escala 1 ao 1º indivíduo adulto, 0,5 a outros adultos presentes no agregado e 0,3 aos dependentes menores pertencentes ao agregado.

No âmbito da análise da pobreza monetária pretende-se recorrer à escala de equivalência modificada da OCDE, tal como proposto oficialmente pelo Eurostat. Neste sentido, recorre-se à transformação do rendimento total do agregado familiar segundo esta escala de equivalência, resultando no *rendimento por adulto equivalente*.

Linha de pobreza

A linha de pobreza relativa adoptada poderá ser definida como uma proporção de 40, 60 ou 70% do valor mediano da distribuição do rendimento por adulto equivalente. A consideração de vários limiares num dado estudo destina-se, comumente, à verificação da consistência da identificação da população pobre numa dada distribuição, sendo também um critério usual para a análise de sensibilidade dos indicadores e medidas a diferentes limiares de pobreza monetária, em termos de ordenação dos grupos sociais mais vulneráveis em relação à pobreza. Porém, para colidir as opções metodológicas deste estudo com as definições oficiais do Eurostat na medição deste fenómeno, opta-se por definir enquanto limiar de pobreza monetária – 60% do valor mediano da distribuição do rendimento por adulto equivalente.

Análise estática da pobreza monetária

Um dos aspectos mais controversos dos estudos de pobreza tem estado, desde a sua origem, ligado às opções metodológicas quanto às propriedades e formas funcionais das medidas, como uma vastíssima literatura internacional tem demonstrado nos últimos 30 ou 40 anos, e com especial vigor nas duas últimas décadas, designadamente, a partir dos trabalhos de Amartya Sen. Em alguns estudos recentes, fala-se já na *'abordagem tradicional'* nos estudos sobre pobreza quando se pretende ressaltar que a opção metodológica quanto às medidas utilizadas se baseiam essencialmente em fontes estatísticas com um tratamento de tipo *cross-section* e se trabalha com base num quadro de indicadores formados sobre medidas agregadas de pobreza, dando origem ao que se designa por análise estática da pobreza. Neste contexto, os resultados de estática comparada, a partir de apuramentos em momentos distintos, permitem aferir alterações líquidas em termos da situação de pobreza dos indivíduos, agregados em grupos socio-económicos e socioprofissionais e, eventualmente, distinguidos em termos espaciais, mas observados num dado momento do tempo. Os estudos *cross-section*, servindo a análise estática, permitem uma medição da pobreza em termos de *stock* (descrição da situação num dado momento), enquanto que os estudos longitudinais, servindo a análise dinâmica, permitem descortinar um mapa de *fluxos* e associar factores explicativos à variabilidade das situações de pobreza, isto é, dar visibilidade sobre as alterações brutas das situações de pobreza, permitindo perceber melhor os percursos das unidades de observação estatística (indivíduos ou agregados familiares) face a este problema. Tomemos como referência, para já, a abordagem estática da medição da pobreza monetária.

A pobreza monetária é uma *situação* económica que, em termos estáticos, ou num dado momento, pode ser medida atendendo a *três dimensões* principais que devem aparecer, desejavelmente, projectadas na concepção das medidas agregadas de pobreza. As três dimensões da pobreza referidas foram identificadas e sistematizadas por Sen, no seu profícuo artigo de 1976:

Incidência: definida uma linha de pobreza, é possível separar a *população pobre* da *população não-pobre* e, em consequência, determinar a proporção de *pobres* existente numa dada sociedade;

Intensidade, que reflecte a magnitude do desvio existente entre o nível de recursos monetários do agregado/indivíduo e a linha de pobreza. Quanto maior essa diferença, maior é a intensidade da pobreza;

Severidade, que representa o nível de desigualdade na distribuição do rendimento entre os pobres. Esta dimensão, na compreensão multifacetada do fenómeno da pobreza, é um dos principais pontos de contacto metodológico entre o estudo das desigualdades na distribuição do rendimento – e as medidas estatísticas utilizadas nesse âmbito, como por exemplo o coeficiente de *Gini* – e as medidas de pobreza.

Uma multiplicidade de medidas tem sido produzida com base na incorporação simultânea destas três dimensões. Da síntese histórica de um debate teórico profícuo, iniciado com Sen (1976) e replicado criticamente de forma decisiva a partir do trabalho de Foster, Greer and Thorbecke (1984), é a medida proposta por estes autores (*FGT*) que mais utilização tem tido por parte dos investigadores na mediação da pobreza monetária. Trata-se de uma família de medidas que incorpora as três dimensões de Sen mas propõe uma forma funcional que permite a decomponibilidade da pobreza por subgrupos populacionais e a possibilidade de formalizar critérios normativos na apreciação da pobreza. A medida *FGT*, para aplicação a microdados amostrais, pode ser formalmente definida do seguinte modo (segundo GORDON AND SPICKER, 1999):

$$P_{\alpha} = \frac{1}{N} \sum_{i=1}^q \left(\frac{z - y_i}{z} \right)^{\alpha} \quad \alpha \geq 0$$

em que P_{α} é o nível agregado de pobreza, N é a dimensão da população, q é o número de pobres na sociedade, z a linha de pobreza monetária e y_i o rendimento equivalente do indivíduo i . O parâmetro normativo α pode ser estabelecido segundo diferentes níveis, de acordo com a escolha do investigador, e representa, na forma funcional da medida, para valores de $\alpha \geq 2$, o grau de *aversão à pobreza*, isto é, exprime, grosso modo, uma graduação da sensibilidade da medida em termos de distância dos recursos monetários dos indivíduos mais pobres em relação à linha de pobreza. Assim, quanto maior for o parâmetro normativo ($\alpha \geq 2$) maiores serão os ponderadores das diferenças dos recursos dos mais pobres em relação à linha de pobreza, isto é, mais sensível se vai tornando a medida à privação relativa (severidade da pobreza) dos indivíduos pobres

mais desfavorecidos em termos de recursos económicos monetários – concentra-se uma preocupação maior do investigador nos indivíduos mais pobres no processo de medição da pobreza.

A análise empírica pretende explorar estas três dimensões para avaliar a condição perante a pobreza monetária da principal unidade de observação (mulher adulta). Complementarmente, dar-se-á especial atenção à dimensão da incidência para os principais grupos de análise, expostos anteriormente, reflectindo o risco de pobreza monetária do respectivo grupo.

Análise dinâmica da pobreza monetária

Em termos dinâmicos, o uso, adaptado, de indicadores e medidas agregadas tradicionais de pobreza pode revelar-se analiticamente muito útil na investigação sobre a *mobilidade dos rendimentos* e, conseqüentemente, da evolução dos *padrões* (ou perfis) *temporais* de pobreza (analisados em relação à identificação da situação na pobreza em função do tempo, determinado pelo número de vezes em que cada unidade de observação se encontrou nessa situação, durante o período de análise envolvido). Esse tipo de análise permite-nos um maior rigor quantitativo quando falamos de *persistência da pobreza* – o que pode ser considerado uma quarta dimensão do problema da medição da pobreza monetária – a sua *duração* – quando se tem acesso a dados de natureza longitudinal, abrindo-se novas possibilidades para a proposta de novas medidas que levem em linha de conta a medição da incidência temporal do fenómeno, como contributo para um melhor conhecimento do mesmo. Nesse sentido, a análise dinâmica constitui igualmente um poderoso complemento analítico da vertente seccional dos estudos ‘tradicionais’ sobre pobreza monetária. Os resultados deste tipo de metodologia – só possíveis graças aos avanços na extracção de dados longitudinais a partir de inquéritos especificamente construídos para o efeito (os painéis) – são da maior importância para a arquitectura de (novas) medidas de política social adequadas à resolução dos problemas diagnosticados.

Muitos dos problemas metodológicos na preparação de indicadores e medidas de pobreza monetária de carácter dinâmico são comuns aos já referidos na óptica da medição estática. No entanto, pela especificidade dos dados utilizados, deparam-se-nos novas questões que merecem uma resposta metodológica adequada.

A introdução da dimensão temporal no estudo da pobreza permite proceder à caracterização de perfis temporais de pobreza, quer definidos em ordem à persistência – sendo o “perfil” definido por categorias baseadas no número de anos que os indivíduos permanecem numa situação de pobreza – quer em ordem à tipologia dos fluxos de entradas e saídas da pobreza. Por outro lado, a herança analítica estática da pobreza pode ser articulável com a identificação da distribuição dos perfis de diferentes subgrupos da população face à dimensão *temporal* da pobreza.

Desta nova perspectiva de estudo surge uma importante categorização em política social: é possível investigar que grupos sociais são mais vulneráveis à persistência da pobreza. Este tipo de investigação pode ser conduzido em ordem à nossa unidade de observação – a mulher adulta, por forma a poder detectar factores de vulnerabilidade que lhe estão associados tendo em conta a sua inserção em tipologias familiares diversificadas e atendendo a um conjunto relevante de atributos utilizados para o controlo desses factores de vulnerabilidade à pobreza, vista numa perspectiva dinâmica. Esta percepção analítica do fenómeno tem, naturalmente, fortes implicações para a formulação das políticas sociais, nos aspectos multidimensionais de acção que lhe estão adstritos. As estatísticas, sistemas de indicadores e estudos comparativos recentes, produzidas e patrocinados pelo Eurostat, para os vários países europeus, têm incorporado explicitamente esta nova perspectiva na descrição do fenómeno da pobreza e da exclusão social (Eurostat, 2000; Marlier and Cohen-Solal, 2000; Dennis and Guio, 2003; Lehmann and Wirtz, 2003). Neste sentido, a pobreza é progressivamente estudada não já somente como uma situação, observada e medida num determinado momento em relação às “três dimensões estáticas” mas, sobretudo, como um *processo*, com uma distribuição no tempo (Leisering and Walker, 1998). A dinâmica de pobreza é, por isso, um campo de estudo complexo, e ainda pouco desbravado que, nas várias temáticas com que se relaciona, envolve, por exemplo, a análise intertemporal das interrelações entre pobreza e o funcionamento do mercado de trabalho, os processos de formação e dissolução e recomposição das famílias ou os efeitos redistributivos do sistema de protecção social e do sistema de segurança social, em particular (Burgess and Propper, 2002). Estas novas vias de investigação têm sido reconhecidas como um meio para uma melhor fundamentação da acção política, assente sobre diagnósticos da realidade mais completos.

A análise dinâmica remete-nos para uma nova problematização metodológica relacionada com a extensão dimensional “duração”, que fornece mais um “grau de liberdade” para a exposição da heterogeneidade da população pobre: não estamos já apenas preocupados com a identificação dos grupos sociais mais vulneráveis à pobreza, nas suas dimensões tradicionais, mas também com a identificação dos ‘clusters’ de pobreza *crónica* e *transitória* (e as características sociodemográficas e socioeconómicas que estão mais fortemente associadas a esses “estados” dinâmicos), dentro da população pobre como um todo, porventura com grande variabilidade de perfis de país para país. O conhecimento da *composição dinâmica* da população pobre – separação das componentes crónicas e transitórias do fenómeno – constitui uma dimensão de importância crescente na análise académica destes assuntos.

Existem, *grosso modo*, quatro formas de abordagem descritiva da dinâmica de pobreza, complementares entre si, enumerados de seguida:

a) Análise da *mobilidade* dos rendimentos da população, envolvendo dois períodos seguidos ou interpolados, situada na base da distribuição do rendimento. Este tipo de análise pode ser efectuado por meio da construção de *matrizes de transição*;

b) Descrição de perfis de *persistência* na pobreza – construídos a partir da constituição de subgrupos mutuamente exclusivos da *população pobre longitudinal*¹¹, diferenciados pelo *número de anos na pobreza* (ou seja, diferenciados pela *incidência temporal* da pobreza). Uma vez constituídas as categorias de incidência temporal, também é possível conduzir uma análise desses perfis em termos dos *gaps* relativos de pobreza, bem como utilizar medidas clássicas de pobreza, como por exemplo a medida decomponível aditiva *FGT* atrás definida;

c) Descrição dos *fluxos* de entrada e saída, que engloba duas vertentes: a identificação, num dado horizonte temporal, do padrão de sequência temporal dos estados de pobreza de cada indivíduo e a possibilidade de dispor de indicadores relativos às *taxas de entrada* e *saída* na pobreza ano a ano, ou em média, tanto para a população como um todo como para diversos tipos de desdobramento estatístico (sub-amostras), consoante a escolha de diversos atributos socioeconómicos dos indivíduos. A análise dos fluxos de pobreza (entradas e saídas) permite efectuar, segundo uma determinada metodologia, associações entre esses fluxos e acontecimentos, *eventos* (os já referidos *trigger events*), com uma provável importância causal na alteração de estado do indivíduo/agregado face à pobreza, ao longo do tempo, isto é, a identificação de acontecimentos probabilisticamente associados a factores de vulnerabilidade à pobreza;

d) *Duração* dos períodos na pobreza (*poverty spell*¹²) dos indivíduos/agregados e dos padrões de sequência temporal dos intervalos entre períodos interpolados de situações de pobreza – uma abordagem mais exigente em termos de maturação do painel disponível e em termos de instrumentos de análise microeconómica (possibilitando a modelização do risco de entrada, saída e reentrada dos indivíduos na pobreza, ao longo do tempo¹³).

Nesta investigação daremos especial atenção a alguns elementos de análise referentes às três primeiras abordagens descritas.

¹¹ Consideramos *população pobre longitudinal* o conjunto de indivíduos que, na janela temporal que limita o painel, esteve numa situação de pobreza monetária pelo menos uma vez.

¹² O *poverty spell* é a expressão que designa a duração do período de pobreza sofrido por um indivíduo. Como, em termos longitudinais, a pobreza pode ser “persistente” ou “intermitente”, um mesmo indivíduo pode ser titular de vários *poverty spell* que, em modelos microeconómicos de *duração* da pobreza, se transforma na própria unidade de observação considerada para efeitos de estimação.

¹³ Por exemplo, um indivíduo que consiga sair de uma situação de pobreza ao cabo de um período de 4 anos consecutivos terá uma maior probabilidade de defrontar, num futuro próximo, uma nova experiência de pobreza do que um outro indivíduo que tenha passado por um único ano, esporádico ou isolado, em situação de pobreza monetária, sem reincidência. Tende, assim, a haver um *efeito-duração* (*duration dependence*) na distribuição dos perfis de persistência na pobreza dos indivíduos que reforça a probabilidade de um indivíduo, mais duradouramente atingido pela pobreza, vir a ser novamente atingido pela mesma situação num dado lapso de tempo (Cantó-Sánchez, 1998). A detecção desse *efeito-duração* pode ser estatisticamente associado com as características dos indivíduos e/ou com acontecimentos-chave (*trigger events*) ao longo da sua vida, o que contribui sensivelmente para um melhor conhecimento dos factores causais da pobreza. Esta perspectiva de investigação dinâmica é particularmente útil para efeitos de estimação e previsão dos períodos de permanência na pobreza de indivíduos com determinadas características socioeconómicas.

Para a prossecução da investigação orientada para este tipo de *outputs*, a metodologia da análise dinâmica da pobreza monetária assenta frequentemente numa hipótese central: a constituição de um *painel equilibrado* de indivíduos. Este procedimento de selecção amostral, adequando ao desenvolvimento de estudos dinâmicos, consiste em circunscrever toda análise empírica a um conjunto de unidades de observação que estejam presentes em todas as vagas do inquérito longitudinal.

Como em qualquer inquérito estatístico, a preocupação com a representatividade da amostra é um dos aspectos metodológicos prévios fundamentais para uma conveniente validação dos resultados dos estudos. Num painel existe uma *amostra-base* (*“base sample”*, ou amostra longitudinal) que representa um conjunto de indivíduos com uma estrutura que acompanha, o mais possível, a evolução da estrutura da população ao longo da janela temporal considerada, independentemente de se manterem ou mudarem de agregado, uma ou mais vezes, ao longo do painel. A correcção do atrito do painel ao longo do tempo é feita através do emprego de ponderadores longitudinais adequados por forma a garantir-se uma gestão credível da representatividade da amostra e, naturalmente, assegurar-se uma boa qualidade estatística dos indicadores determinados a partir da mesma.

Tipologia da dinâmica de pobreza

A população pobre é heterogénea, tanto numa perspectiva estática como dinâmica. Em termos estáticos, essa heterogeneidade pode ser constatada a partir das principais dimensões do fenómeno: uma taxa de pobreza, num dado momento do tempo, pode “esconder” subgrupos de indivíduos pobres que sofrem o fenómeno com mais ou menos intensidade, com mais ou menos severidade. Em termos dinâmicos a heterogeneidade entre os pobres advém, adicionalmente, da distribuição de diferentes *prevalências da incidência temporal* da pobreza, isto é, da sua *persistência*. É fundamental dispor, então, de uma tipologia, operacionalizável a partir dos microdados longitudinais, que nos permita distinguir os principais subgrupos de indivíduos pobres classificados como tal, em função do tempo. Hill and Jenkins (2001), Otto and Goebel (2002) e Kuchler and Goebel (2003) dão-nos uma contribuição muito relevante para o estabelecimento de uma metodologia de classificação dos indivíduos pobres em função do tempo.

Composição dinâmica simplificada de uma taxa de pobreza
cross section (observada num dado momento)

Pobres transitórios – <i>curta duração</i>	Pobres crónicos – <i>longa duração</i>
---	--

Taxa de pobreza *crosssection* de $x\%$, num dado momento do tempo

Na observação de uma taxa de pobreza de $x\%$, medida em termos *cross section*, haverá que distinguir dois grupos: um grupo de indivíduos pobres de curta-duração, que podemos designar como pobres transitórios, e um grupo de indivíduos pobres de longa duração, que são os pobres crónicos. Os dados longitudinais permitem distinguir entre estas duas sub-populações de pobres e verificar a sua representação em termos socio-demográficos.

O subgrupo dos pobres persistentes tende a estar sobre-representado na taxa de pobreza *cross section*. A maior parte dos indivíduos que sofre um processo de empobrecimento de longa duração tende a ser sistematicamente captado na taxa de pobreza, em qualquer momento de observação – tem uma maior probabilidade de *estar* em tal situação do que qualquer outro indivíduo. A maior parte dos indivíduos pobres de longa duração contribui para a formação da taxa de pobreza num momento em particular, embora o seu peso na estrutura da população seja sistematicamente baixo. Mas há um outro fenómeno curioso: a proporção de indivíduos que alguma vez estiveram numa situação de pobreza, mesmo de muito curto-prazo, numa determinada janela temporal de análise, é muito superior à proporção de indivíduos que, num dado momento, são captados na taxa de pobreza estática. A *prevalência* temporal da pobreza é, portanto, um fenómeno distinto da incidência estática da pobreza (Jarvis and Jenkins, 1996, 1997; Ashworth, Hill and Walker, 2001). O conhecimento da prevalência temporal da pobreza é um caminho importante para a reflexão sobre o carácter preventivo das políticas sociais (Leisering and Walker, 1998). Quando o *turnover* da pobreza é muito elevado, a prevalência temporal da pobreza tende a ser elevada e, como tal, maior tenderá a ser a percentagem de indivíduos que, ao longo de uma janela temporal, contam para a prevalência da pobreza (ou *população pobre longitudinal*).

A terminologia de classificação dinâmica quanto à pobreza – ou uma taxinomia para os perfis de persistência – assenta na combinação de conceitos de rendimento corrente e rendimento *alisado* (*smoothed income*) dos indivíduos, que nos permite obter uma decomposição da população (longitudinal) total de forma mutuamente exclusiva. Este tipo de análise permite um melhor conhecimento da população pobre.

A consideração do rendimento corrente e do rendimento alisado representam duas perspectivas longitudinais que, combinadas, produzem uma tipologia de classificação dos indivíduos pobres muito interessante, e facilmente operacionalizável, na análise dinâmica. Através do rendimento corrente podemos medir o número de vezes que um dado indivíduo é observado como pobre, ao longo do painel (abordagem NVP – “número de vezes pobre”). Isso conduz a que, no âmbito desta abordagem, os indivíduos possam ser classificados quanto à pobreza da seguinte forma:

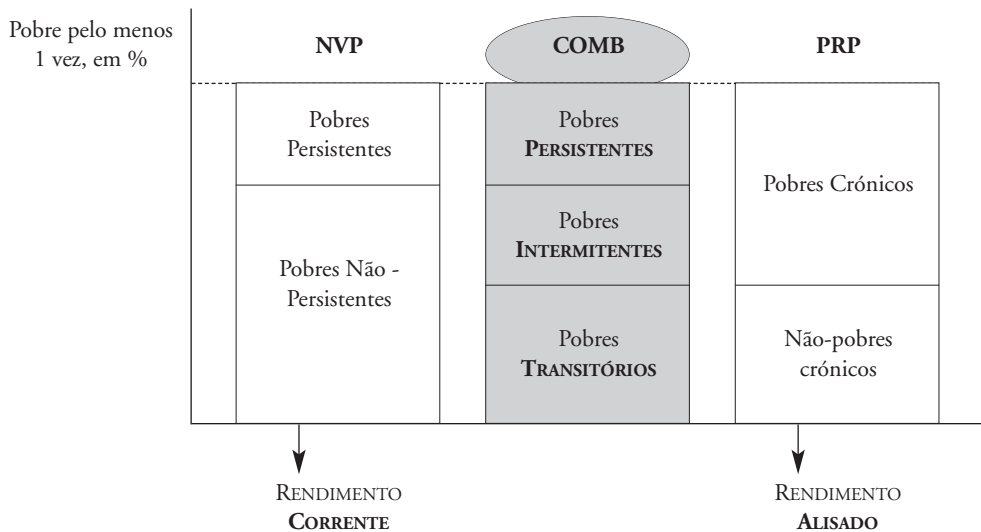
- *pobres persistentes* – os indivíduos que se encontrarem numa situação de pobreza, em termos de rendimento corrente, em **todos** os períodos que compreendem a totalidade do painel;
- *pobres temporários* – os indivíduos que, ao longo do horizonte temporal tiverem passado pelo menos por um ano em situação de pobreza;

- *Não pobres* – os indivíduos que, em termos de rendimento corrente, nunca estiveram numa situação de pobreza monetária durante o período de análise do painel.

Utilizando o rendimento *alisado* – originado a partir de uma média dos rendimentos dos indivíduos no período analisado – podemos medir a pobreza do indivíduo em termos de longo-prazo, colocando em evidência a sua natureza *crónica* no tempo. Esta abordagem longitudinal, identificada como PRA – “pobreza em termos de rendimento alisado”, divide a população entre pobres crónicos e não pobres crónicos.

O núcleo da taxinomia está na possibilidade de combinação destas duas abordagens (que identificaremos adiante por abordagem COMB), por meio de uma “colagem” dos atributos resultantes do emprego de cada uma delas, simultaneamente, sobre a situação longitudinal de cada indivíduo, no painel.

A taxinomia longitudinal da pobreza: uma representação da *população pobre longitudinal* em T



Fonte: Kuchler, B. and Goebel, J. (2003), adaptado; **NVP**= abordagem “número de vezes pobre”; **PRP**= abordagem “pobre segundo o rendimento alisado”; **COMB**= Taxinomia da população pobre longitudinal, segundo uma categorização mutuamente exclusiva. $T = [t_0 \rightarrow t_x]$. “Pobre pelo menos 1 vez” = População Pobre Longitudinal.

Através dessa combinação obtemos uma re-classificação dos pobres em sub-populações mais homogêneas, nomeadamente, identificando os indivíduos que são transitória, intermitente e persistentemente pobres na janela temporal. A figura seguinte ilustra o resultado do cruzamento das duas abordagens principais referidas (NVP e PRA), para a caracterização da *população pobre longitudinal*.

Pela leitura da figura podemos identificar **três** as sub-populações longitudinais, sob a abordagem COMB:

- *Pobres persistentes*: os indivíduos que são sempre pobres na perspectiva NVP e, simultaneamente, pobres crónicos (na abordagem PRA);
- *Pobres intermitentes*: os indivíduos que têm períodos fora da pobreza e períodos na pobreza na perspectiva NVP mas que são pobres crónicos;
- *Pobres transitórios*: são os indivíduos que têm períodos fora da pobreza e períodos na pobreza na perspectiva NVP mas que não são pobres crónicos.

As duas categorias iniciais – persistentes e intermitentes – permitem um desdobramento mutuamente exclusivo relativamente à subpopulação de pobres crónicos, em $t_0 \rightarrow t_x$. Em consequência, se considerarmos a população como um todo, é fácil verificar que a abordagem COMB permite uma classificação mutuamente exclusiva dos indivíduos no painel, com um enfoque sobre a população pobre em termos longitudinais.

Uma classificação mutuamente exclusiva da população com enfoque na população pobre longitudinal

População Longitudinal Total em $t_0 \rightarrow t_x$			
Pobres Persistentes	Pobres Intermitentes	Pobres Transitórios	Nunca - Pobres

Para além das categorias referidas para a população pobre longitudinal, temos agora uma categoria adicional:

- **Nunca-pobres**: indivíduos que nunca defrontam, em $t_0 \rightarrow t_x$, uma situação de pobreza, em qualquer das abordagens, NVP ou PRA.

As três primeiras categorias da tipologia definem a *população pobre longitudinal* em $t_0 \rightarrow t_x$ e permitem calcular a prevalência temporal da pobreza monetária. Trabalhando com um painel equilibrado de indivíduos, existe sempre a possibilidade de efectuar um desdobramento de resultados por características socio-económicas e socio-demográficas da população em ordem à classificação longitudinal ilustrada na figura acima.

4.2. Medição da privação

A medição da privação pressupõe metodologias mais complexas, por comparação com a medição da pobreza monetária. No entanto, a grande mais-valia da abordagem da privação prende-se com a riqueza da informação que suporta a análise das múltiplas facetas da pobreza. É notável o conjunto de metodologias que têm sido ensaiadas em torno da determinação dos indivíduos e agregados familiares em risco de privação desde a metodologia pioneira de Townsend (1979). Moisio (2005) afirma que “a pobreza é definida e medida como um fenómeno multidimensional, sendo que diferentes formas de medir a pobreza devem ser vistas como um ganho de conhecimento sobre o mesmo problema social complexo”.

Nolan e Whelan (1996) sistematizam várias etapas transversais à maioria das metodologias de suporte à medição da privação. Primeiro efectua-se uma avaliação e sistematização directa dos recursos dos agregados familiares e dos seus indivíduos que permitem realizar as necessidades de bem-estar nos vários domínios relevantes. Segue-se, de uma forma geral, a determinação de um mínimo de necessidades de bem-estar considerado padrão na sociedade onde os indivíduos se inserem, num determinado momento temporal – *limiar de privação*. Por fim, agregam-se os principais indicadores de bem-estar num único indicador que caracteriza o nível de privação. Os indivíduos com recursos que se encontrem aquém do limiar de privação estabelecido encontram-se em *risco de privação*.

Segue-se, em maior detalhe, os pressupostos teóricos inerentes ao conjunto de etapas necessárias na aplicação da metodologia de medição da privação.

a. Selecção de indicadores de bem-estar

Este processo metodológico encontra-se naturalmente condicionado pela base amostral disponível. É importante que essa selecção reflecta, de forma diversificada e rica, as condições de vida da unidade em análise, sobre a qual se pretende analisar a privação. Esta escolha não constitui uma tarefa fácil. Por um lado, deve-se evitar a redundância causada pela sobreposição de informação. Por outro, está-se perante um potencial risco de se ignorar informação que realmente poderá ser determinante na caracterização do nível de bem-estar das unidades em análise.

b. Avaliação de cada unidade de observação face aos indicadores seleccionados

Nesta etapa pretende-se captar a situação particular de privação para cada unidade face aos distintos indicadores de bem-estar seleccionados. O recurso a indicadores expressos por variáveis dicotómicas permite que facilmente se distinga a existência ou ausência de situações de privação. Por exemplo, tendo-se seleccionado o indicador ‘*Água quente corrente*’, se a unidade de análise afirmar que ‘*Sim, tenho água quente corrente*’ significa que não está privada. A resposta ‘*Não, não tenho água quente corrente*’ corresponde à situação inversa, isto é, esta unidade de análise está em situação de privação. Porém, na

presença de indicadores provenientes de variáveis politômicas há necessidade de se proceder à agregação de várias categorias estabelecendo-se *a priori* as que representam uma situação de privação e as que evidenciam uma situação de ausência de privação. Neste caso, em que os indicadores são expressos por múltiplas categorias, pode tornar-se arbitrário definir o ponto a partir do qual se estabelece que a unidade de observação está ou não privada. Assim, os autores Desai e Shah (1988, citado em Nolan e Whelan, 1996), e mais tarde por Cerioli e Zani (1990), Cheli e Lemmi (1995) e Lemmi *et al.* (1997) propuseram que não se procedesse abruptamente à divisão da população em dois grupos distintos – privado e não privado. Cerioli e Zani (1990) e mais tarde Cheli e Lemmi (1995) recorreram à Teoria *Fuzzy Set* (Teoria dos Conjuntos Difusos) com vista à determinação de níveis intermédios de privação, designando-se por situações de privação parcial.

c. Esquema de ponderação

No que se refere à atribuição de pesos distintos sobre os indicadores de bem-estar seleccionados para a posterior agregação dos mesmos num único indicador, é de referir que têm sido tomadas opções diversas. Townsend (1979) e Mack e Lansley (1985, citado em Nolan & Whelan, 1996) no desenvolvimento das suas metodologias de medição da privação não recorreram a qualquer diferenciação entre o peso dos indicadores. Porém, outros autores como Halleröd (1994), Cerioli e Zani (1990), Cheli e Lemmi (1995) e Lemmi *et al.* (1997), consideraram necessária a atribuição de pesos diferenciados sobre os vários indicadores de bem-estar, fundamentando-se na ideia de que nem todos apresentam a mesma importância relativa na formação de um índice agregado de privação.

d. Agregação dos indicadores de bem-estar num índice agregado de privação

Consoante as opções tomadas nas anteriores etapas, recorre-se a métodos de agregação de indicadores. Neste sentido, a metodologia adoptada neste estudo para a medição da privação, através da determinação de um Índice Agregado de Privação, recorreu a estas cinco etapas quer numa análise estática quer dinâmica, ainda que com opções metodológicas diferentes como se especifica nos pontos que se seguem.

Análise estática da privação

A análise estática da privação elaborada neste trabalho é desenvolvida com base numa análise descritiva da base amostral disponível relativa a cada um dos anos, de forma independente. De acordo com as várias etapas genéricas expressas no ponto anterior, associadas à metodologia de medição da privação, salientam-se as seguintes opções tomadas com base na proposta de Bomba, Fernandes e Machado (2006a)¹⁴:

¹⁴ Os principais indicadores resultantes da metodologia a implementar referem-se ao Índice de privação por dimensão de bem-estar, Índice agregado de privação e Risco de privação.

No que se refere à avaliação de cada unidade de observação face aos indicadores seleccionados, recorre-se à *Teoria Fuzzy Set* com vista a considerar a desvantagem inerente às metodologias que separam a população privada da não privada em cada um dos indicadores de bem-estar pertinentes para a análise do fenómeno. Concretamente, opta-se pela teoria *Totally Fuzzy and Relative* para a especificação dos níveis de privação intermédios nos vários indicadores seleccionados expressos por variáveis politómicas.

Assumindo que quem se encontra privado num dado indicador está numa posição de maior desvantagem social por comparação à restante população, opta-se por atribuir pesos diferenciados aos indicadores seleccionados atendendo ao comportamento social da população em estudo. Por exemplo, ao observar-se um número reduzido de unidades de análise privadas num dado bem ou serviço, atribui-se um peso mais elevado a esse indicador de bem-estar no momento da agregação.

O facto de cada indicador apresentar um peso particular, pressupõe uma agregação ponderada na construção de um índice de privação para cada dimensão. Opta-se pela soma ponderada do nível médio de cada indicador dentro das várias dimensões, com vista à obtenção do índice de privação por dimensão de bem-estar. Por sua vez, o índice agregado de privação¹⁵ resulta da soma dos vários índices de privação por dimensão.

A determinação de um índice de privação por dimensão de bem-estar, ou de forma mais global de um índice agregado de privação, permite observar o nível de privação, segundo diferentes perspectivas, em que as unidades de análise se encontram e por sua vez medir a intensidade de privação dos distintos grupos em análise. Quanto mais próximo da unidade se encontrar o índice agregado de privação, maior é a intensidade de privação. O número de unidades de análise vulneráveis a esta situação advém da determinação do risco de privação – incidência (proporção) de unidades com maior propensão a situações de privação. Essa proporção é definida por referência a um limiar de privação estabelecido. A selecção deste limiar não é isenta de arbitrariedade, à semelhança do que acontece com outros limiares de pobreza relativa¹⁶. À semelhança de Bomba *et al.* (2006a), opta-se pelo limiar de privação dado por 150 por cento do índice agregado de privação¹⁷.

¹⁵ Este índice agregado de privação, reflectindo o nível de privação das unidades de análise, pode assumir valores entre “1” e “0”. O valor “1” representa o nível máximo de privação, ou seja, quando as unidades se encontram totalmente privadas em todas as dimensões de bem-estar; ao passo que o valor “0” significa que nenhuma unidade de análise está privada, isto é, não apresentam qualquer nível de privação nos vários indicadores de bem-estar.

¹⁶ Salienta-se o caso do limiar de pobreza monetária relativa, que é definido oficialmente pelo Eurostat como 60% da mediana do rendimento por adulto equivalente, tal como já foi referido.

¹⁷ As autoras referem que opção por este limite teve em conta: “a comparação com os limiares oficiais no contexto da pobreza monetária, a percepção do impacto de alterações nos limiares sobre as famílias e a observação das diferenças no peso das categorias para as famílias em risco de privação de acordo com o limiar escolhido”.

Análise dinâmica da privação

A análise dinâmica da privação a desenvolver no presente estudo é feita através da definição de um Índice Agregado de Privação, a partir da abordagem desenvolvida no trabalho pioneiro de Townsend (1979). Este índice permite aferir a intensidade da privação em diferentes momentos do tempo, relativa a cada uma das unidades de observação que integram o painel equilibrado.

Ao contrário das opções na análise estática, pretende-se na perspectiva dinâmica simplificar a metodologia a adoptar, sem que se perca o importante papel de uma análise de trajectórias do comportamento da população face à privação.

No ponto relativo à avaliação de cada unidade de observação, face aos indicadores seleccionados, procede-se à criação de um conjunto de variáveis dicotómicas (uma para cada um dos indicadores considerados) que assumem o valor 1, em situação de privação, e 0 caso contrário. A agregação dos indicadores de bem-estar é feita de forma aditiva simples e, por isso, cada um destes indicadores tem igual ponderação. O Índice Agregado de Privação é, neste contexto, um indicador simples de contagem do número de itens em que cada unidade de observação se encontra privada.

A análise dinâmica da privação é feita a partir da avaliação do comportamento longitudinal do Índice de Privação, relativo a cada unidade de observação, incluída no painel equilibrado de indivíduos. Esta avaliação pressupõe o cálculo do índice de privação individual em diferentes momentos do tempo, que neste trabalho se identificam com os anos de 1995 e 2001, respectivamente, vagas 2 e 8 do PEADP. Estas estatísticas evidenciam os movimentos longitudinais ocorridos ao nível da privação, introduzindo uma dimensão temporal que permite avaliar a sua persistência.

5.

A pobreza no feminino em Portugal: 1995-2001

5.1. Natureza dos dados e opções de análise

As análises desenvolvidas em torno do fenómeno da pobreza, quer ao nível nacional quer nos vários Estados-Membros da UE, têm recorrido, na sua grande maioria, aos dados amostrais do *European Community Household Panel* (ECHP). Este inquérito foi realizado anualmente, entre 1994 e 2001, pelos vários Estados-Membros sob a coordenação do Eurostat, com o objectivo de recolher informação relativa ao rendimento das famílias e dos seus indivíduos, bem como das condições de vida que os caracterizam. A partir de 2004, foi implementado um novo inquérito anual europeu, substitutivo do ECHP, ainda que estruturado em moldes semelhantes, designando-se por *European Statistics of Income and Living Conditions* (EU-SILC). Em Portugal, o Instituto Nacional de Estatística (INE) é a entidade oficialmente responsável pela recolha desta informação, sendo que denominam o ECHP por *Painel Europeu de Agregados Domésticos Privados* (PEADP) e o EU-SILC por *Inquérito às Condições de Vida e Rendimentos* (ICOR). Além do mais, estas fontes são as oficialmente utilizadas na análise da pobreza nos vários países e pelo Eurostat.

As mais-valias destes dois inquéritos, enquanto painéis de famílias ao nível europeu, radicam, designadamente, em três aspectos:

- (i) possibilidade de harmonização e coerência das estatísticas sociais ao nível europeu, permitindo a comparabilidade comunitária;
- (ii) alargamento das áreas das condições de vida como objecto de inquirição e, conseqüentemente, aprofundamento de análises multidimensionais em torno de fenómenos sociais e económicos;
- (iii) carácter longitudinal que possibilita seguir trajectórias individuais e familiares captando de forma mais eficaz as dinâmicas de mutação social e, até mesmo, os impactos de políticas sociais sobre a população em análise (Ferreira *et al.*, 2002, p. 15).

O PEADP é a fonte estatística privilegiada na análise empírica deste trabalho, dado que, à luz das mais-valias evidenciadas, será possível efectuar e confrontar as análises estática e dinâmica sobre o fenómeno da pobreza, dando destaque à mulher enquanto unidade de análise. Ainda que o recurso ao ICOR se pudesse traduzir numa avaliação mais actual do fenómeno, a dificuldade de compatibilidade directa de indicadores sobre as condições de vida da população entre as duas fontes foi um dos pontos que nos levou à opção de análise do fenómeno da pobreza no feminino com base no PEADP, que além de permitir uma perspectiva dinâmica do fenómeno, garante uma avaliação da evolução das situações de privação ao nível estático.

Centrando-nos no instrumento adoptado para este estudo, destacam-se as diferentes dimensões de bem-estar passíveis de se observar: condições internas e externas do alojamento, bens de conforto, capacidade económica dos indivíduos e do próprio agregado familiar, situação perante o mercado de trabalho e condições de trabalho, bem como educação e formação, participação social e estado de saúde.

De acordo com os respectivos regulamentos do Parlamento Europeu e do Concelho da União Europeia o universo do PEADP refere-se à população que vive em agregados domésticos privados (ADP), sendo que existem duas unidades de observação: o ADP e os seus respectivos membros. A amostra é repetida no tempo e totalmente sobreposta (em painel), sendo de acrescentar que é representativa a nível nacional.

Existem três bases de informação em cada um dos anos, consoante a unidade de observação. Uma das bases congrega toda a informação demográfica ao nível individual, uma outra, mais exaustiva, apresenta informação sobre os indivíduos com 16 ou mais anos e, uma terceira, dispõe de informação sobre o agregado familiar¹⁸ (Eurostat, 2003). Em 1995, a dimensão amostral do PEADP era de 4 916 agregados familiares, abrangendo 14 826 indivíduos, sendo 11 858 com 16 ou mais anos. Em 2001, esta dimensão passou para 4614 agregados, englobando 13 285 indivíduos (10 915 com 16 ou mais anos).

Um ponto a ter em atenção refere-se à diminuição da amostra do PEADP ao longo dos anos, ainda que a dimensão populacional tenha aumentado ligeiramente, dando destaque ao atrito longitudinal muito comum neste tipo de inquéritos longitudinais¹⁹. Tal como se referiu atrás, são necessários vários cuidados aquando da obtenção de um painel equilibrado para uma análise longitudinal do fenómeno. A calibragem de um painel envolve frequentemente operações de imputação para permitir a internalização de determinadas variáveis de interesse para a análise que registem *missings* de forma a minorar os efeitos da manifestação de *atrito secundário* nas bases de dados (isto é, a exclusão de observações não porque os indivíduos deixem de estar representados na base mas porque apresentam células de informação em branco – *missings* – em relação a variáveis de interesse para a investigação). Porém, quer na análise estática quer dinâmica

¹⁸ Por uma questão de simplificação, designar-se-á o ADP por agregado familiar.

¹⁹ Portugal é dos Estados-Membros da UE com menores variações entre as distintas vagas deste inquérito, relativamente ao número de agregados e indivíduos observados (Eurostat, 2002).

procedeu-se à remoção das observações com *missings* por representarem uma margem muito pequena de observações.

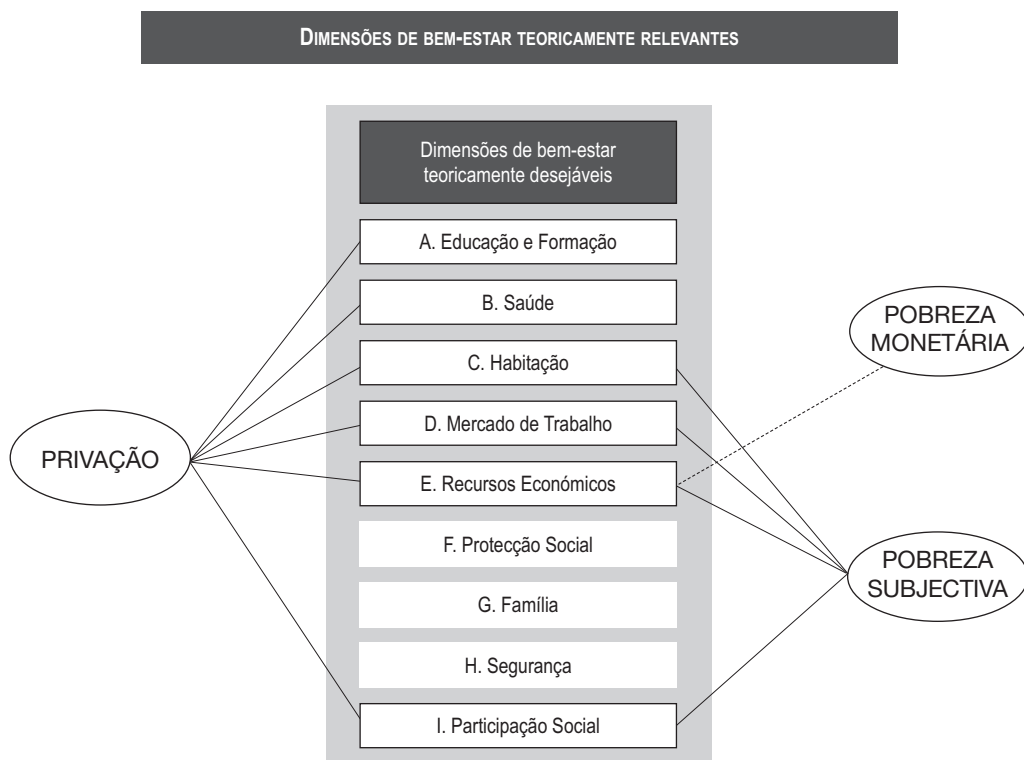
A grande maioria das dimensões de bem-estar contempladas no PEADP tem como unidade de observação *o indivíduo*, exceptuando o caso concreto das condições de alojamento e dos bens de conforto, que, naturalmente, se referem a condições de vida equivalentes a todos os membros do agregado familiar. Sendo a mulher adulta²⁰ a principal unidade de análise deste estudo, será sempre possível avaliar a sua privação englobando distintas dimensões de bem-estar.

Porém, a fontes estatística aqui descrita não é isenta de problemas. As variáveis disponíveis no PEADP estão aquém da diversidade e abrangência consideradas necessárias num fenómeno tão complexo como a pobreza. Esta é, sem dúvida, uma das limitações deste instrumento. Aliás, Bomba *et al.* (2006b) chamam a atenção para esse tipo de limitações, contrapondo um instrumento mais completo e abrangente nesta temática. O ICOR, enquanto substituto do PEADP, é mais completo na recolha de informação sobre algumas das áreas (por exemplo, a componente de rendimento não monetário e rendimento bruto e líquido). A distribuição, o controlo e a gestão dos recursos monetários e não monetários dentro do agregado é outra das vertentes negligenciadas ainda que de forte relevância na análise da pobreza no feminino.

O esquema que se segue pretende sistematizar a relação entre as dimensões de bem-estar teoricamente desejáveis, na análise da pobreza monetária, privação e pobreza subjectiva no feminino, face ao que se dispõe na fonte estatística seleccionada para a análise empírica.

²⁰ Com 16 ou mais anos, quando se recorre ao PEADP.

Figura 5 – Dimensões de bem-estar disponíveis no PEADP



Ainda que se disponha de informação sobre a satisfação dos indivíduos face a algumas dimensões de bem-estar, dado assim relevo ao conceito subjectivo de pobreza, a análise empírica deste trabalho dá especial ressaltado à análise da pobreza monetária e da privação. Neste sentido, para estas duas análises segue-se uma explicação mais detalhada dos diferentes indicadores utilizados. Adicionalmente, no Quadro 1, em anexo, podem-se visualizar em maior detalhe os indicadores seleccionados por dimensão de bem-estar e respectivas categorias, consoante a perspectiva estática ou dinâmica da análise da privação.

A análise da pobreza monetária no feminino irá recorrer à dimensão *Recursos Económicos* privilegiando somente o indicador dado pelo rendimento disponível. O PEADP disponibiliza este indicador, segundo especificidades próprias, como expostas mais adiante.

A análise da privação no feminino não inclui as dimensões *Protecção Social*, *Família* e *Segurança* por não estarem disponíveis nos dados amostrais. A dimensão *Mercado de*

Trabalho também não é incluída por se referir a um subgrupo específico de indivíduos, ou seja, indivíduos com alguma relação com o mercado de trabalho. As restantes dimensões encontram especificidades próprias que devem ser tidas em conta na análise empírica.

A dimensão *Educação e Formação* engloba diversas subdimensões, como o acesso à educação e formação, o nível de educação (contemplando as habilitações, o grau de literacia e as aptidões), a formação contínua, o acesso à informação e tecnologia, entre outras. A primeira subdimensão mencionada não é possível de ser avaliada mediante os dados amostrais.

Relativamente à *Saúde*, importa referir que as bases de informação não avaliam o acesso com qualidade aos cuidados e serviços de saúde dos indivíduos, somente o estado de saúde propriamente dito. No caso específico da saúde feminina, não se consegue perceber os cuidados continuados a que a mulher se pode submeter. Um outro ponto de interesse nesta dimensão, e que se consegue avaliar com base nos dados disponíveis, embora ao nível do agregado familiar, refere-se ao acesso à nutrição.

Na dimensão *Habitação* é exequível avaliar diferentes níveis do contexto habitacional em que a mulher se insere, quer na componente interna (incluindo bens de conforto e infra-estruturas básicas) quer externa do alojamento. Convém, no entanto, mencionar que se referem a condições do alojamento partilhado pelo agregado familiar, sendo por isso medidas segundo indicadores ao nível do agregado.

No que se refere aos *Recursos Económicos* é relevante que se considerem subdimensões que avaliem as oportunidades e autonomia económica da mulher, salientando-se aspectos como o endividamento, o acesso ao crédito, o direito de herança, gestão e o controlo do rendimento dentro do agregado familiar. Porém, todas estas subdimensões encontram-se descuradas das bases amostrais disponíveis. Outras subdimensões como o próprio rendimento disponível, individual e do agregado, bem como a capacidade económica para fazer face a despesa diversas (como vestuário, aquecimento, habitação, entre outras) são passíveis de obter com base na informação disponível.

A dimensão *Participação Social* pretende captar a componente de participação da mulher na vida cívica, social e cultural. Note-se, no entanto, que a falha de informação nesta dimensão é direccionada para a parte da participação da mulher na tomada de decisão política e em cargos superiores da administração pública a vários níveis.

A análise empírica sobre grupos específicos, como os apresentados na secção 3.2, encontra-se dependente da sua identificação no PEADP. Os grupos das mulheres idosas com carreiras contributivas irregulares e das mulheres com baixos níveis de escolaridade não estão acessíveis mediante os dados existentes. Adicionalmente, outros grupos estão associados a um número amostral bastante reduzido, requerendo especiais atenções na sua análise, na medida em que não permitem que se efectue inferências sobre o grupo populacional que representam. Encontram-se, neste caso, as mulheres que constituem uma família monoparental (com crianças a cargo), as mulheres com contratos de trabalho precários ou a tempo parcial e as mulheres desempregadas em idade mais avançada. Por

seu turno, os grupos constituídos por mulheres que vivem em famílias mais numerosas, mulheres que auferem rendimentos bastante mais baixos que os seus maridos ou companheiros e mulheres idosas isoladas, por apresentarem uma expressão amostral considerável, permitem que se avalie, de forma mais fiável, a sua situação perante a pobreza. Os Quadros 2 e 3, em anexo, evidenciam o número de observações amostrais não ponderadas sobre os diferentes grupos nas perspectivas estática e dinâmica da pobreza, respectivamente.

O fio condutor da análise que se segue tem subjacente a utilização de uma perspectiva absoluta e outra relativa. Em termos absolutos, é investigado o comportamento do fenómeno da pobreza no subconjunto das mulheres, tendo como referência a população no seu conjunto. Esta análise permite por um lado relativizar a posição das mulheres e identificar os grupos mais vulneráveis à pobreza. Em termos relativos, é introduzida a dimensão de género que pretende dar resposta a duas questões, fundamentalmente: a pobreza manifesta-se de forma diferenciada entre homens e mulheres? Quais os grupos em que esta diferenciação é mais significativa?

5.2 Pobreza monetária

Neste ponto analisam-se os resultados obtidos da análise estática para os anos terminais do período em estudo: 1995 e 2001. A partir desta análise pretende-se caracterizar a pobreza no feminino em cada um dos referidos anos e investigar, tanto quanto possível, a sua evolução.

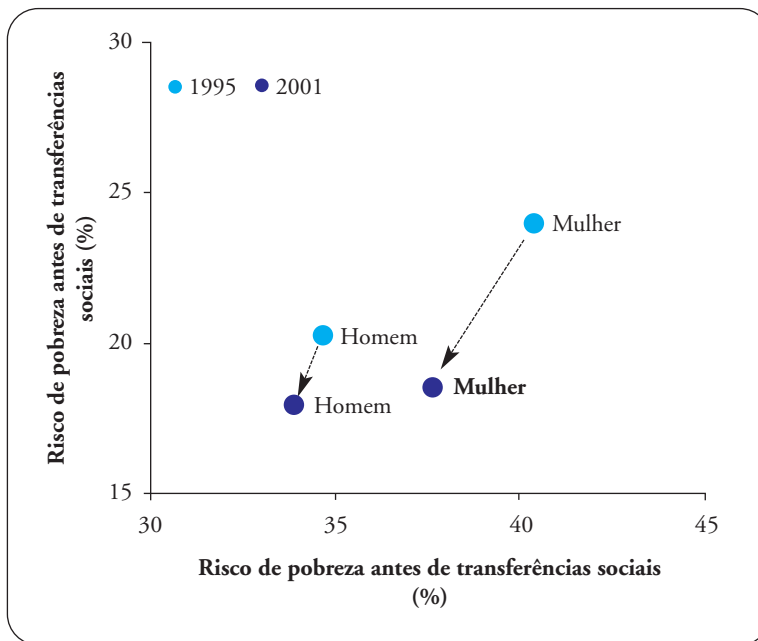
Incidência, intensidade e severidade

Os indicadores utilizados permitem-nos aferir a incidência, a intensidade e a severidade da pobreza. Numa análise estrita da pobreza no feminino, as estatísticas incluídas nos Quadros 4 e 5, em anexo, e ilustradas no Gráfico 1 atestam a importância das transferências sociais, enquanto elemento amortecedor da incidência da pobreza, com um efeito particularmente importante nos agregados monoparentais e nas mulheres idosas isoladas, apesar deste efeito, entre 1995 e 2001 se ter reduzido no caso das famílias monoparentais e se ter acentuado no caso das idosas.

Ainda que a expressão das famílias monoparentais seja fortemente reduzida no que concerne aos dados amostrais (levando a uma leitura cuidada sobre o fenómeno em estudo para este grupo), é de salientar que a redução do impacto das transferências é particularmente forte neste grupo. Adicionalmente, observa-se um crescimento em quase 70% do risco de pobreza para estas famílias que, simultaneamente, viram também agravadas as suas condições de vida tal como se depreende das estatísticas relativas à intensidade e severidade da pobreza, apresentadas no mesmo quadro. Aliás em 1995 o grupo das mulheres que coabitavam enquanto casal, embora sem rendimento individual, apresentavam uma intensidade e severidade da pobreza superior à das famílias

monoparentais femininas, facto que poderá estar associado ao impacto das transferências sociais na pobreza, tal como os números relativos à incidência da pobreza sugerem. Um estudo recente sublinha a este respeito que, na maioria dos casos, a situação de monoparentalidade não é desejada, resultando antes de situações impostas por abandonos ou separações unilaterais que deixam as mulheres com filhos, na esmagadora maioria das vezes, confrontadas com graves problemas financeiros²¹.

Gráfico 1. Efeito das transferências sociais no risco de pobreza monetária dos indivíduos – diferenciação por género, Portugal, 1995 – 2001



Fonte: INE, Painel Europeu de Agregados Domésticos Privados, 1995 e 2001 (dados ponderados)

De notar ainda que as famílias monoparentais são predominantemente compostas por mulheres (situação que abrange mais de 80% dos casos, segundo o recenseamento de 2001), que têm a guarda das crianças, são mães solteiras ou viúvas com filhos²². Com efeito, é de equacionar que muitas destas famílias facilmente cairiam na mais profunda indigência na ausência de transferências sociais.

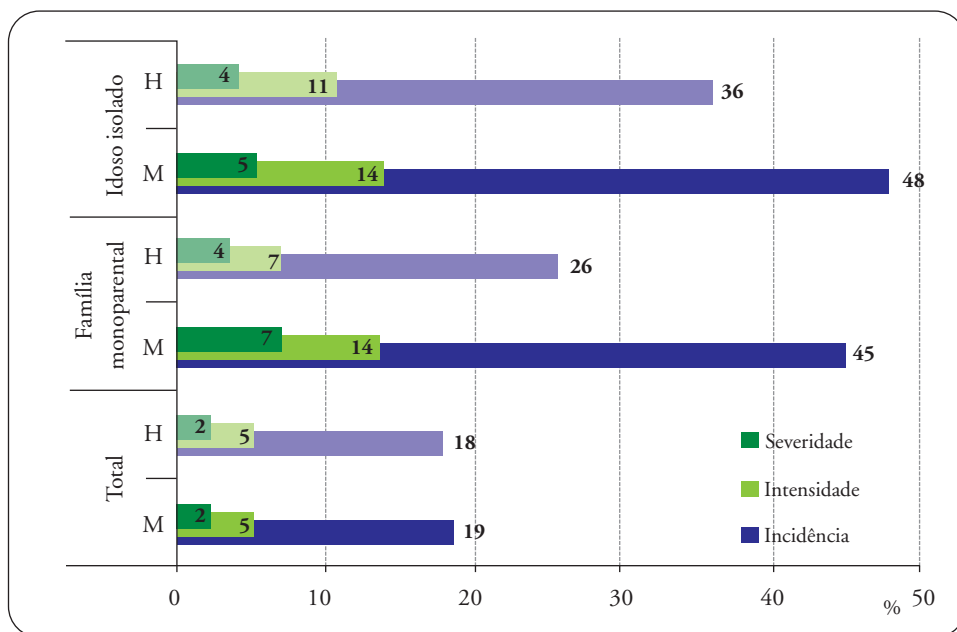
²¹ Para um maior desenvolvimento, veja-se Torres *et al.* (2004)

²² Consulte-se também Wall (2003).

Em relação à população total as mulheres parecem ser mais atingidas pela pobreza tanto em termos de incidência como de intensidade e severidade. Em 1995 a pobreza atinge cerca de 24% das mulheres, valor que desce para 18.5% em 2001, esbatendo-se a diferença em relação ao total da população.

Introduzindo a perspectiva de género na análise verifica-se que, globalmente, as mulheres são mais atingidas pela pobreza do que os homens, apesar da diferenciação por género se ter reduzido em muitos dos grupos considerados entre 1995 e 2001. Na verdade, a dimensão subjectiva reflecte estes resultados, sobretudo no que toca à satisfação com a situação financeira, que se revela em 2001 o factor que mais distingue as mulheres dos homens, ainda que nalguns casos tenha melhorado face a 1995. Naquele ano, as mulheres que vivem sozinhas com crianças a cargo são as que demonstraram mais insatisfação com a situação financeira. Também as mulheres em idade activa que coabitam enquanto casal e que têm um rendimento individual inferior a 50% do auferido pelo seu cônjuge, ou na situação em que esse rendimento está entre 50% e 70%, revelam um maior descontentamento com a sua situação financeira face aos homens.

Gráfico 2. Risco de pobreza monetária – diferenciação por género segundo grupos mais vulneráveis, Portugal, 2001



Fonte: INE, Painel Europeu de Agregados Domésticos Privados, 2001 (dados ponderados)

Esta diferenciação é mais significativa do que a referida no âmbito da comparação com a população em geral, como se poderá visualizar no Gráfico 2, e é particularmente notória ao nível das famílias monoparentais e idosos isolados, realçando a sua vulnerabilidade acrescida à pobreza.

Note-se, contudo, que em grupos tais como *indivíduo que coabita enquanto casal embora sem rendimento individual e indivíduo desempregado em idade mais avançada*, a diferenciação por género é simétrica da anterior uma vez que, nestes grupos, a incidência da pobreza penaliza mais fortemente os homens, ainda que o primeiro grupo apresente uma taxa de feminização muito elevada. Do ponto de vista subjectivo, esta situação laboral gera descontentamento, sobretudo entre os desempregados que têm idades compreendidas entre os 45 e os 64 anos. A este respeito, importa reter que a idade representa também um vector de discriminação e fragilização no mercado de trabalho, num contexto social que enleva as características socialmente associadas à juventude (vitalidade, energia, força, produtividade, actividade...) e penaliza os atributos socialmente atribuídos aos trabalhadores mais idosos. Afigura-se verosímil que, à luz das transformações socioeconómicas recentes, algumas mulheres enfrentem menores dificuldades em encontrar uma colocação na esfera laboral, embora frequentemente ocupem postos de trabalho desqualificados, precários e mal pagos. Este facto prende-se essencialmente com a forte contracção do sector secundário, designadamente dos segmentos tradicionais e fortemente empregadores de mão-de-obra masculina, com a expansão do sector terciário e de ocupações socialmente tidas como femininas e, também, com as menores expectativas das mulheres aquando da procura (e aceitação) de um emprego. Trata-se, porém, pelas razões expostas, de ocupações pouco propiciadoras de satisfação – como, aliás, releva da análise que incidiu sobre o grau de satisfação dos trabalhadores por conta de outrem quanto à actividade laboral.

Mobilidade e persistência

Neste ponto analisam-se os movimentos de entrada e saída da pobreza, na vertente monetária. A par com a incidência, intensidade e severidade aferidas no ponto anterior, esta análise adiciona uma quarta dimensão na análise do fenómeno da pobreza: a duração, ou persistência.

A partir da base de dados longitudinal construída com as observações incluídas no PEADP, relativamente ao período em estudo foi criado um painel equilibrado de indivíduos que permite identificar e caracterizar os processos dinâmicos do fenómeno da pobreza entre 1995 e 2001.

A análise a desenvolver neste ponto permitirá, por um lado, caracterizar os perfis temporais da pobreza enquanto escassez de rendimento e, por outro lado, identificar as tipologias de fluxos de entrada e saída da pobreza. Tal como foi feito na análise estática, a abordagem utilizada é bidimensional, no sentido em que se cinge inicialmente ao grupo

das mulheres, tendo como referência a população global e, posteriormente, integra a dimensão de género através da comparação homem/mulher.

O Quadro 6, em anexo, apresenta um conjunto de estatísticas que permitem caracterizar as tipologias longitudinais da pobreza, de acordo com os grupos de análise previamente definidos. Assim e em termos absolutos estes dados mostram que a população pobre longitudinal feminina é superior à correspondente proporção na população total, no que se refere à pobreza persistente e transitória, e iguala a correspondente à população total no que diz respeito à pobreza intermitente. Aliás a diferenciação relativa à pobreza persistente sobressai. A proporção de mulheres nesta categoria é cerca de 12% superior à verificada para a globalidade da população. A condição de pobreza persistente é particularmente grave uma vez que a pobreza persistente encerra as situações mais severas de pobreza, sublinhando a vulnerabilidade acrescida das mulheres. Simultaneamente, importa ainda ter presente que a prolongada privação incorre no risco de contribuir para a reprodução inter-geracional da pobreza, as dificuldades de acesso a instrução escolar, a formação profissional, à cultura em geral, a condições adequadas de saúde, qualidade habitacional, higiene e nutrição; a fraca qualidade das inserções socioprofissionais, a ausência de participação cívica e em redes de sociabilidade que extravasem as relações familiares e de vizinhança do bairro; a inexistência de expectativas positivas e de projectos quanto ao futuro...) ²³.

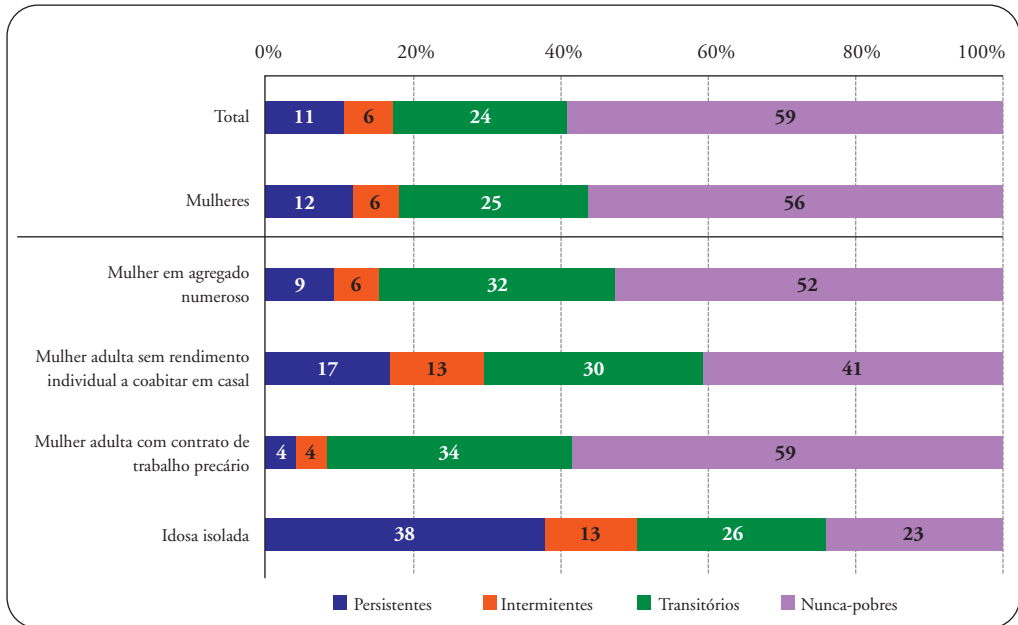
De acordo com a tipologia de grupos definida, é no grupo das mulheres que coabitam enquanto casal embora sem rendimento individual que se regista um peso mais acentuado da pobreza em termos longitudinais, em particular da pobreza crónica ²⁴. A este propósito, importa reter que, em geral, nos agregados pobres, as mulheres carregam muito mais o peso da pobreza na gestão quotidiana dos magros recursos, subalternizando a satisfação das suas necessidades à dos restantes membros do agregado familiar. No estudo sobre as mulheres pobres na cidade de Lisboa ²⁵, concluiu-se que lhes incumbe, quase exclusivamente, a responsabilidade pelo parco orçamento familiar e pela socialização dos filhos. Essa gestão, porém, incide sobre um montante que muitas vezes não é próprio, que é “dado” pelo marido ou pelos filhos quando estes começam a trabalhar e que, sendo escasso, tem de ser “esticado” o mais possível e muito esforçadamente no decorrer do quotidiano.

²³ Situação que é amplamente analisada por Perista, Gomes e Silva (1992).

²⁴ A pobreza crónica, na tipologia proposta, reúne os subgrupos dos pobres persistentes e intermitentes.

²⁵ Perista, *Ibid.*

Gráfico 3. Tipologia longitudinal da pobreza monetária por grupos de mulheres mais vulneráveis, Portugal, 1995-2001



Fonte: INE, Painel Europeu de Agregados Domésticos Privados, 1995-2001 (dados ponderados)

O conjunto das mulheres idosas isoladas também se destaca no contexto da pobreza crónica sendo de salientar que, neste grupo, a pobreza persistente atinge mais de 1/3 das mulheres nele incluídas. Na verdade, outros estudos dão conta de como muitas mulheres idosas vivem em condições de uma profunda solidão: a par do facto de a esperança média de vida ser superior à dos homens, a vivência da situação de isolamento e da privação agrava-se frequentemente devido à precarização do estado de saúde e à existência de pensões muito parcas, como sucede sobretudo nos casos de mulheres que foram domésticas e que não beneficiaram de um passado contributivo (e.g. pensões de viuvez e pensão social)²⁶.

Uma nota final no âmbito da pobreza transitória: trata-se de uma situação que incide mais significativamente no grupo das mulheres activas com trabalho precário e mulheres inseridas em agregados familiares numerosos, abrangendo mais de 30% das mulheres incluídas nestes grupos. A escassez de observações não nos permite aferir a pobreza longitudinal relativa às famílias monoparentais femininas. Apenas podemos

²⁶ Perista, *Ibid.*; veja-se também Guerreiro (2003).

mencionar que nestas a pobreza transitória parece ser preponderante, apesar de não atingir os valores que se referem aos grupos mencionados anteriormente.

Introduzindo a perspectiva de género na análise da pobreza em termos longitudinais, verifica-se que a diferenciação homem/mulher é mais significativa no conjunto das famílias numerosas, atingindo os 7 pontos percentuais nas situações de pobreza transitória e, de uma forma menos acentuada, no âmbito da pobreza persistente, com 1.5 pontos percentuais de desvio. Note-se, contudo, que é também neste grupo que se regista a única diferenciação por género em benefício das mulheres, nomeadamente no contexto da pobreza intermitente, atingindo os 2.6 pontos percentuais de diferença.

A diferenciação por género também é particularmente notória nos indivíduos em idade activa com contrato de trabalho precário, nomeadamente a pobreza transitória. Nesta categoria esta diferenciação é de 12 pontos percentuais. Esta situação não é com certeza alheia às diversas formas de discriminação existentes no mercado de trabalho que afectam as mulheres. Tendo presente a maior vulnerabilidade destas na esfera laboral, importa notar que ela reforça – e é reforçada – pela divisão sexual do trabalho no contexto familiar. Quanto mais precário e mal pago o emprego da mulher, maior a sobrevalorização do vencimento do cônjuge para a subsistência do agregado, maior a desvalorização do trabalho feminino, maior a assimetria na divisão do trabalho na relação de casal e, por conseguinte, menor a disponibilidade individual para o investimento na esfera profissional²⁷.

Os dados incluídos no Quadro 7, em anexo, permitem-nos caracterizar os aspectos associados aos fluxos de entrada e saída da pobreza. Do ponto de vista do *turnover* as mulheres registam uma fragilidade acrescida relativamente à população total, uma vez que têm uma menor taxa de saída e uma maior taxa de entrada e, conseqüentemente, a duração da pobreza feminina é superior à da globalidade dos indivíduos. Este resultado está, aliás, em consonância com a dimensão da pobreza persistente feminina anteriormente referida.

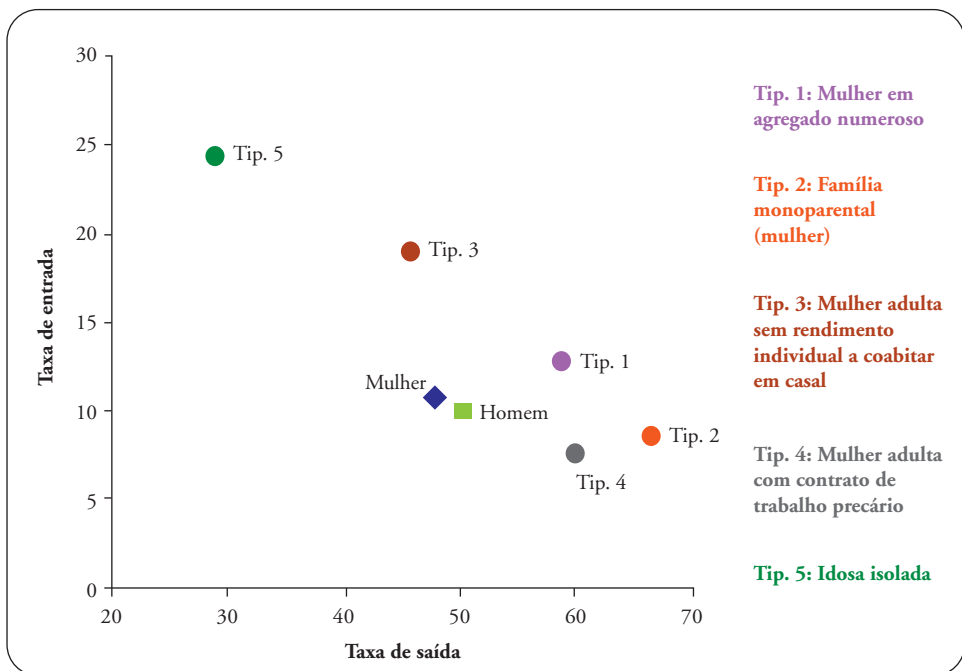
A análise por grupos realça a posição particularmente vulnerável à pobreza das mulheres idosas isoladas, como se destaca no Gráfico 4. A sua taxa de saída é cerca de 60% da taxa referente ao total da população e a sua taxa de entrada mais do que duplica a correspondente à globalidade dos indivíduos.

Ainda no contexto da análise estrita da pobreza no feminino refira-se a situação relativamente favorável das famílias monoparentais cujo representante é mulher, no que concerne a taxa de saída da pobreza (a escassez de observações não nos permite tirar ilações relativamente à taxa de entrada neste grupo). Esta taxa é cerca de 30% superior à taxa da população em geral e a mais elevada, relativamente aos diferentes grupos observados, resultado que vem no seguimento da importância relativa da pobreza transitória anteriormente referida.

²⁷ Realidade evidenciada em estudos recentes, designadamente em Torres *et al.* (2004) e Casaca (2005).

A introdução da perspectiva de género permite-nos afirmar que os homens estão numa posição mais favorável em termos do *turnover*, quer relativamente às mulheres como à globalidade da população. A diferenciação por género é mais notória ao nível da taxa de saída no subconjunto dos indivíduos em idade activa com trabalho precário. Este facto terá eventualmente a sua reminiscência nos factores discriminatórios do mercado de trabalho já anteriormente mencionados.

Gráfico 4. *Turnover* da pobreza por género e por grupos de mulheres mais vulneráveis. Portugal, 1995-2001



Fonte: INE, Painel Europeu de Agregados Domésticos Privados, 1995-2001 (dados ponderados)

5.3 Privação

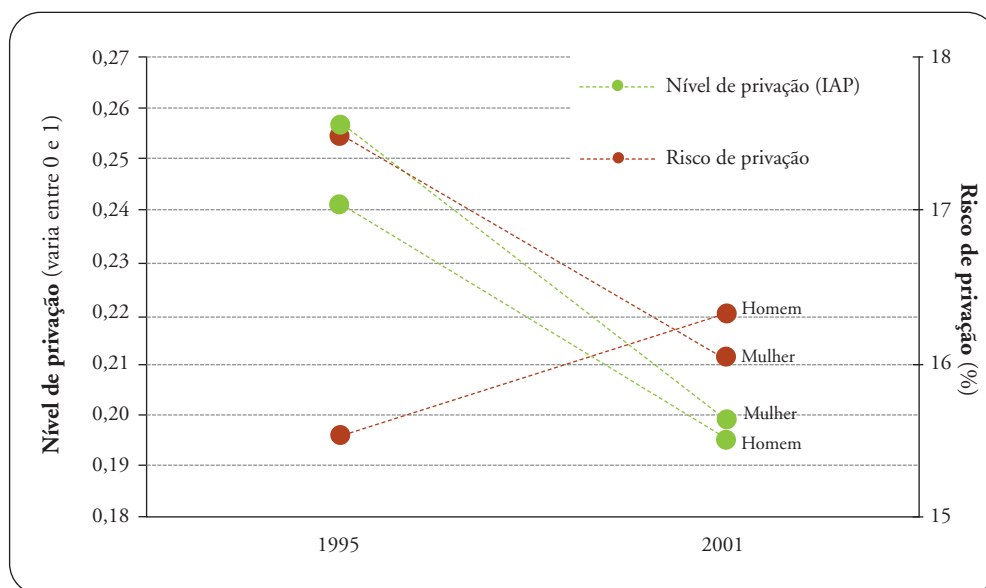
A metodologia de análise adoptada neste ponto visa investigar de forma directa as condições de vida dos indivíduos e, em particular, das mulheres, através da aferição do conjunto de indicadores de bem-estar previamente definidos e agregados em cinco dimensões: recursos económicos, saúde, educação e formação, participação social e habitação. A definição destes indicadores está de acordo com a conceptualização discutida da pobreza no feminino que suporta este estudo.

Tal como é feito no âmbito da pobreza monetária, procede-se, primeiro, à análise estrita da privação no subconjunto das mulheres e introduz-se, numa segunda instância, a dimensão de género, que visa identificar as potenciais diferenciações de privação entre homens e mulheres.

Risco e nível de privação

Os valores do Índice Agregado de Privação (IAP) apresentados nos Quadros 8 e 9, em anexo, mostram que, na sua globalidade, a privação é mais significativa para as mulheres do que para a população em geral nos dois anos considerados, apesar do decréscimo registado no valor do índice (tanto global como por categoria), o que traduz uma melhoria generalizada das condições de vida. Os resultados do Quadro 10, em anexo, comprovam a vulnerabilidade acrescida das mulheres, uma vez que estas registavam em 1995 um risco de privação superior ao do total da população. Note-se, contudo, que em 2001 este cenário não se repetiu, verificando-se um maior risco de privação no subconjunto dos homens. O gráfico que se segue evidencia este comportamento.

Gráfico 5. Nível de privação e risco de privação – diferenciação por género, Portugal, 1995 – 2001



Fonte: INE, Painel Europeu de Agregados Domésticos Privados, 1995 e 2001 (dados ponderados)

A análise por grupos mostra que as mulheres idosas isoladas apresentam os níveis mais elevados de privação, quer em termos de intensidade como de incidência. Todavia, é de assinalar que, apesar do decréscimo registado no valor do Índice Agregado de Privação para este grupo entre 1995 e 2001 – sugerindo alguma melhoria das condições de vida – se registou um acréscimo do risco de privação, ou seja, um maior número de indivíduos em situação de privação.

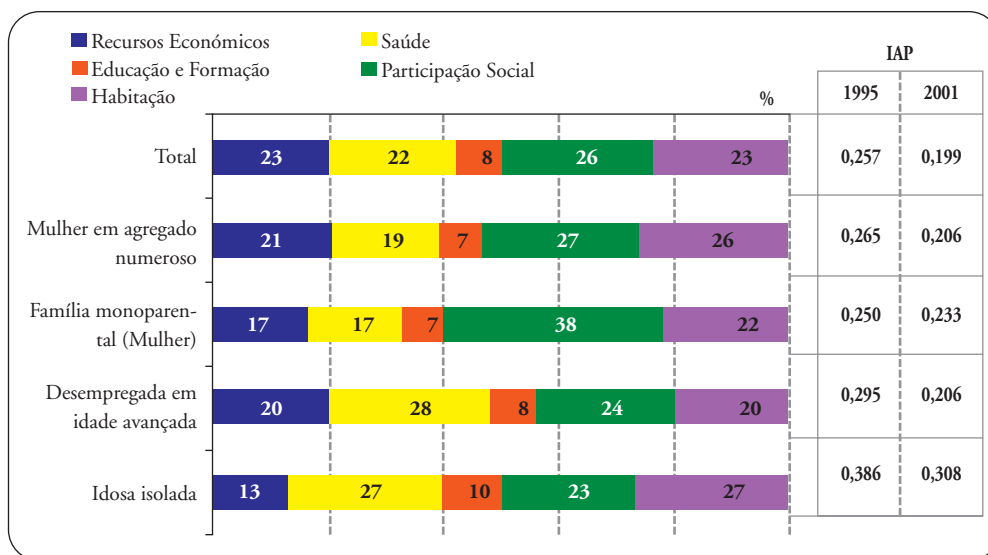
Contrariamente ao que acontecia no contexto da pobreza monetária, as famílias monoparentais femininas não apresentam uma assinalável vulnerabilidade à pobreza em termos de privação, quer do ponto de vista da incidência como da intensidade. Contudo, o risco de privação destas famílias quase duplicou entre 1995 e 2001, prosseguindo a tendência verificada no contexto da pobreza monetária. A confluência destes indicadores sublinha a deterioração das condições de vida destes agregados, durante este período.

Finalmente refira-se que a inserção das mulheres no mercado de trabalho é um factor que concorre para a diminuição do nível de privação, tanto em termos de incidência como de intensidade, uma vez que é nos agregados em que estas mulheres estão presentes que se registam os níveis mais baixos de privação. Esta constatação encontra eco noutros estudos que têm sublinhado a importância da relação de emprego na vida das mulheres; com efeito, o trabalho remunerado, além de constituir um meio fundamental de acesso a uma fonte de rendimento, contribui frequentemente para o reforço da auto-estima, para o sentimento de realização pessoal e de autonomia individual, tanto do ponto de vista material como simbólico. Concorre ainda para uma maior margem de capacidade e de poder de negociação na relação conjugal – facto que, por seu turno, pode contribuir para uma vivência menos pontuada pela privação, a que associa também uma maior predisposição para a satisfação das necessidades individuais²⁸.

Ainda no âmbito da análise estrita da pobreza no feminino, avalia-se de seguida o peso de cada dimensão de bem-estar no IAP – Índice Agregado de Privação. De acordo com os dados do Quadro 11, em anexo, a categoria D – Participação Social é aquela que apresenta um maior contributo para o nível de privação de grande parte dos grupos alvo, nos dois anos considerados. Todavia, em 1995, a categoria E – Habitação constituía também uma área de carência assinalável, cuja privação parece ter sido reduzida em 2001.

²⁸ Alguns dos estudos estão publicados em Perista e Chagas Lopes (1999); Torres *et al.* (2004); Casaca (2005).

Gráfico 6. Contributo de cada dimensão de bem-estar para o nível de privação segundo grupos de mulheres mais vulneráveis, Portugal, 2001



Fonte: INE, Painel Europeu de Agregados Domésticos Privados, 2001 (dados ponderados)

Retomando os constrangimentos que se colocam à concretização do bem-estar por via da participação social, afigura-se pertinente referir a escassez de tempo, fortemente agravada pelas múltiplas tarefas que recaem sobre as mulheres. Com efeito, os estudos já realizados sobre esta matéria confirmam que não se apresenta minimamente facilitado o quotidiano da maioria das portuguesas, frequentemente traduzido no sentimento de intenso cansaço e *stress*. A escassez de infra-estruturas de apoio à família, o modelo cultural vigente e as representações tradicionais em torno dos papéis sociais de homens e mulheres, são elementos indutores de uma forte desigualdade na divisão do trabalho no seio da família e, por conseguinte, também no plano laboral e social. Interessante é ainda observar, na linha de algumas investigações realizadas em Portugal, que a classe social influencia fortemente as redes de apoio familiar, observando-se uma associação linear entre situações de maior volume de apoio e situações de classe com volumes superiores de capitais. São, por conseguinte, as famílias mais necessitadas, com menos recursos educativos, dos segmentos menos qualificados e com menores rendimentos, aquelas que beneficiam de menores apoios familiares e informais. Tal constatação é válida para os problemas financeiros, mas também para os de ordem emocional, relativos à saúde ou outros de cariz mais prático²⁹.

²⁹ Veja-se, designadamente, Guerreiro e Romão, 1995; Portugal (1998); Wall *et al.*, (2001); Perista (2002); Vasconcelos (2002); Torres *et al.* (2004).

Uma nota final para os indivíduos idosos isolados do sexo feminino. Neste grupo a dimensão B – Saúde é aquela que mais contribui para o nível de privação destes indivíduos, como se pode evidenciar no Gráfico 6 apresentado anteriormente. Este resultado não é com certeza alheio ao reduzido valor das pensões que grande parte destas mulheres auferem, como consequência da inserção precária que eventualmente tiveram no mercado de trabalho.

Introduza-se agora a perspectiva de género na análise da pobreza no feminino. Voltando aos Quadros 7 e 8 verifica-se que nos dois anos observados a diferenciação por género penaliza de forma mais notória as mulheres nos grupos de idosos isolados e famílias monoparentais (neste último caso é particularmente significativa a diferenciação registada em 2001). O nível de privação das mulheres é cerca de 10% superior ao dos homens do mesmo grupo. No pólo oposto está o grupo dos indivíduos que coabitam enquanto casal embora sem rendimento individual. Neste grupo os homens atingem níveis de privação cerca de 20% superiores aos das mulheres do mesmo grupo.

A diferenciação por género ao nível do risco de privação é semelhante à analisada no contexto da incidência da privação, excepto no que concerne os idosos isolados. Neste grupo o risco de privação dos homens é superior ao das mulheres em 1995 mas inferior em 2001, sugerindo uma evolução positiva das condições de vida dos homens incluídos neste grupo.

Mobilidade e persistência

Neste ponto iremos analisar as condições de vida dos indivíduos e em particular das mulheres, a partir da observação de um conjunto de indicadores de bem-estar agregados nos cinco grupos anteriormente apresentados na análise estática da privação: recursos económicos, saúde, educação e formação, participação social e habitação.

A partir dos dados do Quadro 12, em anexo, verifica-se que as mulheres apresentam um *score* médio de privação mais elevado do que a totalidade da população nos dois anos observados, apesar da melhoria generalizada das condições de vida que a evolução do referido *score* sugere.

A análise por grupos alvo realizada a partir dos dados do Quadro 13, em anexo, mostra que o conjunto das mulheres desempregadas em idade mais avançada e as mulheres idosas isoladas são os grupos onde parece fazer-se sentir condições de vida mais agravadas, apesar do decréscimo do *score* médio de privação entre 1995 e 2001.

Ainda no âmbito da análise por grupos, é de notar a posição das famílias monoparentais femininas. Estas apresentam, nos dois anos observados, um *score* médio de privação semelhante ao da população no seu todo, sugerindo a existência de condições de vida pouco diferenciadas da norma social vigente, tal como já tinha sido referido anteriormente no contexto da análise estática da privação.

A observação dos dados do Quadro 14, em anexo, permite-nos avaliar a privação desagregada de acordo com as cinco dimensões previamente definidas. A estrutura da

distribuição da privação é comum aos dois anos observados, quer no que diz respeito aos diferentes indicadores de *per-se* como no que concerne à posição relativa das mulheres face à população total. As áreas onde parece registar-se maiores índices de privação são os recursos económicos (cerca de 65% das mulheres está privada em termos de rendimento e mais de 80% não está inserida em agregados com capacidade para fazer poupanças), a saúde (cerca de 70% das mulheres não consultou um médico dentista no último ano) e da educação e formação (cerca de 90% das mulheres não participou em educação ou formação no último ano e mais de 80% está privada em termos de habilitações literárias). A um nível menos significativo a participação social é também uma área de relativa carência (cerca de 40% das mulheres está incluída numa família sem possibilidade de ter uma semana de férias fora de casa). Finalmente, note-se que é no âmbito dos recursos económicos, nomeadamente do rendimento individual, que a diferenciação das mulheres relativamente à população total é mais significativa, indo ao encontro dos resultados obtidos no contexto da pobreza monetária estática.

A análise da mobilidade em termos de privação que se segue é feita a partir dos dados incluídos nos Quadros 15 e 16, em anexo. De acordo com estas estatísticas a proporção de mulheres que regista um acréscimo no score de privação é superior ao verificado no total da população, demonstrando mais uma vez a vulnerabilidade acrescida destas à pobreza.

A introdução da perspectiva de género nesta análise permite-nos afirmar que as mulheres apresentam desvios relativamente aos homens mais significativos do que relativamente à globalidade da população, tanto em termos do score médio de privação como da mobilidade adversa entre escalões de privação, ou seja, a que traduz um agravamento das condições de vida. Refira-se, contudo, que esta diferenciação é mais acentuada em 2001 do que em 1995, realçando uma evolução desfavorável das condições de vida das mulheres relativamente aos homens.

Os grupos-alvo onde se regista uma diferenciação mais significativa são também aqueles onde a privação se faz sentir mais intensamente: desempregados em idade mais avançada e idosos isolados. De notar que o score médio referente às famílias monoparentais é semelhante para homens e mulheres, sugerindo que a vulnerabilidade destas famílias face à privação não é afectada por questões de género.

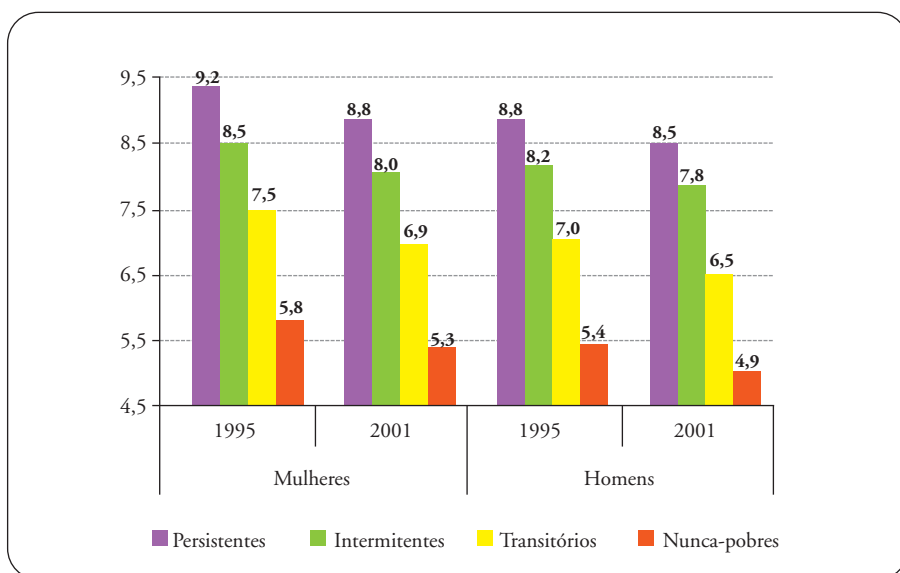
A distribuição da privação por dimensão de bem-estar suscita diferenciações de género mais acentuadas no que concerne o rendimento individual: a proporção de mulheres em situação de privação face a este indicador mais do que duplica a proporção de homens nas mesmas condições.

A investigação empírica desenvolvida baseou-se na utilização de duas metodologias: monetária e privação. A abordagem monetária parte de um conceito estrito de pobreza, confinado à escassez de rendimento. A abordagem da privação por seu turno, baseia-se numa noção mais alargada da pobreza, identificada como um estado deficitário de bem-estar, resultante quer da escassez de rendimento quer da inexistência de determinados consumos considerados essenciais e, por isso, limitativos das condições de vida.

Trata-se de metodologias complementares cuja interface enriquece o conhecimento do fenómeno. A partir desta análise será possível caracterizar a privação dos indivíduos e em particular das mulheres, em função da sua posição relativa face ao limiar de pobreza monetária.

Os dados do Quadro 17, em anexo, mostram que, independentemente da situação de pobreza monetária, as mulheres registam um nível de privação médio superior ao da população em geral e aos homens em particular. Este padrão também é comum a todas as categorias longitudinais da pobreza apresentadas no Quadro 18, em anexo, apesar de, neste contexto, a diferenciação por género ser mais notória, nomeadamente ao nível dos pobres persistentes, pobres transitórios e nunca pobres, como sugere o gráfico seguinte.

Gráfico 7. *Score* médio de privação por classificação longitudinal da pobreza monetária – diferenciação por género, Portugal, 1995-2001



Fonte: INE, Painel Europeu de Agregados Domésticos Privados, 1995-2001 (dados ponderados)

No que concerne à mobilidade dos *scores* de privação entre 1995 e 2001, tendo em conta a situação de pobreza monetária, patente nos Quadros 19, 20 e 21, em anexo, mais uma vez se verifica que as mulheres estão numa posição mais vulnerável à pobreza/privação quer relativamente à população total como aos homens. No subconjunto dos indivíduos pobres em ambas as vagas, sobressaem dois resultados desfavoráveis às mulheres: por um lado, tanto na população em geral como no subgrupo dos homens a proporção de indivíduos com um *score* de privação relativamente elevado (superior a

12) decresceu entre 1995 e 2001, inversamente ao que aconteceu com as mulheres. Por outro lado, a proporção de mulheres pobres em ambas as vagas com um *score* de privação elevado é superior à proporção de homens ou da população em geral nas mesmas condições. Trata-se, assim, de uma dupla desvantagem das mulheres que vivem em situação de pobreza, sugerindo um relativo agravamento das suas condições de vida. Esta é uma questão que nos remete para a multidimensionalidade do fenómeno da pobreza e para o risco de experiência de um ciclo vicioso: a degradação das condições materiais pode conduzir a uma precarização das condições de saúde, cercear cada vez mais as possibilidades de acesso à cultura, à participação cívica, ao entretenimento e ao convívio. A vida, no seu todo, degrada-se no quadro de um processo cumulativo de isolamento, deterioração da auto-estima, bem como de ausência de objectivos e de expectativas positivas quanto ao futuro³⁰.

Também as mulheres não pobres em qualquer das vagas apresentam uma evolução relativamente desfavorável do *score* de privação com uma diferenciação em termos de género assinalável (no conjunto das mulheres com um *score* de privação elevado a proporção de não pobres aumentou enquanto que a correspondente aos homens nas mesmas circunstâncias diminuiu).

A mobilidade de *scores* de privação, de acordo com a classificação longitudinal da pobreza monetária, seguiu um padrão distinto do referido no contexto da situação de pobreza monetária anteriormente analisado. Tendo em conta os dados apresentados nos Quadros 22, 23 e 24, em anexo, e focando a atenção no subconjunto dos indivíduos com elevado *score* de privação, verifica-se que a proporção de pobres persistentes cresceu na população total e, de uma forma mais acentuada, no subconjunto das mulheres mas decresceu no subconjunto dos homens. A proporção de pobres intermitentes aumentou tanto nos homens como nas mulheres e na população total, sendo mais notório o aumento no subconjunto dos homens. A proporção de pobres transitórios só cresceu no subconjunto dos homens e, por último, relativamente aos não pobres, a proporção de indivíduos com um *score* de privação elevado só aumentou no subconjunto das mulheres. Em síntese e em termos evolutivos podemos então afirmar que entre 1995 e 2001 as condições de vida sofreram um agravamento particularmente significativo no subconjunto das mulheres pobres persistentes, o que pode indicar uma maior intensidade da pobreza mais duradoura neste subconjunto, contrariamente ao que aconteceu com os homens. Todavia, nas situações de pobreza temporalmente menos gravosa – pobreza transitória – a proporção de mulheres com elevados *scores* de privação diminuiu para cerca de metade, sugerindo um potencial incremento nas suas condições de vida. Contudo, a proporção de homens nestas circunstâncias aumentou. Já ao nível dos nunca pobres, a proporção de mulheres com elevados níveis de privação cresceu e a de homens diminuiu.

³⁰ Id. *Ibid.*; Veja-se também Rosa *et al.* (2000); Kovács (2002).

6.

Conclusão

Seguindo uma concepção multidimensional da pobreza no feminino, este estudo procurou analisar e compreender a problemática deste fenómeno em Portugal, a partir dos dados incluídos no Painel Europeu de Agregados Domésticos Privados e dando especial relevo aos anos de 1995 e 2001. A pobreza no feminino foi concebida não só em função da ausência ou escassez de recursos económicos (*pobreza monetária*), mas também em termos da *privação* que pode estar associada à especificidade da *mulher*. Esta condição foi inferida a partir da análise de um estado deficitário de bem-estar, que pode ser vivenciado em várias dimensões (modelo de análise, Figura 1).

A investigação efectuada adoptou duas metodologias para a medição quantitativa: em primeiro lugar, o recurso à *análise estática* permitiu apuramentos autonomizados para os anos em destaque permitindo avaliar a condição das mulheres perante a pobreza monetária e a privação ao nível da sua incidência e intensidade. Complementarmente, ao abrigo de uma *análise dinâmica*, foi possível adicionar a dimensão temporal e, por sua vez, averiguar a persistência da pobreza, os seus contornos e principais grupos alvo, assim como situações de mobilidade desencadeadas pelos fluxos de entradas e saídas da pobreza. No que à privação diz respeito, a análise recaiu sobre cinco dimensões: recursos económicos, saúde, educação e formação, participação social e habitação.

Dos apuramentos efectuados a partir da análise estática, é possível inferir que, em relação à população total, as mulheres são mais atingidas pela pobreza monetária tanto em termos de incidência como de intensidade e severidade: as mulheres estão em desvantagem em relação aos homens, apesar de a diferença ter diminuído em 2001 relativamente a 1995. Pode mesmo apurar-se que, em alguns casos, a incidência da pobreza foi mais penalizante para alguns grupos de homens (*indivíduo que coabita enquanto casal embora sem rendimento individual e indivíduo desempregado em idade mais avançada*) – facto que pode sugerir o efeito da crise recaída sobre determinados segmentos do sector industrial, marcadamente masculinos e pouco qualificados, o consequente aumento do desemprego e a escassez (ou mesmo ausência) de oportunidades de reconversão profissional e de empregabilidade.

No que ao nível de privação diz respeito, verifica-se que este é mais significativo para as mulheres do que para a população no seu todo, seja em 1995 ou em 2001, apesar

do registo de alguma melhoria nas condições de vida neste último ano. O grupo feminino mais vulnerável é composto pelas mulheres idosas isoladas, tanto em termos de intensidade, como no que toca ao risco de privação (mais acentuado ainda no último ano em análise). De sublinhar é também o facto de os dados confirmarem que a participação das mulheres no mercado de trabalho se reflecte na diminuição do nível de privação. Quando são avaliadas as cinco dimensões de bem-estar no segmento feminino, constata-se que a *participação social* é aquela que mais contribui para o nível de privação, seguindo-se a *habitação*, independentemente do ano considerado. A *saúde* merece também destaque por se tratar da dimensão que mais contribuiu para o nível de privação no caso das mulheres idosas isoladas.

A análise dinâmica, ao adicionar a vertente *duração*, veio possibilitar uma avaliação quantitativa ainda mais fecunda. A focagem longitudinal sobre a pobreza monetária permitiu concluir que a população feminina é, em termos de pobreza persistente e transitória, superior à correspondente proporção na população total, igualando o valor correspondente em situações de pobreza intermitente. De realçar que o peso mais acentuado da pobreza em termos longitudinais, em particular da pobreza crónica, é observado no grupo das mulheres que coabitam enquanto casal embora sem rendimento individual. Quanto ao *turnover*, nota-se igualmente a fragilidade acrescida no segmento feminino relativamente à população total, com as mulheres a evidenciarem uma menor taxa de saída e uma maior taxa de entrada na pobreza monetária; as mulheres idosas isoladas apresentam-se, também a este respeito, como o grupo mais vulnerável.

Tendo presente as cinco dimensões de bem-estar, verifica-se que as mulheres apresentam um *score* mais elevado de privação nos dois anos em análise, relativamente à população no seu todo, não obstante uma melhoria nas condições de vida em 2001. Importa destacar que, no caso das mulheres desempregadas em idade mais avançada e das mulheres idosas isoladas, se assistiu a um agravamento das suas condições de vida. Considerando o subconjunto feminino, as dimensões que se reflectem em maiores índices de privação são os recursos económicos, a saúde e a educação e formação. A integração da perspectiva de género permitiu apurar que é no que tange ao rendimento que a diferença em termos de privação mais se faz notar, em benefício dos homens. Em termos longitudinais, é possível inferir que, entre 1995 e 2001, se verificou um agravamento significativo das condições de vida no subconjunto feminino. Cabe sublinhar que este registo de persistência, que atinge sobremaneira as mulheres, abriga as situações mais severas de empobrecimento, gera uma espiral de degradação das condições de vida, tanto no plano objectivo e subjectivo, e pode encerrar definitivamente os caminhos de saída.

Relativamente à representatividade dos principais grupos alvo em Portugal, importa referir que alguns deles apresentam uma escassez de observações amostrais, o que limitou fortemente a análise tanto estática como dinâmica. Adicionalmente, dadas as limitações inerentes à informação quantitativa disponível, não foi possível levar à prática o modelo multidimensional previamente definido como desejável do ponto de vista teórico e

analítico. Assim sucedeu com as dimensões *protecção social, segurança, mercado de trabalho e família*, para as quais não foi possível encontrar cobertura estatística. Relativamente a esta última dimensão, importa sublinhar a sua relevância na concretização de uma análise da pobreza no feminino; efectivamente, a avaliação do modo como a distribuição, o controlo e a gestão dos recursos monetários e não monetários são realizados no interior do agregado afigura-se fundamental num estudo sobre a pobreza que reflecta a dimensão de género. Além da necessidade de obtenção de indicadores que, no futuro, possam permitir uma resposta mais adequada da parte das fontes estatísticas, é também de sublinhar que os estudos de carácter quantitativo carecem de um maior entrosamento com processos analíticos de cariz mais qualitativo que permitam uma análise verdadeiramente compreensiva do fenómeno da pobreza no feminino. Paralelamente, a percepção subjectiva da pobreza diferenciada por género é outra vertente de análise da pobreza no feminino que se considera pertinente. Ainda que este trabalho tenha explorado superficialmente esta componente, os instrumentos disponíveis para a análise desta temática já incorporam alguma informação que permite abordar complementarmente este fenómeno.

Por último é de salientar que se poderá atribuir um carácter actual e contextualizado ao nível europeu da temática abordada neste relatório. Por um lado, o ICOR, enquanto inquérito implementado a partir de 2004, permite ir ao encontro de um período temporal mais recente (2004 e 2005), muito embora tenha o inconveniente de não incorporar as mesmas variáveis seleccionadas para a análise da privação com base no PEADP e de representar uma nova série nesta temática. Por outro lado, será sempre possível confrontar a situação de Portugal com os restantes países através dos inquéritos ECHP e SILC, sendo necessário um ajustamento na selecção de indicadores de bem-estar para assegurar a realidade específica de cada país.

PARTE

Pobreza no
feminino na UE: uma nova bateria
de indicadores



1.

Introdução

As questões relativas ao estatuto e à situação das mulheres na sociedade têm merecido uma atenção crescente por parte, quer dos poderes políticos como da comunidade em geral. As Nações Unidas promoveram entre 1976 e 1985 a *Década das Nações Unidas para as Mulheres*, iniciativa que assinalou decisivamente a importância da eliminação das desigualdades entre homens e mulheres. A reflexão então promovida mostrou que estas questões extravasam o domínio feminino, tendo impacto também nos homens e, em última instância, no processo de desenvolvimento.

Na década de 90 as grandes conferências internacionais³¹ nas áreas do ambiente, desenvolvimento económico e social, direitos humanos e, particularmente, a Conferência sobre as Mulheres em Pequim (1995), contribuíram significativamente para o aprofundamento da problemática do género, colocando as questões da igualdade entre homens e mulheres em termos de direitos humanos.

A Conferência de Pequim, organizada pelas Nações Unidas, adoptou uma Declaração e uma Plataforma de Acção, que constituem instrumentos fundamentais no domínio das questões associadas com o estatuto e situação das mulheres na sociedade contemporânea. Este documento inventaria um conjunto de áreas críticas, que sintetizam os problemas específicos das mulheres e propõe estratégias que contribuem para a sua resolução.

A UE aprovou em 2005 uma Declaração Ministerial que reitera os compromissos assumidos na Plataforma de Pequim e reforça a vontade política de cumprimento das acções preconizadas. Recentemente, o Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia instituíram 2007 como o *Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos*. Esta iniciativa pretende sensibilizar a opinião pública para a importância da

³¹ Refiram-se a este propósito as conferências: sobre Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro (1992), sobre Direitos Humanos em Viena (1993), sobre População e Desenvolvimento no Cairo (1994) e sobre Desenvolvimento Social em Copenhaga (1995).

promoção da igualdade e da não discriminação, tanto em termos de sexo como de origem racial, deficiência, orientação sexual ou idade, com vista a uma sociedade mais coesa.

Apesar do empenhamento político na promoção da igualdade e dos direitos das mulheres, ainda permanecem muitos desafios e obstáculos que impedem a prossecução global dos objectivos de desenvolvimento, internacionalmente acordados nas diversas Declarações e Programas de Acção aprovados.

De facto, a mulher continua a ser alvo, mesmo nas sociedades mais desenvolvidas, de várias formas de desigualdade ao nível: da educação, da formação contínua, do mercado de trabalho, do acesso aos órgãos de poder, da participação cívica e da partilha de responsabilidades no seio da família. Estas formas de desigualdade têm consequências particularmente gravosas no subconjunto das mulheres economicamente mais desfavorecidas, uma vez que estão fortemente associadas às trajectórias de pobreza.

O reconhecimento da importância das questões de género, no processo de desenvolvimento, chamou a atenção dos poderes políticos para a necessidade de inclusão destas questões no planeamento de medidas e programas de acção, dadas as diferentes consequências que tais medidas e programas poderão ter em homens e mulheres. O género introduziu assim uma perspectiva indispensável na análise e avaliação do tecido económico-social, fornecendo importantes elementos ao processo de tomada de decisão política.

No contexto da Presidência portuguesa da UE no 2º semestre de 2007, o Grupo de Alto Nível para o *Mainstreaming* do Género, propôs a Portugal a construção de um conjunto de indicadores, comuns a todos os Estados-Membros, na área crítica “*As mulheres e a pobreza*” integrada na Plataforma de Acção de Pequim.

Nesse âmbito, foi desenvolvido o presente estudo tendo como principal objectivo apresentar uma proposta de um conjunto de indicadores que permitam analisar e avaliar ao nível da UE, a implementação dos objectivos e a prossecução de estratégias definidas na Plataforma de Acção de Pequim. Este estudo contribuirá assim para:

- conhecer a situação de cada Estado-Membro da UE relativamente às metas e acções preconizadas na Plataforma de Acção de Pequim;
- avaliar em que medida a problemática do género é tomada em consideração na definição das políticas macroeconómicas;
- diagnosticar e contextualizar o fenómeno da pobreza no feminino, no âmbito do aprofundamento e compreensão do problema mais geral da pobreza e exclusão social na Europa.

Apresenta-se agora o trabalho realizado, que está dividido em quatro partes. Na secção seguinte faz-se a contextualização da pobreza e exclusão social das mulheres na UE no passado recente, identificando os principais contornos do fenómeno. De seguida procede-se ao enquadramento teórico e conceptual da pobreza no feminino analisando designadamente as diferentes perspectivas teóricas desenvolvidas nesta área,

as implicações da Plataforma de Acção de Pequim no processo de promoção da igualdade entre homens e mulheres, os principais trabalhos empíricos desenvolvidos sobre a realidade portuguesa e os factores associados ao fenómeno. Apresenta-se, na secção seguinte, um questionário que foi utilizado para conhecer a opinião dos peritos do Grupo de Alto Nível para o *Mainstreaming* do Género sobre a importância, em cada um dos países que representam, as diversas dimensões da pobreza que identificámos e analisam-se os resultados do inquérito realizado. Finalmente apresenta-se uma proposta de indicadores de pobreza numa perspectiva de género para serem utilizados na União Europeia.

2.

As mulheres e a pobreza na UE: breve enquadramento

A pobreza e a exclusão social constituem uma das grandes preocupações actuais da Humanidade, integrando as agendas políticas e as cimeiras de alto nível, que procuram definir estratégias orientadas para a resolução do problema. O combate à pobreza, à exclusão social e à precariedade constituem desígnios nacionais, europeus e mundiais. Numa sociedade cada vez mais global, é imperioso corrigir assimetrias e promover a participação social de todos.

A pobreza é um fenómeno generalizado a todo o mundo e não específico dos países subdesenvolvidos. Nos países mais pobres, predomina a escassez de recursos para fazer face a necessidades tão básicas como alimentação e cuidados de saúde, levando à marginalização face a padrões de vida mínimos. Já nos países mais ricos, a escassez de recursos tem fundamentalmente um carácter relativo, face a um padrão de vida dominante ou médio, embora as situações de privação absoluta também existam (como é o caso dos sem-abrigo, por exemplo).

As estatísticas mostram, de forma fundamentada e inequívoca, que a pobreza na UE atinge um número significativo de pessoas. De acordo com o Eurostat, cerca de 16% da população da UE estava em risco de pobreza no início do milénio, valor semelhante ao registado em 1995 e 2005. Na Europa dos 15 Portugal a Irlanda e a Grécia registavam, neste período, os maiores valores (na ordem dos 20%) em oposição à Finlândia, Alemanha e Bélgica (com riscos de pobreza em torno dos 12%). Os novos Estados-Membros apresentavam em 2005 um risco de pobreza médio na casa dos 17%, destacando-se a Letónia, Lituânia e Polónia com cerca de 20% da sua população em risco de pobreza.

Em termos do tempo de permanência na pobreza, o Eurostat também apresenta números preocupantes. De facto, as estatísticas estimam que 9% da população da EU (15) permanecia pelo menos há dois anos em situação de pobreza. A persistência da pobreza³² era no início do milénio particularmente acentuada em Portugal, na Grécia e na Irlanda (com cerca de 14% de pobres persistentes).

³² A persistência da pobreza é avaliada através do indicador de Leaken, estimado pelo Eurostat, que calcula, com referência a um determinado ano, a proporção da população com rendimento abaixo do limiar de pobreza nesse ano e em pelo menos dois dos três precedentes – *at-persistent-risk-of-poverty rate*.

Numa primeira análise da intensidade da pobreza³³ pode afirmar-se, que em 2005 a pobreza se deveria sentir mais fortemente nos novos Estados-Membros, nomeadamente na Polónia, na Lituânia e na Letónia. Em contrapartida na EU (15), os países da Europa do Sul registavam a maior intensidade de pobreza em oposição à Finlândia, Áustria e Dinamarca.

O risco de pobreza não é homogéneo. Assim, em termos de idade, as crianças e os idosos são os grupos mais expostos à pobreza. No que diz respeito às tipologias familiares, os agregados monoparentais, as famílias numerosas e as famílias de idosos, são os agregados mais atingidos pela pobreza. De acordo com uma perspectiva de género, as mulheres registam maior incidência da pobreza relativamente aos homens.

Em face dos objectivos do presente estudo, investiguemos mais detalhadamente a situação das mulheres no domínio da pobreza e exclusão social na UE. A problemática da feminização da pobreza é multifacetada, uma vez que é transversal a várias áreas ou dimensões das quais se assinalam: os recursos económicos, o mercado de trabalho e a escolaridade/formação. Analise-se de seguida cada uma destas áreas no sentido de escapelizar as diferentes especificidades que as mesmas reúnem.

A. Recursos económicos

As mulheres apresentam um risco de pobreza superior ao dos homens. As estatísticas do Eurostat estimam que na UE(25) cerca de 15% dos homens auferia um rendimento inferior ao limiar de pobreza em 2005, valor este acrescido em dois pontos percentuais para as mulheres. Este padrão era comum à generalidade dos Estados-Membros.

Tendo em atenção a desagregação do risco de pobreza por escalões etários, verifica-se que é no conjunto dos idosos que se regista uma maior diferenciação por género, atingindo valores que vão desde um ponto percentual na Dinamarca a doze pontos percentuais na Finlândia, catorze pontos percentuais na Letónia e dezasseis pontos percentuais na Lituânia e na Estónia.

Note-se adicionalmente, que na EU (25), cerca de 60% das pessoas com mais de 65 anos são do sexo feminino. Por isso, as mulheres idosas contribuem duplamente para a população pobre: porque são em maior número e porque detêm um maior risco de pobreza do que os seus pares do sexo oposto.

Em termos de tipologia dos agregados, as famílias monoparentais registavam um risco particularmente elevado de pobreza na maioria dos países da EU (25). Em 2005, 33% destas famílias detinham um rendimento inferior ao limiar de pobreza. Este risco é superior à média comunitária em países como a Irlanda, a Lituânia e a Polónia e menor nos países da Europa do Norte. O facto de cerca de 85% destas famílias serem chefiadas por mulheres traduz uma vulnerabilidade acrescida destas face à pobreza, relativamente aos homens.

³³ Aproximada aqui pelo indicador de Leaken *Relative at-risk-of-poverty gap* calculado pelo Eurostat.

Refira-se ainda que as estatísticas europeias mostram que os agregados monoparentais femininos tinham um rendimento de 9% a 26% inferior ao dos chefiados por homens. Esta disparidade era mais significativa no Reino Unido (26%) e menos notória em Itália (9%). A diferença de rendimentos registada, realça a vulnerabilidade à pobreza dos agregados monoparentais em particular, e mais globalmente, das mulheres.

B. Mercado de trabalho

A inserção no mercado de trabalho é um factor importante de integração social uma vez que gera rendimento e permite a participação na dinâmica social. Nesta área as mulheres estão em particular desvantagem, quer em termos absolutos – porque existe maior desemprego feminino do que masculino – como em termos relativos – porque são alvo de discriminação salarial, contratual e de acesso.

A discriminação que as mulheres sofrem no mercado de trabalho, gera vulnerabilidades às situações de pobreza e exclusão social, particularmente nos meios mais desfavorecidos e nas populações menos escolarizadas. Nestes meios a discriminação funciona como mais um dos mecanismos que alimenta e perpetua a pobreza e a exclusão social.

As estatísticas do Eurostat mostram que em 2006 o desemprego das mulheres era cerca de 25% superior ao dos homens na EU (25). Esta disparidade era mais acentuada na Grécia, em Espanha, no Luxemburgo e em Itália (onde o desemprego feminino é mais de 50% superior ao masculino). Contudo, existem países onde esta disparidade se faz sentir em sentido contrário ou seja, onde o desemprego masculino é superior ao feminino. Estão neste grupo a Letónia, a Lituânia, o Reino Unido e a Irlanda. O desemprego de longa duração que está na origem de grande parte das situações graves de pobreza, é também mais significativo nas mulheres. Em 2005 na EU (25), só na Irlanda, Letónia, Hungria e Malta a taxa de desemprego de longa duração das mulheres estava abaixo da referente aos homens.

Ao nível salarial as estatísticas do Eurostat mostram que na EU (25), os homens ganhavam em média mais 15% do que as mulheres, em 2004. A diferenciação salarial era menos significativa em Portugal, na Bélgica, em Itália, em Malta e na Eslovénia.

Em termos contratuais regista-se na UE uma maior proporção de mulheres a trabalharem a tempo parcial e com contratos temporários, do que homens. De acordo com o Eurostat, cerca de 1/3 do emprego feminino na EU (25) em 2006 era a tempo parcial, valor que descia para 6,5% para os homens. Note-se, adicionalmente, que o trabalho a tempo parcial é por vezes, para as mulheres com filhos ou idosos a cargo, a única alternativa perante a inexistência de serviços que prestem estes cuidados. De facto, a repartição das tarefas domésticas e o cuidado com os filhos permanecia desigual na generalidade dos países da EU, para os quais existem dados. Os homens gastam, em média, menos de metade do tempo das mulheres nestas tarefas. Em Itália e em Espanha esta disparidade ainda é maior – o tempo referente às mulheres é mais ou menos o triplo do relativo aos homens.

Ainda no domínio contratual, refira-se que em 2006, cerca de 15% das mulheres empregadas da EU (25) tinham contratos temporários contra 14% dos homens. Na Finlândia e em Chipre esta diferenciação é máxima atingindo os sete pontos percentuais. É mínima na Alemanha (0.3 pontos percentuais), na Áustria (0.1 pontos percentuais) e na Eslováquia (inexistente).

No que concerne o acesso ao mercado de trabalho, os dados fornecidos pelo Eurostat mostram a existência de uma diferença significativa entre a taxa de emprego feminina (57%) e masculina (72%) na EU (25) em 2006. Este padrão era comum a todos os países da UE. O mesmo se aplica à proporção de pessoas a viverem em agregados sem qualquer elemento empregado. Também aqui há mais mulheres do que homens, realçando mais uma vez a vulnerabilidade acrescida das mulheres à pobreza. Apenas na Finlândia, na Lituânia, na Letónia e na Estónia não se verificava esta disparidade.

Finalmente, refira-se que a discriminação de acesso é mais evidente na ocupação de cargos superiores e na esfera política. De facto, em Portugal e em 2005 apenas 30% das posições administrativas superiores eram detidas por mulheres e só cerca de 5% dos cargos políticos tinham um rosto feminino no início do milénio.

As diferenças assinaladas relativamente à participação das mulheres no mercado de trabalho, têm consequências directas no montante de reformas auferido e no nível de protecção social. Adicionalmente, refira-se que os sistemas de pensões instituídos em grande parte dos Estados-Membros, penalizam as interrupções de carreira e não integram empregos não convencionais, situações mais comuns entre as mulheres do que entre os homens.

Assim, o Comité Social Europeu³⁴ regista que cerca de 70% dos reformados na EU (25) em 2005 eram mulheres e o seu rendimento médio era menos de 50% do respeitante aos homens. Mais, cerca de 75% dos reformados que recebiam prestações sociais por terem um rendimento muito baixo eram mulheres.

C) Escolaridade/Formação

A existência de um baixo nível de escolaridade/qualificação, pode desencadear situações de pobreza devido às potenciais dificuldades de inserção no mercado de trabalho. O Comité Económico e Social Europeu³⁵ refere que na EU (25) só metade das mulheres com baixo nível de qualificação tinham emprego, contra 85% daquelas que tinham um alto nível de qualificação. Esta disparidade era bem menor para os homens (83% contra 93%).

O acesso à educação nos países da UE é relativamente equitativo em termos de género. As estatísticas do Eurostat relativas a 2005, mostram que entre os jovens de

³⁴ As estatísticas referidas integram o Parecer do Comité Social Europeu sobre “A pobreza entre as mulheres na Europa”, datado de Setembro de 2005.

³⁵ Idem.

idades compreendidas entre os 15 e os 25 anos, havia uma maior percentagem de mulheres a estudar do que de homens.

Em 2006 a mesma fonte de dados regista que o número de pessoas com formação superior era, em média, semelhante nos dois sexos. Porém, assinala-se que na Estónia, Letónia, Lituânia, Finlândia e Suécia a proporção de mulheres com formação superior é mais elevada do que a dos homens, com disparidades na ordem dos dez pontos percentuais.

As estatísticas referidas não revelam disparidades em termos de género, no acesso à educação e na obtenção de níveis superiores de escolaridade na actualidade. Porém, estas disparidades foram uma realidade nas décadas passadas, com reflexos no acrescido risco de pobreza que as mulheres enfrentam relativamente aos homens.

Ainda na área da educação/formação refira-se que as mulheres parecem ser potencialmente mais atingidas pela info-exclusão do que os homens, uma vez que o Eurostat reporta que em 2005 cerca de 60% das mulheres com idades entre os 16 e os 74 anos considerava ter capacidades muito reduzidas ou mesmo inexistentes ao nível informático, contra 49% de homens nessas circunstâncias.

Em termos de formação contínua, os números do Eurostat mostram que em 2005 havia em média mais homens envolvidos nestas acções do que mulheres (43% para os homens e 41% para as mulheres, com idades compreendidas entre os 25 e os 65 anos). Apenas na Letónia, Lituânia, Irlanda e Finlândia se verificava uma diferença significativa a favor das mulheres nesta área. Este facto não é com certeza alheio às disparidades contratuais por género, referidas anteriormente.

3.

Opções conceptuais

A integração da dimensão *género* nos estudos sobre a pobreza é relativamente recente. Com efeito, a tese em torno da *feminização da pobreza* foi apresentada pela primeira vez por Diana Pearce, já em finais da década de 1970. Pese embora a falta de consenso em torno daquele conceito, a verdade é que possibilitou um *novo olhar*, tanto no contexto académico como no mundo político, ao assumir que as causas e experiências da pobreza são diferenciadas em função do género.

A abordagem seguida no presente estudo repousa em três pressupostos fundamentais:

- o primeiro define que, além dos mecanismos que incidem igualmente sobre os homens e as mulheres, importa considerar os processos socioeconómicos específicos que afectam a população feminina em particular;
- o segundo determina que a compreensão aprofundada desses processos requer um novo conceito de pobreza, que seja multidimensional, permita ultrapassar as limitações das abordagens clássicas e apreender a dimensão *género*;
- o último pressupõe a importância da multidisciplinaridade e, neste sentido, defende o recurso a conceitos teóricos e a práticas metodológicas oriundas dos vários ramos do conhecimento.

3.1. Limitações dos estudos clássicos e desafios

Os estudos clássicos orientaram-se fundamentalmente para a determinação de uma categoria objectiva de *limiar de pobreza*, focando o debate na discussão em torno dos conceitos de *pobreza absoluta* e de *pobreza relativa*. A partir de análises de dados efectuadas, as condições de vida individuais foram inferidas a partir de dados relativos ao agregado familiar, comumente assumido como uma unidade agregada e homogénea. Todavia, são vários os autores contemporâneos que vêm tecendo argumentos críticos a esta abordagem da pobreza, sublinhando que aquela não só não permite uma compreensão real do fenómeno, na sua complexidade e multidimensionalidade, como

não apreende as especificidades da pobreza no feminino (e.g. PAHL, 1983; DALY, 1992; ENGLAND, 1997).

Considera-se então que, à luz das opções conceptuais e metodológicas clássicas, as profundas desigualdades que se fazem sentir no interior das famílias permanecem ocultas, invisíveis aos olhos dos/as investigadores/as. O agregado familiar é pois assumido como uma “*caixa negra*”, no âmbito da qual os recursos adquiridos pelo(s) indivíduo(s) são partilhados igualmente por todos os seus membros. Sucede, porém, que um agregado estatisticamente classificado como não sendo pobre pode, no seu interior, integrar membros profundamente pobres (e.g. mulheres e crianças) (Daly, 1992).

No entanto, uma análise desagregada e centrada no indivíduo, ainda que fundamental, não se apresenta inteiramente suficiente. A compreensão do fenómeno da pobreza no feminino requer a adopção de um conceito multidimensional de pobreza, que extravase a mera dimensão monetária, assim como o cruzamento de metodologias complementares (quantitativas e qualitativas) que permitam medir a incidência, a intensidade e a severidade da pobreza, compreender os processos complexos que estruturam as desigualdades e a vulnerabilidade do género feminino, assim como analisar a privação objectiva e subjectiva de bem-estar.

Acresce a esta opção conceptual o desafio de incorporar uma dimensão dinâmica, uma vez que a vulnerabilidade face à pobreza está profundamente associada a eventos particulares do ciclo de vida das mulheres (e.g. divórcio, monoparentalidade, viuvez, envelhecimento); o recurso a dados longitudinais afigura-se, portanto, fundamental.

3.2. Um conceito multidimensional de pobreza

A Plataforma de Acção de Pequim e a Declaração de Pequim, adoptadas na IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, realizada pelas Nações Unidas em 1995, reconhecem a existência da área crítica “*as mulheres e a pobreza*” e a necessidade urgente de definir objectivos e planos de intervenção específicos. A Plataforma de Acção de Pequim define também um conjunto de objectivos com vista ao *empowerment* das mulheres, que passa pela eliminação dos obstáculos à participação activa das mulheres em todos os aspectos da vida, pública e privada, e à participação na tomada de decisão em todas as questões económicas, sociais, culturais e políticas, bem como pelo estabelecimento do princípio da partilha do poder e da responsabilidade entre mulheres e homens na família, no mercado de trabalho e na sociedade em geral.

À luz do compromisso com a Plataforma de Pequim, a promoção e a protecção de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais constituem a condição essencial para o *empowerment* das mulheres, sendo determinante no seu bem-estar e na erradicação da pobreza. Por conseguinte, numa perspectiva de direitos humanos, a pobreza no feminino pode ser definida como a negação dos direitos humanos fundamentais das mulheres, resultante da ausência ou falta de diversos tipos de recursos, que por sua vez as constrange

ou impede “de realizar o seu pleno potencial na sociedade e de organizar as suas vidas de acordo com as suas próprias aspirações”³⁶. Ao invés, a dignidade e o bem-estar estão assegurados sempre que as mulheres estão efectivamente abrangidas por direitos humanos fundamentais, concretamente:

- Direito a um padrão de vida adequado, incluindo o acesso à habitação, à alimentação, água potável e serviços sociais básicos;
- Direito a um ambiente saudável e seguro;
- Direito aos cuidados de saúde e cuidados médicos;
- Direito à protecção contra todos os tipos de discriminação;
- Direito à igualdade de acesso à educação e à formação;
- Direito à igualdade de acesso aos recursos produtivos;
- Direito ao trabalho e a receber salários que contribuam para o padrão de vida adequado;
- Direito à igualdade de salários perante trabalhos iguais e igualdade de oportunidades na contratação e promoção;
- Direito à igualdade dentro da família e partilha de responsabilidades na educação das crianças;
- Direito à segurança social nas situações de desemprego, deficiência, velhice ou outra eventualidade;
- Direito a ser tratada com dignidade e à protecção contra a violência e a exploração;
- Direito à plena e igual participação na tomada de decisões com relevância para as mulheres, para as suas famílias e comunidades.

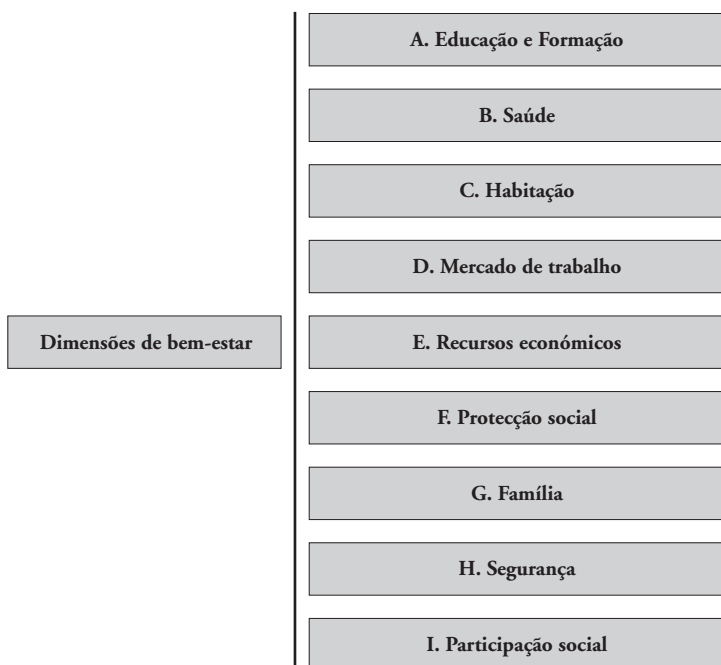
A Plataforma de Pequim apresenta, por conseguinte, uma definição de pobreza no feminino que permite apreender a complexidade e a multidimensionalidade do fenómeno. A pobreza manifesta-se de várias maneiras, entre as quais se incluem a carência de rendimentos e de recursos produtivos suficientes para assegurar um meio de vida sustentável: a fome e a má nutrição; a falta de saúde; a falta de acesso ou acesso limitado à educação e a outros serviços básicos; o aumento da morbilidade e da mortalidade por doença; a falta de habitação ou habitação degradada; um ambiente inseguro; e a discriminação e exclusão sociais. Caracteriza-se também pela falta de participação no processo de tomada de decisão e na vida cívica, social e cultural”³⁷.

³⁶ Plataforma de Acção de Pequim (PAP), adoptada na IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres em 1995 (parágrafo 12).

³⁷ Id. Ibid. parágrafo 47.

A partir desta definição é possível determinar um conjunto de condições específicas de bem-estar para as mulheres. Neste âmbito, a pobreza no feminino é entendida como a falta de recursos (materiais e imateriais) nas subsequentes dimensões de bem-estar. Cada uma das dimensões de bem-estar integra elementos fundamentais à compreensão do fenómeno da pobreza no feminino, que são apresentados na análise que se segue.

Figura 6 – Dimensões de bem-estar associadas à pobreza no feminino



A *Educação e Formação* constituem aspectos essenciais no bem-estar das mulheres, estando fortemente relacionados com o combate à pobreza. Esta dimensão diz respeito às habilitações escolares, ao grau de literacia, às aptidões, ao acesso a novas tecnologias, às oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, bem como ao acesso a diversos tipos de informação (incluindo do foro jurídico).

A *Saúde* engloba o acesso a cuidados e serviços de saúde gratuitos (ou parcialmente), incluindo cuidados de saúde específicos das mulheres, assim como a consultas de planeamento familiar, a apoios na esfera reprodutiva e de contraceção (abrangendo a oferta gratuita de contraceptivos) e a informação sobre cuidados alimentares e nutrição.

Também a *Habitação* influencia significativamente o bem-estar das mulheres. Inclui aspectos relacionados com as condições internas do alojamento, como seja o tipo

de construção, as infra-estruturas básicas, os bens de conforto, o espaço e a luz natural. Integra igualmente as condições externas do alojamento, ou seja as que estão relacionadas com a localização do alojamento e o seu meio envolvente (proximidade de determinados serviços e equipamentos básicos, de transportes públicos, características do bairro e da vizinhança).

A dimensão *Mercado de trabalho* integra o sector formal e o informal, de entre outros aspectos como sejam: o acesso a profissões e sectores reconhecidos e valorizados, a condições de trabalho digno (em matérias como, por exemplo, o horário laboral, o nível salarial e o vínculo contratual), a oportunidades de promoção e progressão na carreira, a horários de trabalho que facilitem a conciliação da vida profissional com a esfera familiar e pessoal, a tratamento igual em caso de gravidez, maternidade ou aleitação, e a oportunidades para o desenvolvimento do empreendedorismo.

O nível de bem-estar das mulheres está também directamente relacionado com a existência de *Recursos económicos*, associando-se estes à capacidade económica e individual para aceder ao crédito, à possibilidade de auferir um rendimento individual e regular, à capacidade económica e individual para viver autonomamente em caso de divórcio, viuvez, doença ou desvinculação laboral.

Outra das dimensões de bem-estar prende-se com a *Protecção social*, que abrange o acesso a infra-estruturas públicas de apoio (incluindo equipamentos orientados para a prestação de cuidados a crianças, idosos e outros dependentes), o acesso ao sistema formal de segurança social e a redes sociais (formais e/ou informais) que favoreçam a protecção individual em caso de gravidez, maternidade, aleitação, desemprego, invalidez, doença, alteração do estado civil (divórcio/separação ou viuvez), velhice e reforma.

A *Família* é considerada como outras das dimensões de bem-estar extremamente relevantes. Contempla aspectos relacionados com a distribuição das tarefas domésticas e das responsabilidades familiares (incluindo a educação e os cuidados com as crianças), a partilha do poder e dos recursos económicos, a afectação dos tempos pelos membros da família, a tomada de decisão no seio da família, a regulação do regime parental após uma situação de divórcio/separação (o bem-estar das mulheres aumenta quando não se vêem confrontadas com a necessidade de prover sozinhas a respectiva família). A plena realização do bem-estar depende ainda da oportunidade de beneficiar de uma gestão do tempo equilibrada, incluindo tempo suficiente para si, para dormir, repousar e praticar exercício físico.

Outros dos aspectos essenciais diz respeito à *Segurança*. Esta dimensão é definida a partir de aspectos relacionados com a protecção contra todos os tipos de discriminação, assédio, abuso e exploração sexual, bem como contra todas as atitudes e práticas que exprimam preconceitos com base no género. O acesso a serviços de protecção, incluindo os jurídicos e de apoio psicológico, é também indispensável para o bem-estar das mulheres.

Finalmente, a *Participação* na vida pública (esferas económica, social, cultural e política) é uma das dimensões fulcrais no que diz respeito à cidadania e bem-estar das mulheres. Esta dimensão inclui a participação feminina nos processos de tomada de

decisão política, seja no sector privado/empresarial, seja em todos os níveis do sector público (local, regional, nacional e supranacional), assim como a participação em redes sociais (fonte fundamental de capital social) e em actividades recreativas e culturais.

Em síntese, a abordagem seguida neste estudo assenta numa concepção multidimensional do bem-estar das mulheres. A pobreza no feminino é entendida não só em termos de ausência ou falta de recursos económicos, mas em função das múltiplas dimensões em relação às quais as mulheres, por força de processos socioeconómicos específicos, podem encontrar-se privadas dos recursos essenciais à realização do seu bem-estar.

4.

Questionário sobre “Mulheres e Pobreza” na União Europeia

A partir das dimensões acima elencadas e descritas, bem como da própria Plataforma de Acção de Pequim, a equipa de investigação concebeu um questionário (ver em anexo), que foi posteriormente enviado a peritos de todos os países europeus: aos membros do Grupo de Peritos de Alto Nível para o *Mainstreaming* de Género. Procurou-se, por esta via, para cada um dos países membros e na perspectiva dos peritos nacionais, obter informação relevante para fundamentar a proposta de indicadores da pobreza no feminino na União Europeia.

4.1. Objectivo e estrutura do questionário

Este questionário teve como objectivo obter informação sobre as dimensões de pobreza no feminino relevantes em cada um dos 27 Estados-Membros da EU e recolher sugestões de cada um dos representantes sobre os indicadores na área crítica “as mulheres e a pobreza”. Procurou-se saber se a dimensão de género está reflectida nas estratégias nacionais de combate à pobreza no feminino, bem como recolher informação com vista ao desenho dos indicadores no domínio da incidência e causas da pobreza no feminino.

Este questionário procurou fornecer uma *avaliação qualitativa* da pobreza no feminino na União Europeia de acordo com a informação enviada por cada perito nacional sobre as questões de género. Assim, esta avaliação assenta na opinião do perito de cada país e não numa base completa de comparação entre países. No entanto, a informação que daqui resulta constitui a base de informação adequada para os objectivos analíticos presentes nesta investigação, dado o contexto nacional em termos de pobreza e das políticas de inclusão, bem como da necessidade de considerar a opinião de peritos sobre os indicadores sociais mais adequados.

Esta informação contribuiu também para a discussão no Grupo de Alto Nível para o *Mainstreaming* de Género no sentido de criar uma posição comum sobre a análise da pobreza no feminino num contexto de diversidade de abordagens, realidades nacionais e políticas.

O questionário está dividido em 5 secções. A Secção 1 é sobre as dimensões de bem-estar e a multidimensionalidade da pobreza. Existe um grupo específico de questões que descreve as várias dimensões de bem-estar relevantes para perceber a falta de bem-estar (i.e. privação) no feminino. As dimensões de bem-estar são nove e foram descritas anteriormente. Dentro de cada uma dessas dimensões estão incluídos vários *items* que explicitam melhor o seu conteúdo (também multidimensional). Por sua vez, para cada um desses *items* há, em cada país, factores de ordem económica, social e institucional que podem intervir de forma a realizar o bem-estar ou gerando a sua ausência e, neste caso, ocorre privação. Alguns desses factores podem ser específicos da mulher, ou seja, podem agir de forma diferenciada sobre os homens e as mulheres.

O objectivo consiste em saber se a multidimensionalidade da pobreza (privação) é um fenómeno específico das mulheres em cada país. Foi solicitado a cada perito que atribuisse a cada *item* uma hipótese de resposta que reflectisse a importância de cada *item* na pobreza no feminino e, desta forma, na pobreza (privação ou falta de bem-estar) como um factor específico em cada país. Considerou-se para cada *item* diferentes categorias de resposta, as quais variam de 1 a 4, sendo o 1 “*Não é de todo importante*”, ou seja, o *item* afecta a mulher e o homem de igual forma; e 4 “*Muito importante*”, isto é, o *item* afecta claramente mais a mulher do que o homem.

Interessa salientar que o que interessa realmente nesta avaliação qualitativa é o *diferencial de género* em cada um dos *items*. Isto é, um dado *item* pode constituir uma dimensão relevante da pobreza em algum país³⁸, mas só será afectado a esse *item* um valor elevado se se verificar, nesse país, algum enviesamento de género, colocando a mulher numa posição pior do que o homem, isto é, numa abordagem diferencial, este *item* ser específico das mulheres nesse país.

A Secção 2 diz respeito à importância da pobreza dentro de diferentes grupos de mulheres em cada país. Consiste numa avaliação qualitativa da pobreza no feminino e não uma abordagem quantificada. Para cada grupo específico de mulheres, cada representante teve de responder de acordo com uma escala gradativa de respostas, a qual varia de 1 a 4, sendo o 1 “*O grupo não é afectado pela pobreza*” e 4 “*O grupo é muito afectado pela pobreza*”. É esperado que as respostas dadas pelos peritos a esta parte do questionário tenham em consideração as dimensões de bem-estar (e, assim, as dimensões de privação ou falta de bem-estar) já identificadas na secção anterior. Isto servirá como indicação da relevância das políticas para alguns grupos sociais e categorias específicas de mulheres. Na medida em que os grupos de mulheres são categorizados no questionário, dará indirectamente uma indicação preliminar da opinião do perito relativamente à relevância nacional dada a algumas causas tradicionais da pobreza no feminino.

³⁸ É expectável que essas dimensões da pobreza nacional sejam bem ilustradas nos indicadores de pobreza para um dado país. Os indicadores de pobreza tendo em conta a dimensão de género são usados como complemento dos indicadores existentes ao nível nacional.

A Secção 3 refere-se aos indicadores por dimensões de bem-estar. Relativamente a cada uma das dimensões de bem-estar definidas, os vários representantes tiveram a oportunidade de descrever os indicadores que considerassem mais apropriados à avaliação do bem-estar das mulheres, tendo em conta as características de cada país. É esperado que estas sugestões estejam em consonância com a importância das respostas anteriores em termos de dimensões de privação e grupos de mulheres. A relevância nacional dos indicadores propostos pode estar reflectida na sua utilização em cada país (nos objectivos analítico ou político seja qual for o caso). Este aspecto faz também parte do questionário. Convém salientar que aqui reside a parte crucial do questionário. A relevância nacional dos indicadores propostos deverá ser verificada conjuntamente com a importância das *dimensões* de pobreza (secção 1) e as suas principais *causas* (indirectamente dada na secção 2).

A Secção 4 é dedicada à relevância das políticas sociais nacionais centradas na pobreza no feminino, quer nas estratégias políticas quer no debate político nacional. Esta parte do questionário é analisada sob duas formas diferenciadas, na medida em que este tópico se situa na confluência de duas linhas distintas de investigação e de acção política. Por um lado, queremos conhecer em que medida as questões da pobreza são consideradas nas políticas de igualdade de género e, por outro lado, de que forma as questões de género estão incluídas nas políticas dirigidas à pobreza, nomeadamente nos Planos Nacionais de Acção para a Inclusão.

A Secção 5 é sobre o quadro institucional das políticas no qual os respondentes são questionados sobre as principais instituições e actores sociais nas políticas especificamente dirigidas para o combate à pobreza no feminino, indicando a importância relativa das principais funções que esses actores desempenham, nomeadamente: formulação política, investigação e desenvolvimento, análise de políticas, acompanhamento e avaliação.

4.2. Resultados e análise do questionário

Houve uma boa reacção ao questionário por parte dos membros do Grupo de Alto Nível para o *Mainstreaming* do Género, com uma taxa de respostas muito positiva³⁹. Apesar de poderem ocorrer alguns mal entendidos em torno de algumas questões, dada a sua formulação centrada nas questões específicas da mulher relevantes na análise da pobreza, as respostas obtidas são de elevada qualidade e muito úteis nos objectivos analíticos.

Estas respostas geraram uma enorme quantidade de informação, a qual exigiria uma análise aprofundada num futuro próximo. Devido a constrangimentos de tempo, apenas foi possível apresentar uma breve análise, a qual foi extremamente útil na discussão sobre a temática em estudo. A informação detalhada está descrita nos Quadros 25 a 28 em Anexo. Além das estatísticas obtidas a partir da análise das respostas ao questionário (com base numa análise univariada), foi produzida informação relevante para a fundamentação da proposta de indicadores, a qual será apresentada mais adiante.

³⁹ Os representantes do Reino Unido e da Polónia foram os únicos a não responder ao questionário.

A) Itens relevantes para compreender a falta de bem-estar (ou privação) no feminino (Quadro 25 em Anexo)

Na dimensão de *Educação e Formação*, ‘o acesso efectivo e igual à educação e oportunidades de formação, independentemente do tipo de profissão escolhida’ e a ‘oportunidade de formação ao longo da vida’ são dois dos *itens* que, em média, afectam mais as mulheres do que os homens em termos de privação. Também o ‘uso do computador com internet’ é um dos *itens* que afecta mais as mulheres do que os homens.

No que se refere à *Saúde*, o ‘acesso gratuito a consultas de planeamento familiar e contraceptivos’ é um *item* que afecta mais as mulheres do que os homens. Contudo, este e outros *itens* são considerados por todos os Estados-Membros como não sendo muito importantes.

Relativamente à *Habitação*, o ‘acesso a alojamento inserido em local sem problemas de criminalidade assinaláveis’ constitui um dos aspectos de bem-estar mais importante para as mulheres do que para os homens.

No que diz respeito ao *Mercado de Trabalho e Vida Profissional*, existem dois aspectos que claramente afectam mais as mulheres do que os homens, nomeadamente, ‘a oportunidade de conciliação da vida familiar com a vida pessoal’ e as ‘oportunidades de igual tratamento no caso de gravidez, nascimento e adopção’. O ‘acesso a salário igual para trabalho de igual valor’ é também considerado como um aspecto específico importante do bem-estar das mulheres, embora não tão relevante como os aspectos referidos anteriormente.

Na dimensão *Recursos Económicos*, a ‘capacidade económica e pessoal de reorganizar a vida em caso de divórcio, viuvez ou ruptura de relação laboral’ é um aspecto de bem-estar mais importante para as mulheres do que para os homens, seguindo-se o *item* ‘ser um trabalhador assalariado com rendimento regular’, bem como ‘a capacidade de exercer actividades de produção por conta própria’.

Relativamente à *Protecção Social*, ‘o acesso à rede pública de amas e creches próximo do local de residência ou do local de trabalho’ surge como um dos aspectos que mais afecta as mulheres por comparação aos homens.

No que se refere à *Família e Vida Privada*, quer a ‘distribuição igual das responsabilidades familiares e cuidados entre os membros do casal’ quer a ‘distribuição igual das responsabilidades familiares e tarefas domésticas entre os membros do casal’ constituem aspectos que afectam claramente mais as mulheres do que os homens.

Na dimensão *Segurança*, o ‘acesso à protecção contra a violência doméstica e familiar’, o ‘acesso à protecção contra o assédio moral ou sexual’, bem como o ‘acesso à protecção contra o tráfico e exploração sexual’ constituem aspectos que têm um impacto muito mais significativo no bem-estar das mulheres face aos homens.

Por último, na dimensão *Participação Social*, a ‘participação nos órgãos de decisão política’ é um dos aspectos que afecta mais as mulheres do que os homens.

B) A relevância da pobreza dentro de diferentes grupos de mulheres (*Quadro 26 em Anexo*)

As ‘mulheres idosas com carreiras contributivas irregulares para o sistema de segurança social’ e as ‘mulheres que constituem uma família monoparental com crianças a cargo’ constituem os grupos específicos de mulheres que são mais afectados pela pobreza. Além disso, as ‘mulheres idosas desempregadas’ e as ‘mulheres idosas isoladas’ são igualmente grupos muito vulneráveis à pobreza.

C) A relevância da pobreza no feminino enquanto parte das estratégias nacionais (*Quadro 27.1 e Quadro 27.2 em Anexo*)

Para a maioria dos Estados-Membros da UE, a problemática da pobreza é considerada na estratégia e debate sobre igualdade de género e, ao mesmo tempo, as questões de género estão incluídas nas medidas de política social dirigidas ao combate à pobreza. Além disso, mais de 80 por cento dos Estados-Membros apresentam medidas específicas de combate à pobreza no feminino no contexto dos Planos Nacionais de Acção para a Inclusão.

D) O quadro institucional (*Quadro 28 em Anexo*)

Outro resultado importante tem a ver com o papel preponderante que o governo central tem face a outros actores na formulação de políticas, análise de políticas, bem como no acompanhamento e avaliação de estratégias/políticas de combate à pobreza no feminino. Enquanto que a academia é sobretudo responsável pela investigação e desenvolvimento das estratégias/políticas, as comissões de peritos independentes, os parceiros sociais, as instituições privadas, bem como as organizações não governamentais são mais responsáveis pela análise de políticas (em conjunto com o governo). Estes actores também suportam o governo no processo de acompanhamento e avaliação.

5.

Proposta de indicadores de pobreza entre as mulheres

5.1. Uma proposta inicial

A proposta que se segue, sobre indicadores de pobreza entre as mulheres, baseia-se numa concepção de pobreza segundo uma perspectiva de género. Esta concepção reflecte o reconhecimento da multidimensionalidade da pobreza encarada como situação de privação nas áreas do bem-estar consideradas relevantes para caracterização da situação específica das mulheres na União Europeia. Foram também consideradas, adicionalmente, as respostas ao inquérito por parte dos representantes de cada Estado-Membro pertencentes ao Grupo de Alto Nível para as questões de género.

Os indicadores que se seguem têm como objectivo fornecer informação relativamente a todas as dimensões relevantes da pobreza entre as mulheres, tendo em consideração a sua prevalência e características principais, dada a heterogeneidade deste fenómeno na UE-27. Os indicadores propostos são entendidos como *complementares* a outros indicadores já existentes sobre pobreza, e pretendem essencialmente fazer ressaltar as características específicas das mulheres na pobreza, definidas estas dimensões. São dois tipos de indicadores. Um grupo consiste em indicadores já existentes, já publicados por alguma instituição estatística oficial. Outro grupo é composto por *novos* indicadores, que poderão ser integrados na medição da pobreza, numa perspectiva de género. Os indicadores pertencentes a este último grupo estarão assinalados pelo símbolo √.

A. Educação e Formação Profissional

A1 *Percentagem de indivíduos que usam, ou têm a oportunidade de usar, computadores com ligação à internet na sua vida quotidiana, por sexo e idade.* √

Este indicador tem por objectivo fornecer informação sobre o âmbito da info-exclusão, que afecta mais as mulheres do que os homens, tal como referido na secção 2 deste documento. Por um lado, este indicador reflecte o efeito do nível de educação atingido pela população em geral e, por outro lado, tem consequências relevantes para o progresso no processo de educação dos indivíduos, sua participação no mercado de trabalho,

participação na vida profissional e em termos de envolvente social. Este indicador foi proposto por alguns países e referido como estando já a ser utilizado por alguns outros. O Eurostat disponibiliza informação semelhante, mas sem proceder a uma desagregação por género.

A2 *Percentagem de mulheres envolvidas em programas e iniciativas de aprendizagem e formação ao longo da vida, por idade.*

Este indicador já existe nas estatísticas do Eurostat, mas deve ser seleccionado e proposto como indicador de pobreza entre as mulheres dada a sua relevância nas respostas ao inquérito por parte dos especialistas representantes de cada Estado-Membro. Este indicador foi proposto por alguns dos representantes e noutros casos foi reportado que já é usado em alguns países.

B. Saúde

B1 *Percentagem de mulheres que desejaram ter acesso a assistência médica especializada e não o conseguiram nos últimos doze meses devido a impedimentos como: inexistência de apoio na assistência médica, tempo de espera, problemas económicos ou outras razões. ✓*

É um indicador relevante, como pôde ser verificado pelas respostas dos representantes dos vários Estados-Membros na secção 1 do questionário, onde um *item* com um conteúdo similar foi incluído. O ICOR, uma fonte estatística do Eurostat, inclui igualmente uma questão semelhante mas não dirigida especificamente às necessidades de saúde específicas das mulheres. Alguns países propuseram este indicador, não utilizado até o momento.

B2 *Esperança de vida, por sexo e idade.*

Este indicador já é incluído no novo conjunto de indicadores comuns para os sistemas de protecção social e inclusão social, adoptado pelo Comité da Protecção Social, em Junho de 2006. O PEADP, uma das fontes estatísticas do Eurostat, de certo modo, disponibiliza informação relacionada com esta questão, relacionada com a percepção subjectiva do estado de saúde, desagregada por género. Este indicador foi proposto por alguns países, não tendo sido ainda utilizado até ao momento.

C. Habitação

C1 *Percentagem de agregados sem pelo menos dois dos seguintes equipamentos domésticos: máquina de lavar roupa, máquina de lavar loiça ou aspirador. ✓*

Este indicador relaciona-se com uma importante limitação no bem-estar, nomeadamente para as mulheres, dada a tradicional distribuição das tarefas domésticas. As

estatísticas do Eurostat, quer o ICOR ou o PEADP, já inclui estes *itens*, mas não coloca a questão da mesma maneira.

C2 *Percentagem de indivíduos que consideram viver numa envolvente habitacional segura, por sexo.*

Este indicador pode ser obtido a partir do PEADP e do ICOR. Pode igualmente ser disponibilizado a partir do European Social Survey (ESS). É um indicador que foi colocado em evidência nas respostas à secção 1 do questionário.

D. Mercado de Trabalho e Vida Profissional

D1 *Rácio entre o número de mulheres em idade activa que tiveram de interromper a sua vida profissional, ou de recorrer ao trabalho a tempo parcial, por um período superior a um ano por razões relacionados com apoio familiar, e o número de homens em igual situação. √*

Existe informação similar que pode ser obtida a partir do European Social Survey. Esta é uma questão de grande relevância para a análise da pobreza entre as mulheres e foi posta em evidência nas respostas à secção 1 do questionário.

D2 *Diferenças nos ganhos profissionais, para igual trabalho, entre mulheres e homens.*

A informação para este indicador pode ser obtida a partir das estatísticas do Eurostat. É um indicador muito relevante para a análise da pobreza entre as mulheres e foi proposto por alguns países, tendo alguns deles referido que já o usam nos respectivos países.

E. Recursos Económicos

E1 *Percentagem de mulheres que vivem enquanto casal e com um controlo fraco ou nulo sobre os rendimentos do casal √*

A proposta deste indicador é apoiada pelo pensamento teórico sobre este problema e a sua relevância foi confirmada por muitas respostas à secção 1 do questionário. Será aprofundadamente tratado mais adiante.

E2 *Risco de pobreza, por idade, sexo e por tipo de agregado.*

Trata-se de um indicador clássico de pobreza. O mesmo já é incluído tanto nos antigos indicadores comuns de inclusão social, como nos novos indicadores para a protecção social e processo de inclusão social.

F. Protecção Social

F1 *Número de equipamentos sociais públicos: creches, rede pré-escolar e instituições de apoio a idosos, por número de crianças ou de idosos e por região. √*

É um indicador relevante, tal como se pode atestar por muitas respostas à secção 1 do questionário e foi proposto como indicador relevante por alguns dos representantes dos Estados-Membros.

F2 *Despesa mediana em pensões, por idade, função e sexo.*

Existe informação para este indicador proveniente de estatísticas do Eurostat, ainda que sem uma desagregação por género.

G. Família e Vida Privada

G1 *Frequência da participação nas decisões referentes aos principais assuntos da família: contracepção e reprodução; empréstimos bancários e poupanças; amortizações de empréstimos para a compra de habitação; compra de um novo carro; cuidados de apoio a idosos ou a crianças; participação no mercado de trabalho. √*

Este indicador foi proposto de forma bastante semelhante em algumas das respostas ao questionário. Trata-se de um indicador muito relevante que colmata alguma falta de informação relativamente ao processo de tomada de decisão no seio da família.

G2 *Distribuição dos usos do tempo por: actividades de apoio doméstico, lazer, actividades pessoais e tempo de sono, por sexo.*

Este indicador complementa o anterior relativamente à informação interna ao agregado familiar cuja relevância foi sublinhada nas respostas à secção 1 do questionário. Já existe informação estatística neste domínio decorrente de inquéritos dirigidos aos usos domésticos do tempo.

H. Segurança

H1 *Distribuição de actos violentos cometidos contra mulheres vítimas de violência, por tipo de acto, tipo de agressor e local onde o acto foi cometido. √*

Este indicador foi proposto, com um conteúdo similar, por alguns representantes nacionais que responderam ao questionário.

H2 *Número de centros de apoio psicológico e de aconselhamento, abrigos ou redes de apoio a mulheres vítimas de violência, por região.*

Este indicador foi proposto, com um conteúdo bastante semelhante, por alguns dos representantes de Estados-Membros nas suas respostas ao questionário.

I. Envolvente Social

I1 *Proporção de mulheres em: redes comunitárias (formais ou informais); ONG's, sindicatos, partidos políticos, cargos no governo, parlamento ou autarquias locais. √*

Este indicador foi proposto, com um conteúdo semelhante, por alguns representantes nacionais que responderam ao questionário, cuja relevância foi evidenciada nas respectivas respostas.

I2 *Percentagem de mulheres que raramente ou nunca despendem algum tempo no convívio social com colegas, amigos ou outros.*

Existe informação para este indicador nas estatísticas da OCDE.



Em síntese, a proposta de indicadores de pobreza entre as mulheres foi a seguinte:

A. Educação e Formação Profissional	<ul style="list-style-type: none"> • Percentagem de indivíduos que usam, e têm a oportunidade de usar, computadores com ligação à internet na sua vida quotidiana, por sexo e idade. • Percentagem de mulheres envolvidas em programas e iniciativas de aprendizagem e formação ao longo da vida, por idade.
B. Saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Percentagem de mulheres que desejaram ter acesso a assistência médica especializada e não o conseguiram nos últimos doze meses devido a impedimentos como: inexistência de acesso/apoio na assistência médica, tempo de espera, problemas económicos ou outras razões. • Esperança de vida, por sexo e idade.
C. Habitação	<ul style="list-style-type: none"> • Percentagem de agregados pelo menos dois dos seguintes equipamentos domésticos: máquina de lavar roupa, máquina de lavar loiça ou aspirador. • Percentagem de indivíduos que consideram viver numa envolvente habitacional segura, por sexo.
D. Mercado de Trabalho e Vida Profissional	<ul style="list-style-type: none"> • Rácio entre o número de mulheres em idade activa que tiveram de interromper a sua vida profissional, ou de recorrer ao trabalho a tempo parcial, por um período superior a um ano por razões relacionados com apoio familiar, e o número de homens na mesma situação. • Diferenças nos ganhos profissionais, para igual trabalho, entre mulheres e homens
E. Recursos Económicos	<ul style="list-style-type: none"> • Percentagem de mulheres que vivem enquanto casal e com um controlo fraco ou nulo sobre os rendimentos do casal. • Risco de pobreza, por idade e sexo.

F. Protecção Social	<ul style="list-style-type: none"> • Número de equipamentos sociais públicos: creches, rede pré-escolar e instituições de apoio a idosos, por número de crianças ou de idosos e por região. • Despesa mediana em pensões, por idade, função e sexo.
G. Família e Vida Privada	<ul style="list-style-type: none"> • Frequência da participação nas decisões referentes aos principais assuntos da família: contracepção e reprodução; empréstimos bancários e poupanças; amortizações de empréstimos para a compra de habitação; compra de um novo carro; cuidados de apoio a idosos ou a crianças; participação no mercado de trabalho. • Distribuição dos usos do tempo por: actividades de apoio doméstico, lazer, actividades pessoais e tempo de sono, por sexo.
H. Segurança	<ul style="list-style-type: none"> • Distribuição de actos violentos cometidos contra mulheres vítimas de violência, por tipo de acto, tipo de agressor e local onde o acto foi cometido. • Número de centros de apoio psicológico e de aconselhamento, abrigos ou redes de apoio a mulheres vítimas de violência, por região.
I. Envolve Social	<ul style="list-style-type: none"> • Proporção de mulheres em: redes comunitárias (formais ou informais); ONG's, sindicatos, partidos políticos, cargos no governo, parlamento ou autarquias locais. • Percentagem de mulheres que raramente ou nunca despendem algum tempo no convívio social com colegas, amigos ou outros.

5.2. Proposta final de indicadores

De entre o conjunto dos dezoito indicadores atrás apresentados, foi feita uma selecção de um conjunto mais restrito de indicadores que se consideraram os mais adequados para, seguindo o princípio da parcimónia, dirigindo a escolha às variáveis que melhor se adequem á monitorização das variáveis de actuação política sobre a pobreza numa perspectiva de género, melhor captassem a realidade de toda a União Europeia.

A perspectiva teórica

A escolha dos indicadores deve reflectir explicitamente a consideração de um conjunto de relações entre variáveis que caracterizam o *modelo de análise* proposto para o estudo da pobreza entre as mulheres. Essas variáveis são as que identificam o conteúdo das dimensões de bem-estar associadas à pobreza, descritas anteriormente e que se apresentam, de forma interligada em termos teóricos na Figura 5.

A pobreza tem origem na escassez de recursos, isto é, de rendimento. Mas, por um lado, é necessário tomar em consideração o nível de educação, de formação profissional e a participação no mercado de trabalho como domínios muito significativos onde os

mecanismos de vulnerabilidade à pobreza podem estar particularmente presentes e que explicam, em grande parte, esta escassez de rendimento.

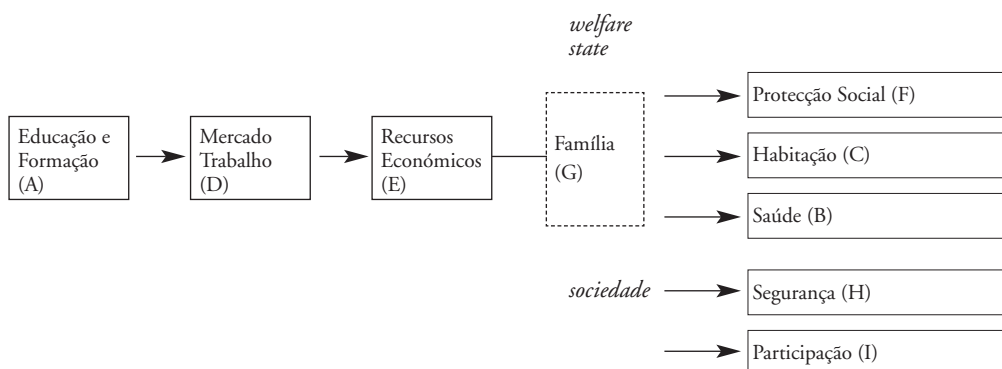
Mas esta análise requer que detenhamos a nossa atenção no que se passa no *interior do agregado familiar* com vista a poderem detectar-se aspectos *diferenciais de género* significativos no comportamento de tais factores de vulnerabilidade. Por outro lado, estes recursos económicos encontram-se distribuídos de uma determinada forma no seio do agregado, onde as diferenças de género se podem traduzir em termos de situações de desigualdade, com implicações muito relevantes em termos do nível de bem-estar da mulher. Além disso, pode acontecer que, dentro do agregado familiar, existam diferenças de género em termos da capacidade de *comando dos recursos económicos* e na tomada de decisões entre os indivíduos.

Os factores acima enunciados actuam essencialmente ao nível individual e reflectem uma dimensão de género nas relações de poder e comportamento económico no seio do agregado familiar. Mas existem outras dimensões de bem-estar que reflectem em grande medida o *contexto* do agregado familiar, quer com um enfoque no *Estado-providência* (designadamente em termos de protecção social) quer na *sociedade* (com especial atenção para a segurança dos indivíduos e a participação na vida social).

A nossa proposta final de indicadores sociais para a pobreza entre as mulheres situa-se neste quadro geral em termos do já descrito *conceito* de pobreza adoptado, *abordagem teórica* e *opção de modelização* para a monitorização da acção política dirigida à pobreza e aos seus factores determinantes, e que se sintetiza na Figura 7.

A proposta final de indicadores de pobreza no feminino está localizada dentro deste quadro, acabado de apresentar, em termos do *conteúdo conceptual* da pobreza, da perspectiva *teórica* seguida e da opção de *modelização* das relações causais entre as variáveis/dimensões da pobreza, tendo em vista o objectivo de monitorizar a actuação política dirigida à pobreza feminina e aos seus factores determinantes. Mas, para além dos fundamentos teóricos da modelização acabada de referir, e apresentada na Figura 7, foi necessário acrescentar elementos de suporte a esta orientação baseados na realidade.

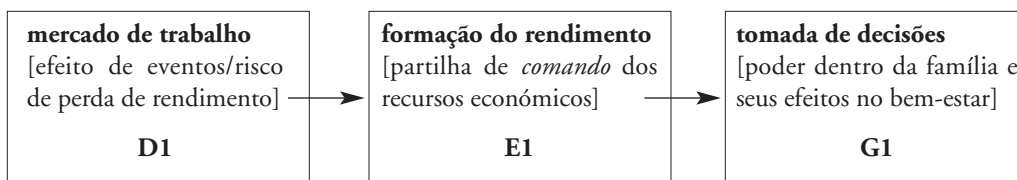
Figura 7 – Pobreza entre as mulheres: o modelo de análise



O carácter recente desta abordagem e a diversidade de factores nacionais, sociais e de contextos institucionais nos diferentes países, levou-nos a complementar a investigação com o lançamento do questionário junto de especialistas nacionais sobre algumas das questões nucleares presentes nas nossas preocupações. Porém, as opiniões expressas pelos especialistas não visaram a intenção de testar o nosso modelo e hipóteses subjacentes mas, tão-somente, fornecer algum apoio complementar à nossa abordagem conceptual, teórica e de modelização deste problema.

Os indicadores

A proposta final dos indicadores de pobreza no feminino segue a opção teórica acabada de apresentar. Está centrada nos recursos como factores nucleares da pobreza, na sua dimensão individual e na forma como actuam no contexto familiar, sendo essencialmente centrados nos factores *intra-familiares* da pobreza. Seguem uma abordagem multidimensional da pobreza, mas centrado nos seus factores determinantes. Na verdade, constituem o resultado da *extracção*, do modelo acima exposto, de algumas variáveis nucleares e suas relações *causais* tal como se apresentam na figura seguinte.



D1: Rácio entre o número de mulheres em idade activa que tiveram de interromper a sua vida profissional, ou de recorrer ao trabalho a tempo parcial, por um período superior a um ano por razões relacionados com apoio familiar, e o número de homens na mesma situação.

A participação no mercado de trabalho é um domínio onde se localizam os principais factores de pobreza nos países da União Europeia. O indicador proposto dirige-se à situação específica da mulher, para quem a interrupção da vida profissional ou a redução do horário de trabalho por razões familiares actuam como factores que podem gerar perda de rendimento ou efeitos negativos sobre os salários e carreiras profissionais, com efeitos negativos posteriores num menor nível de protecção social (no valor das pensões de reforma). Este indicador atende aos factores de pobreza que são específicos da mulher, actuando ao nível individual e enquadrados pela configuração familiar onde essa actuação tem lugar. Estes factores estão localizados no interior da família, o que requer uma escolha adequada da fonte de informação para a sua quantificação. Esta fonte deverá ser a mesma que é utilizada para obter informação sobre o rendimento. Além disso, atendendo à dimensão temporal deste indicador, requer dados em painel para a sua análise, sendo o SILC a fonte de informação mais adequada.

E1: Percentagem de mulheres que vivem enquanto casal e com um controlo fraco ou nulo sobre os rendimentos do casal.

Este indicador atende à realidade no interior da família, no que respeita à desigualdade (intra-familiar) do rendimento. A escolha deste indicador significa que se está a dar importância à observação do interior da “caixa-negra”, frequentemente omitida nos estudos clássicos sobre a pobreza, e valorizar as diferenças que possam existir dentro do agregado familiar. A posição relativa da mulher no interior da família é determinada pela partilha que faz, com outros membros do agregado familiar, no *comando* do rendimento (no duplo sentido de *acesso*/obtenção do rendimento e no *controlo*/utilização desse rendimento) na formação do rendimento do agregado a que pertence. Este indicador é, de facto, um indicador compósito, englobando quer uma componente *objectiva* (percentagem do rendimento obtido pela mulher) quer uma componente *subjectiva* (a capacidade de controlo sobre o rendimento, tal como ele é percebido pela mulher). De novo, o SILC é a fonte de informação mais adequada para este efeito.

G1: Frequência da participação nas decisões referentes aos principais assuntos da família: contracepção e reprodução; empréstimos bancários e poupanças; amortizações de empréstimos para a compra de habitação; compra de um novo carro; cuidados de apoio a idosos ou a crianças; participação no mercado de trabalho.

A privação do bem-estar engloba, em grande medida, a falta de capacidade de tomar decisões em domínios relevantes da vida familiar. Também em relação a esta matéria há um conjunto de dimensões de grande relevância para a mulher, e que devem ser compreendidos a partir da percepção subjectiva da mulher no contexto familiar em que se localiza, em grande medida determinados pelas desigualdades intra-familiares do rendimento, mas também por factores de natureza socio-cultural. De novo, o SILC é a fonte de informação mais adequada para este efeito.

Os indicadores D1, E1 e G1 são indicadores novos propostos para se dirigirem aos factores de pobreza, suportados pela teoria. Mas estes indicadores devem ser considerados complementarmente aos indicadores “clássicos” de pobreza. Observando os grupos sociais mais vulneráveis na UE, há dois grupos de mulheres que são geralmente considerados como grupos vulneráveis, quer com base nos estudos emíricos quer nas respostas ao questionário enviado aos peritos nacionais: i) as mulheres isoladas, nomeadamente as mulheres que são famílias monoparentais; ii) as mulheres idosas, sejam desempregadas ou com carreiras contributivas irregulares para a segurança social. É assim aconselhável ter outro indicador:

E2: Risco de pobreza, por idade e sexo e tipo de família.

Trata-se de uma medida “clássica” de pobreza, calculada como a percentagem de pessoas com rendimento inferior a 60% da mediana do rendimento familiar por

adulto-equivalente no país de residência. Trata-se de um indicador relevante para a análise, uma vez que relaciona a situação da mulher em situação de pobreza com outras dimensões da pobreza evidenciados por outros indicadores do Eurostat. A sua principal limitação, como já foi dito, é o facto de omitir as diferenças de situação no interior da família, o que é colmatado pelos indicadores propostos atrás.

6.

Futuros desenvolvimentos

A pobreza tem uma dimensão de género, o que implica a necessidade de indicadores específicos para se poder medir as diferenças, entre os países, da pobreza numa perspectiva de género, da sua evolução temporal e dos efeitos das políticas públicas. A perspectiva teórica seguida neste trabalho originou uma proposta de indicadores que, sendo complementares dos indicadores gerais de pobreza, lhe acrescentam esta dimensão de género. Estes indicadores seguem uma perspectiva diferencial de género, assentando nas relações causais que subjazem a este fenómeno social. A ligação “educação – mercado de trabalho – independência de recursos económicos” é crucial nesta perspectiva de género, em que a atenção é focada na mulher e na sua individualidade, mas situada no seu contexto familiar.

Ainda é necessário fazer mais trabalho empírico, para além do realizado neste estudo, a fim de analisar a adequação desta perspectiva ao estudo da pobreza entre as mulheres. Mas os trabalhos que têm vindo a ser levados a cabo internacionalmente permitem suportar a principal opção teórica: a de observar o interior da família como o “espaço” onde, em termos sociais e económicos, se localiza e forma a (in)dependência económica da mulher, aspecto crucial da pobreza com dimensão de género.

A necessidade de deslocar do agregado familiar a observação das desigualdades e da pobreza, em que geralmente se admite que os rendimentos são agregados e igualmente repartidos pelos seus membros, foi inicialmente enfatizada por HOBSON (1990) ao argumentar que “a dependência económica das mulheres casadas na família é uma ligação crucial num processo que perpetua a posição negocial fraca da mulher no mercado” (p. 235). O conceito de “dependência económica” tal como é proposto por este autor, foi utilizado em vários estudos empíricos utilizando as bases de dados do Luxembourg Income Study (LIS), utilizando o índice originalmente proposto por SORENSEN & MCLALAHAN (1987), e definido como a percentagem da diferença de rendimento entre mulher e marido no rendimento familiar total.

Desde então, a base de dados do LIS tem sido muito utilizada na investigação sobre o estatuto económico da mulher e sobre a desigualdade de género. Num *survey* de investigação empírica realizada a partir de bases de dados do LIS, GORNICK (2004)

identifica alguns resultados importantes que permitem suportar a nossa perspectiva de análise, seja através de estudos sobre o mercado de trabalho, seja sobre a desigualdade de poder económico dentro da família. A partir destes estudos conclui-se que o estatuto da mulher no mercado de trabalho é inferior ao do homem, sendo a maternidade factor determinante, em geral, para essa relação. BARDASI & GORNICK (2007) mostram que, para vários países da OCDE, existe uma desvantagem salarial resultante do trabalho em *part-time* entre as mulheres, sendo o trabalho involuntário em *part-time* altamente relacionado com a necessidade de prestar cuidados pessoais em casa. E a política social é factor relevante: alguns estudos empíricos mostram que a atribuição de mais importância, em termos de políticas públicas, aos cuidados infantis está associada a níveis de emprego feminino mais elevados (PETIT & HOOK, 2002). Utilizando dados do LIS, alguns estudos mostram que existe uma influência positiva das políticas que conciliam o trabalho com a família na igualdade dentro da família no que respeita às variáveis do mercado de trabalho (GORNICK, 2004:228-231).

Além dos dados do LIS, outros estudos que têm usado os dados do Eurostat-ECHP/PEAP (a fonte de informação que se defende, neste trabalho, para os indicadores propostos) têm originado também resultados muito importantes. O estudo recente de MAITRE, WHELAN & NOLAN (2003), que utiliza uma análise *cross-section* (apenas uma vaga) para estudar o rendimento do cônjuge feminino no conjunto de 12 países da UE, obtém resultados importantes que suportam a perspectiva usada neste trabalho. Os autores concluem que existe um efeito mais significativo dos estádios do ciclo de vida da mulher, comparativamente ao do homem, na participação no mercado de trabalho. Também resulta desta análise que o rendimento do cônjuge feminino tem um impacto positivo na redução da pobreza familiar. Este é um tópico que deve merecer uma análise mais aprofundada, utilizando os dados do SILC e seguindo uma perspectiva de análise longitudinal. A situação específica de Portugal no que respeita à dependência económica da mulher tem vindo a ser recentemente investigada por COELHO (2006) usando os dados dos Inquéritos aos Orçamentos Familiares do INE (1994/95 e 2000), com resultados que permitem, adicionalmente, suportar a perspectiva de análise seguida neste trabalho.

BIBLIOGRAFIA

Referências Bibliográficas

- ABOIM, Sofia e WALL, Karin (2002), “Tipos de família em Portugal: interacções, valores, contextos”, *Análise Social*, Vol. XXXVII, 163, pp: 475-506.
- ALMEIDA, Ana Nunes (1986a), “Entre o dizer e o fazer: a construção da identidade feminina”, *Análise Social*, Vol. XXII (92-93), pp: 493-520.
- ALMEIDA, Ana Nunes (1986b), “A fábrica e a família: para uma sociologia das ‘famílias operárias’”, *Análise Social*, Vol. XXII (86), 2º. pp: 279-312.
- ALMEIDA, Ana Nunes; GUERREIRO, M. das Dores; LOBO, C.; TORRES, A. e WALL, K., (1998), “Relações familiares: mudança e diversidade”, in Viegas, José M. Leite e Costa, António Firmino (orgs), *Portugal, Que Modernidade?* Oeiras: Celta Editora, pp: 45-78.
- AMÂNCIO, Lígia (1994), *Masculino e Feminino. A Construção Social da Diferença*, Porto: Afrontamento.
- AMÂNCIO, Lígia (2002), “O género na psicologia social em Portugal: perspectivas actuais e desenvolvimentos futuros”, *Exæquo*, APEM/Celta, 6, pp: 55-75.
- AMÂNCIO, Lígia e ÁVILA, Patrícia (1995), “Gender in science”, in Jesuíno, C. (Org.), *A Comunidade Científica Portuguesa nos finais do século XX*, Oeiras: Celta Editora, pp: 135-162.
- ANDRÉ, Isabel Margarida (1996), “At the centre on the periphery? Women in the Portuguese Labour Market”, in García-Ramon, Maria Dolors e Mark, Janice (eds.), *Women of the European Union: The Politics of Work and Daily Life*, London: Routledge, pp: 141-155.
- ASHWORTH, K. Hill, M. S. and WALKER, R. (2001). “A new approach to poverty, dynamics”, in Rose, D. [Editor]. *Researching Social and Economic Change – the uses of household panel studies*, pp. 210-229.
- ATKINSON, A. B. (1989). *Poverty and Social Security*, Harvester Wheatsheaf.
- ATKINSON, A. B. (1995). *Incomes and the Welfare State – Essays on Britain and Europe*, Cambridge University Press.
- ATKINSON, T., B. CANTILLON, E. MARLIER, B. NOLAN (2002) “*Social Indicators. The EU and Social Inclusion*”. Oxford University Press.
- ATKINSON, T., B. CANTILLON, E. MARLIER, B. NOLAN (2005), “Taking Forward the EU Social Inclusion Process”. Report. Luxembourg the European Union.

BANE, M. J. and ELLWOOD, D. T. (1986). “Slipping in and out of poverty: the dynamics of spells”, *Journal of Human Resources*, 21 (1), pp. 1-23.

BARDASI, E., GORNICK, J. (2007), “Women’s part-time wage penalties across countries”. LIS working paper nr. 467.

BASSI, J. L. (1988). “Poverty Among Women and Children: what accounts for the change?”. *The American Economic Review*, 78, 2; ABI/INFORM Global.

BOMBA, T., FERNANDES, R. & MACHADO, C. (2006a). Medição da privação – abordagem metodológica. In Neves, A. (Ed.). *Protecção Social*. Lisboa, MTSS/DGEEP.

BOMBA, T., FERNANDES, R., MACHADO, C. & NASCIMENTO, F. (2006b). A privação nas regiões da Grande Lisboa e Algarve (estudos de caso em 2004). In Neves, A. (Ed.). *Protecção Social*. Lisboa, MTSS/DGEEP.

BONKE, J., M. BROWNING (2003) *The distribution of well-being and income within the household*. CAM Danemark.

BUHMANN, B., RAINWATER, L., SHMAUS, G. and SMEEDING, T. (1988). “Equivalence Scales, Well-Being, Inequality and Poverty: Sensivity Estimates Across Ten Countries Using the Luxembourg Income Study (LIS) Database”, *Review of Income and Wealth*, Vol. 34 (LIS Working Paper No. 17, February).

BURGESS, S. and PROPPER, C. (2002). “The Dynamics of Poverty in Britain”, in Hills, J., Le Grand, J. and Piachaud, D. [Editors] (2002). *Understanding Social Exclusion*, Chapter 4.

CANTÓ-SÁNCHEZ, O. (1998). *The Dynamics of Poverty in Spain: the Permanent and Transitory Poor*, unpublished PhD Thesis, Department of Economics, European University Institute.

CASACA, Sara Falcão (2005), “Flexibilidade, emprego e relações de género: a situação de Portugal no contexto da União Europeia”, in Kovács, I. (Org.) et al., *Flexibilidade de Emprego: Riscos e Oportunidades*, Celta Editora, pp: 55-89.

CERIOLI, A. & ZANI, S. (1990). A fuzzy approach to the measurement of poverty. In Dagum, C. e Zenga, M. (Eds), *Income and Wealth Distribution, Inequality and Poverty, Studies in Contemporary Economics* (pp. 272-284). Berlin: Springer Verlag.

CHAGAS LOPES, Margarida (2000), “Trabalho de valor igual e desigualdade salarial: breve contributo na base dos pressupostos do capital humano”, *Exaequo*, 2/3, pp: 107-116.

CHAGAS LOPES, Margarida (2007), *Time to get a Post-graduation: some evidence on “school effect” upon ISCED 7 trajectories*, Working paper, Departamento de Economia, ISEG, Universidade Técnica de Lisboa.

CHELI, B. & LEMMI, A. (1995). A totally fuzzy and relative approach to the multidimensional analysis of poverty. *Economic Notes*, 24 (1), 115-133.

CIDM (2001) *Situação das Mulheres – Portugal 2001*, Lisboa, CIDM.

CIDM (2005), *Estratégias Internacionais para a Igualdade de Género – A Plataforma de Acção de Pequim (1995-2005)*, Colecção Agenda Global, Nº 6, Lisboa, CIDM.

COELHO, LINA (2006), “A dependência económica das mulheres portuguesas que vivem em casal”. Faculdade de Economia da Universidade de Economia. Oficina do CES n.º 255.

COM (2006a), “Portfolio of overarching indicators and streamlined social inclusion, pensions and health care portfolios”. European Commission, Employment, Social Affairs and Equal Opportunities DG, Social Protection and Social Integratio. Social and demography analysis. Brussels, 7 June 2006.

COM (2006b), “Communication from the Commission to the Council, the European Parliament, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions - A Roadmap for equality between women and men 2006-2010”, *COM(2006)92 final*, Commission of the European Communities, Brussels.

COM (2006b), “Gender inequalities in the risks of poverty and social exclusion for disadvantaged groups in thirty European countries”. Expert Group on Gender, Social Inclusion and Employment. European Commission, Employment, Social Affairs and Equal Opportunities DG, July 2006.

COM, (2007), “Report from the Commission to the Council, the European Parliament, The European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions on Equality between Women and Men”, *COM (2007)49 final*, Commission of the European Communities, Brussels.

Comité Social Europeu (2005), *Parecer do Comité Social Europeu sobre “A pobreza entre as mulheres na Europa”*, SOC/207 – CESE 1074/2005 fin Internet: <http://www.esc.eu.int>

DALY, Mary (1992), “Europe’s poor women? Gender in research on poverty”, *European Sociological Review*, Vol. 8 (1), pp.: 1-12.

DENNIS, I. and GUIO, A.-C. (2003). “Poverty and social exclusion in the EU after Laeken – part 1/ part 2”, *Statistics in Focus*, Theme 3 – 8-9/2003, Eurostat.

DIAS, Isabel (2007), “Uma abordagem feminista dos maus tratos às mulheres”, in Amâncio, L; Tavares, M; Joaquim, T. e Almeida. T.S. (orgs), *O Longo Caminho das Mulheres*, Lisboa: Dom Quixote.

ENGLAND, Paula (1997), “Dependência sexual dinheiro e dependência económica nos Estados Unidos da América”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 49. pp: 45-66.

EUROSTAT (2000). *European Social Statistics - Income, Poverty and Social Exclusion*, First Report, Theme 3 - Population and Social Conditions, Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities.

EUROSTAT (2002). *Attrition in the ECHP. Doc. PAN 179/02*. Luxembourg: European Commission.

EUROSTAT (2003). *ECHP UDB Description of variables. Doc. PAN 166/03*. Luxembourg: European Commission.

FARINHA RODRIGUES, C. (2005). *Distribuição do Rendimento, Desigualdade e Pobreza: Portugal nos anos 90*. Instituto Superior de Economia e Gestão – Universidade Técnica de Lisboa, Tese de Doutoramento em Economia, Lisboa.

FERNANDES, Graça Leão e CHAGAS LOPES, Margarida (2002), “Gender, life cycle trajectories, and their determinants in the Portuguese labour market”, Paper apresentado ao Seminário – *Gender – From Costs To Benefits*, Kiel.

FERREIRA, L. V. & FARINHA RODRIGUES, C. (2002). *Distribuição do rendimento, pobreza e papel das políticas redistributivas – A situação da região do Norte no domínio social*. Porto, Comissão de Coordenação da Região do Norte.

FERREIRA, L. V. (1997). *Teoria e Metodologia da Medição da Pobreza – aplicação à situação portuguesa na década de 80*, (mimeografado) Instituto Superior de Economia e Gestão – Universidade Técnica de Lisboa, Tese de Doutoramento em Economia, Lisboa.

FERREIRA, Virgínia (1993), “Padrões de segregação das mulheres no emprego: uma análise do caso português”, in Santos, B.S. (org), *Portugal: Um Retrato Singular*, Porto, Edições Afrontamento, pp: 232-257.

FERRER-i-CARBONELL, A (2005) Income and well-being: an empirical analysis of the comparison income effect. *Journal of Public Economics*, 89: 997-1019.

FONTAÍNHA, Elsa (2002), “The backward bending labour supply curve; we like leisure...but we prefer work “, paper presented at Annual the Conference IATUR, Lisboa, ISEG-UTL.

FOSTER, J. E., GREER, J. and THORBECKE, E. (1984), “A Class of Decomposable Poverty Measures”, *Econometrica*, vol. 52, nº 3, pp. 761-766.

GORDON, D. and SPICKER, P. [Editors] (1999). *The International Glossary on Poverty*, CROP (Comparative Research Programme on Poverty) Publications – International Studies in Poverty Research.

GORNICK, J.C. (2004) “Women’s economic outcomes, gender inequality and public policy: findings from the Luxembourg Income Study”. *Socio-Economic Review*, 2: 213-238.

GUERREIRO, Maria das Dores (2003), “Pessoas sós: múltiplas realidades”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, 43, pp: 31-49.

GUERREIRO, Maria das Dores e ROMÃO, Isabel (1995), “Famille et travail au Portugal. La coexistence de différentes dynamiques sociales”, in Willemsen, Tineke *et al.* (orgs), *Work and Family in Europe: The Role of Policies*, Tilburg: TUP, pp: 151-165.

HALLERÖD, B. (1994). *A new approach to the direct consensual measurement of poverty* (Discussion Paper No. 50). Sidney: University of New South Wales, Social Policy Research Centre.

HILL, M. S. and JENKINS, S. P. (2001). “Poverty among British children: chronic or transitory”, in Bradbury, B. Jenkins, S. P. and Micklewright, J. [Editors], *The Dynamics of Child Poverty in Industrialised Countries*, Cambridge University Press.

HOBSON, B. (1990), “No exit, no voice: women’s economic dependency and the Welfare State”. *Acta Sociologica*, 33(3): 235-250.

JARVIS, S. and JENKINS, S. P. (1996). “Changing Places: Income Mobility and Poverty Dynamic in Britain”, *Working Papers of the ESRC Research Centre on Micro-social Change*. Paper 96-19 Colchester, University of Essex.

JARVIS, S. and JENKINS, S. P. (1997). “Low Income Dynamics in 1990s Britain”, *Fiscal Studies*, vol. 18, 2, 123-142.

JENKINS, S. P., RIGG, J. A. and DEVICIENTI, F. (2001). *The Dynamics of Poverty in Britain*, Research Report No. 157, Department of Work and Pensions with Institute for Social and Economic Research (ISER), University of Essex.

KOVÁCS, Ilona (2002), *As Metamorfoses do Emprego – Ilusões e Problemas da Sociedade de Informação*, Oeiras, Celta Editora.

KUHLER, B. and GOEBEL, J. (2003). “Smoothed Income Poverty in European Countries”, DIW Discussion Papers No. 352, German Institute for Economic Research.

LEHMANN, P. and WIRTZ, C. (2003). “The EC Household Panel ‘Newsletter’ (01/02)”, Eurostat, Theme 3: Population and Social Conditions, European Commission.

LEISERING, L. and WALKER, R. (1998). “Making the future: from dynamics to policy agendas”, in Leisering, L. and Walker, R. D [Editors], *The Dynamics of Modern Society: Policy, Poverty and Welfare*, pp: 265–285.

LEMMI A., PANNUZI N., MAZZOLLI B., CHELI B. & BETTI G. (1997). Misure di povertà multidimensionali e relative: il caso dell’Italia nella prima metà degli anni ’90. In Quintano C. (ed.), *Scritti di Statistica Economica*, 3, pp: 263-319.

LOBO, Cristina e CONCEIÇÃO, Cristina Palma (2003), “O recasamento em Portugal”, *Sociologia - Problemas e Práticas*, 42, pp: 141-159.

MAITRE, B., WHELAN, C., NOLAN, B. (2003) “Female partner’s income contribution to the household income in the European Union”. EPAG Working Papers nr. 43.

MARLIER, E. and COHEN-SOLAL, M. (2000). “Social benefits and their redistributive effect in the EU”, *Statistics in Focus*, Population and Social conditions, Theme 3 – 9/2000, Luxembourg, Eurostat.

METTE, c. (2005) *Wellbeing and dependency among the European elderly: the role of social integration*. ENEPRI Research Report No 12.

MOISIO, P. (2005). *A latent class application to the measurement of poverty* (IRISS-C/I Working paper). Florence, European University Institute.

NOLAN, B. & WHELAN, C.T. (1996). *Resources, deprivation and poverty*. Oxford, Clarendon Press.

OECD (2006), “Women and Men in OECD Countries”, OECD.

OTTO, B. and GOEBEL, J. (2002). “Incidence and Intensity of Permanent Income Poverty in the European Countries”, *EPAG Working Paper 28*, Colchester: University of Essex.

PAHL, Jan (1983), “The allocation of money and the structuring of inequality within marriage”, *Sociological Review*, Vol. 31(2), pp: 237-262.

PAPADOPOULOS, F. and TSAKLOGLOU, P. (2001). *Indicators of Social Exclusion in EUROMOD*, EUROMOD Working Paper No. EM8/01.

PEIXOTO, J. *et al.* (2006), *Mulheres Migrantes: Percursos Laborais e Modos de Inserção Socioeconómica das Imigrantes em Portugal*, FCT/CIDM (final report).

PERISTA, Heloísa (1989), *As Mulheres em Empregos Atípicos em Portugal*, CISEP, ISEG-UTL.

PERISTA, Heloísa (2002), “Género e Trabalho não pago: os tempos das mulheres e os tempos dos homens”, *Análise Social*, Vol. XXXVII, 163, pp: 447-474.

PERISTA, Heloísa e CHAGAS Lopes, Margarida (coord.) *et al.*, (1999), *A Licença de Paternidade – Um Direito Novo para a Promoção da Igualdade*, Lisboa, DEPP, CIDES.

PERISTA, Heloísa; GOMES, Maria Emília; SILVA, Manuela (1992), *A Pobreza no Feminino na Cidade de Lisboa*, CIDM.

PETIT, B., HOOK, J. (2002) “The structure of women’s employment in comparative perspective”, LIS working paper nr. 330.

PORTUGAL, Sílvia (1998), “Women, childcare and social networks”, in FERREIRA, Virgínia, TAVARES, Teresa e PORTUGAL, Sílvia, *Shifting Bonds, Shifting Bounds – Women, Mobility and Citizenship in Europe*, Oeiras: Celta Editora, pp: 345-355.

REGO, Maria do Céu Cunha (1999), “A igualdade de oportunidades entre mulheres e

- REGO, Maria do Céu Cunha (1999), “A igualdade de oportunidades entre mulheres e homens no trabalho, no emprego e na formação profissional”, *Sociedade e Trabalho*, 6, pp: 75-87.
- ROSA, Teresa (Coord.) *et al.* (2000), *Trabalho Precário – Perspectivas de Superação*, CIES, OEFP.
- RUSPINI, E. (2002). *Introduction to Longitudinal Research*, Routledge.
- SEN, A. (1976). “Poverty: an ordinal approach to measurement”, *Econometrica*, Vol. 44, nº 2.
- SEN, A. (1983). “Poor, relatively speaking”, *Oxford Economic Papers*, 35.
- SORENSEN, A., MCLANAHAN, S. (1987), “Married women’s economic dependency, 1940-1980”, *The American Journal of Sociology*, 93(3): 659-687.
- SILVA, Manuela e PERISTA, Heloísa (1995), *As Portuguesas e a União Europeia – Prospectiva para a Acção*, CIDM.
- STEVEN, P. (1988). “The feminization of poverty: causes and remedies”. *Challenge*, 31, 2, ABI/INFORM Global.
- TORRES, Anália (1996), *Divórcio em Portugal – Ditos e Interditos*, Oeiras: Celta Editora, pp: 179-188.
- TORRES, Anália (2001), *Sociologia do Casamento – A Família e a Questão Feminina*, Oeiras: Celta Editora.
- TORRES, Anália (2002), “Casamento: conversa a duas vozes e em três andamentos”, *Análise Social*, Vol. XXXVII, 163, pp: 569-602.
- TORRES, Anália (coord.) *et al.*, (2004), *Homens e Mulheres, Entre Família e Trabalho*, DEEP/CITE, Estudos 1.
- TOWNSEND, P. (1979); *Poverty in the United Kingdom: A Survey of Household Resources and Standards of Living*, Pinguim Books, Harmondsworth.
- UN (2006), “The world’s women in 2005 – Progress in Statistics”, New York, Department of Economics and Social Affairs of the United Nations.
- VAN PRAAG, B., A FERRER-i-CARBONELL (2004) *Happiness quantified: a satisfaction calculus approach*. Oxford University Press.
- VAN PRAAG, B., A FERRER-i-CARBONELL (2006) *A Multidimensional Approach to Subjective Poverty*. ?? Amsterdam
- VAREJÃO, José Manuel e RUIVO, Margarida (1996), “As condicionantes da organização do tempo de trabalho, Estudo de caso”, *Cadernos de Ciências Sociais*, 17, pp: 77-90.

VASCONCELOS, Pedro (2002), “Redes de apoio familiar e desigualdade social: estratégias de classe”, *Análise Social*, Vol. XXXVII, 163, pp: 507-544.

VOGLER, Carolyn e PAHL, Jan (1994), “Money, power and inequality within marriage”, *Sociological Review*, Vol.42(2), pp: 263-288.

WALL, K.; ABOIM, S.; CUNHA, V.; VASCONCELOS, P. (2001), “Families and informal support networks in Portugal: the reproduction of inequality”, *Journal of European Social Policy*, 11(3), pp: 213-233.

WALL, Karin (2003), “Famílias monoparentais”, *Sociologia - Problemas e Práticas*, 43, pp: 51-66.

ANEXOS

Quadro 1 – Indicadores de bem-estar seleccionados para a análise da pobreza no feminino numa perspectiva estática e dinâmica com base no PEADP

Dimensões de bem-estar e respectivos indicadores		Categorias de privação	Análise estática	Análise dinâmica
--	--	------------------------	------------------	------------------

A - Recursos económicos

A1	Rendimento individual do indivíduo	LIMITE MÍNIMO: SMN entre limites LIMITE MÁXIMO: 2,5*SMN	Privação total Privação parcial Ausência de privação	Privado Não privado Não privado
A2	Indivíduo inserido em agregado com capacidade para fazer face às despesas	1. Com facilidade 2. Com alguma dificuldade/relativa facilidade 3. Com dificuldade	Ausência de privação Privação parcial Privação total	Não privado Não privado Privado
A3	Indivíduo inserido em agregado com capacidade para fazer poupanças	1. Não ou muito pouco 0. Sim	Privação total Ausência de privação	Privado Não privado
A4	Peso dos encargos com habitação do agregado em que o indivíduo se insere	1. Não constituem problema ou com alojamento gratuito 2. Relativamente pesados 3. Muito pesados	Ausência de privação Privação parcial Privação total	Não privado Não privado Privado

B - Saúde

B1	Estado de saúde em geral	1. Bom 2. Médio 3. Mau	Ausência de privação Privação parcial Privação total	Não privado Não privado Privado
B2	Problemas de saúde crónicos, físico ou mentais, invalidez ou doença	1. Sim 0. Não	Privação total Ausência de privação	Privado Não privado
B3	Consultou um médico dentista no último ano	1. Nenhuma vez 0. Uma ou mais vezes	Privação total Ausência de privação	Privado Não privado
B4	Indivíduo inserido em agregado com capacidade para uma refeição de carne ou peixe de 2 em 2 dias	1. Não 3. Sim	Privação total Ausência de privação	Privado Não privado

C - Educação e formação

C1	Participação em educação ou formação no último ano	1. Não 0. Sim ou não se aplica	Privação total Ausência de privação	Privado Não privado
C2	Habilitações literárias	1. Menos que o segundo nível (ISCED 0-2) 0. ISCED (>=3) ou Está a estudar	Privação total Ausência de privação	Privado Não privado
C3	Indivíduo inserido em agregado que possui TV a cores	1. Não por razões económicas 0. Sim ou Não, por razões diferentes das económicas	Privação total Ausência de privação	Privado Não privado

D - Participação social

D1	Indivíduo inserido em agregado com possibilidade de ter uma semana de férias fora de casa	1. Não 0. Sim	Privação total Ausência de privação	Privado Não privado
D2	Indivíduo inserido em agregado com possibilidade de convidar amigos ou familiares para uma refeição uma vez por mês	1. Não 0. Sim	Privação total Ausência de privação	Privado Não privado
D3	Frequência com que conversa com os vizinhos	1. Na maioria dos dias 2. Uma a duas vezes por semana 3. Uma a duas vezes por mês 4. Menos que uma vez por mês 5. Nunca	Ausência de privação Privação parcial Privação parcial Privação parcial Ausência de privação	Não privado Não privado Não privado Não privado Privado
D4	Frequência com que sai com amigos	1. Na maioria dos dias 2. Uma a duas vezes por semana 3. Uma a duas vezes por mês 4. Menos que uma vez por mês 5. Nunca	Ausência de privação Privação parcial Privação parcial Privação parcial Ausência de privação	Não privado Não privado Não privado Não privado Privado

Quadro 1 – Indicadores de bem-estar seleccionados para a análise da pobreza no feminino numa perspectiva estática e dinâmica com base no PEADP

Dimensões de bem-estar e respectivos indicadores	Categorias de privação	Análise estática	Análise dinâmica	
E - Habitação				
E1	Indivíduo inserido em agregado com alojamento com banho ou duche no interior do alojamento	4. WC no interior do alojamento e instalações de duche 3. WC no interior do alojamento e sem instalações de duche 2. Com instalações de duche e sem WC no interior do alojamento 1. Sem WC no interior do alojamento e sem instalações de banho ou duche	Ausência de privação Privação parcial Privação parcial Privação total	Não privado Não privado Não privado Privado
E2	Indivíduo inserido em agregado com alojamento muito escuro	1. Sim 0. Não	Privação total Ausência de privação	Privado Não privado
E3	Indivíduo inserido em alojamento com fundações e chão húmido e/ou telhado que mete água	3. Alojamento sem fundações, paredes ou chãos húmidos nem telhado que mete água 2. Alojamento com apenas uma das duas possibilidades: com fundações, paredes ou chãos húmidos ou com telhado que mete água 1. Alojamento com fundações, paredes ou chãos húmidos e com telhado que mete água	Ausência de privação Privação parcial Privação total	Não privado Não privado Privado
E4	Indivíduo inserido em agregado alojado em zona de crime e vandalismo	1. Sim 0. Não	Privação total Ausência de privação	Privado Não privado

Fonte: INE, Painel Europeu de Agregados Domésticos Privados, 1995 - 2001

**Quadro 2 – Número de indivíduos por grupos no PEADP
(dados amostrais ponderados e não ponderados), Portugal, 1995 e 2001**

		1995			2001		
		Não ponderado	Ponderado		Não ponderado	Ponderado	
		N.º	N.º	%	N.º	N.º	%
Indivíduos adultos (idade >= 16 anos)	T	11 858	11 858	100	10 915	10 915	100
	M	6 167	6 236	52,6	5 769	5 694	52,2
	H	5 691	5 622	47,4	5 146	5 221	47,8
Indivíduo adulto inserido em agregado familiar numeroso	M	1 356	1 362	11,5	1 098	1 474	13,5
	H	1 380	1 351	11,4	1 080	1 505	13,8
Indivíduo adulto sozinho com crianças/jovens com menos de 24 anos a cargo	M	242	291	2,5	61	58	0,5
	H	149	150	1,3	52	23	0,2
Indivíduo em idade activa*, que coabita enquanto casal, embora sem rendimento individual	M	1 040	885	7,5	695	623	5,7
	H	77	62	0,5	28	42	0,4
Indivíduo em idade activa, que coabita enquanto casal, e com rendimento individual inferior a 50% do auferido pelo seu cônjuge	M	623	696	5,9	608	747	6,8
	H	115	140	1,2	103	113	1,0
Indivíduo em idade activa, que coabita enquanto casal, e com rendimento individual entre 50% a 70% do auferido pelo seu cônjuge	M	305	382	3,2	344	352	3,2
	H	63	80	0,7	72	60	0,5
Indivíduo em idade activa com contrato de trabalho precário	M	388	403	3,4	396	404	3,7
	H	436	403	3,4	428	456	4,2
Indivíduo desempregado em idade mais avançada (45-64 anos)	M	73	75	0,6	64	73	0,7
	H	76	99	0,8	46	56	0,5
Indivíduo idoso isolado (65 ou mais anos)	M	378	355	3,0	420	296	2,7
	H	148	112	0,9	106	64	0,6

*Idade activa - 16 a 64 anos

Fonte: INE, Painel Europeu de Agregados Domésticos Privados, 1995 - 2001

Quadro 3 – Número de indivíduos por grupos no PEADP (dados amostrais ponderados e não ponderados), base longitudinal, Portugal, 1995 e 2001

Grupos de indivíduos		Horizonte 1995-2001	
		Não ponderado	Ponderado
Indivíduos adultos (idade >= 16 anos)	T	7 710	7 346
	M	4 104	3 926
	H	3 606	3 420
Indivíduo adulto inserido em agregado familiar numeroso	M	919	874
	H	927	890
Indivíduo adulto sozinho com crianças/jovens com menos de 24 anos a cargo	M	147	161
	H	79	77
Indivíduo em idade activa*, que coabita enquanto casal, embora sem rendimento individual	M	792	629
	H	37	22
Indivíduo em idade activa, que coabita enquanto casal, e com rendimento individual inferior a 50% do auferido pelo seu cônjuge	M	458	497
	H	81	93
Indivíduo em idade activa, que coabita enquanto casal, e com rendimento individual entre 50% a 70% do auferido pelo seu cônjuge	M	217	296
	H	44	50
Indivíduo em idade activa com contrato de trabalho precário	M	251	250
	H	250	216
Indivíduo desempregado em idade mais avançada (45-64 anos)	M	49	50
	H	55	60
Indivíduo idoso isolado (65 ou mais anos)	M	209	186
	H	59	47

*Idade activa - 16 a 64 anos

Fonte: INE, Painel Europeu de Agregados Domésticos Privados, 1995 - 2001 (*Painel equilibrado* de indivíduos para Portugal para o período 1995-2001)

Quadro 4 – Incidência, Intensidade e Severidade de pobreza monetária, segundo principais grupos diferenciados por género, Portugal, 1995

		Taxa de feminização	Incidência de pobreza monetária			Intensidade de pobreza monetária*	Severidade de pobreza monetária
			Após Transferências Sociais (TS)	Antes de TS	Antes de TS que não pensões		
Total de indivíduos	T		22,9	36,6	27,4	8,1	4,3
Indivíduo adulto (idade >= 16 anos)	T		22,2	37,6	26,5	7,7	4,1
	M	52,6	23,9	40,3	28,2	8,3	4,4
	H		20,2	34,7	24,6	7,0	3,8
Indivíduo adulto inserido em agregado familiar numeroso	M		23,2	34,3	28,9	8,2	4,5
	H	50,2	21,2	31,5	26,9	7,5	4,0
Indivíduo adulto sozinho com crianças/jovens com menos de 24 anos a cargo	M		26,9	42,3	36,2	8,4	4,1
	H	66,0	21,8	34,4	29,6	8,4	4,9
Indivíduo em idade activa**, que coabita enquanto casal, embora sem rendimento individual	M		32,8	41,2	36,5	13,7	8,6
	H	95,1	59,1	71,5	71,5	25,3	15,6
Indivíduo em idade activa, que coabita enquanto casal, e com rendimento individual inferior a 50% do auferido pelo seu cônjuge	M		13,5	26,0	19,2	4,1	1,8
	H	83,2	33,8	45,3	38,9	13,5	7,4
Indivíduo em idade activa, que coabita enquanto casal, e com rendimento individual entre 50% a 70% do auferido pelo seu cônjuge	M		6,7	15,4	10,9	1,9	1,0
	H	82,8	8,8	16,3	13,6	2,8	1,3
Indivíduo em idade activa com contrato de trabalho precário	M		19,7	33,4	26,0	6,6	3,4
	H	49,9	24,6	34,2	29,3	8,1	3,9
Indivíduo desempregado em idade mais avançada (45-64 anos)	M		19,1	45,7	40,1	6,3	3,3
	H	42,8	24,4	49,4	43,5	8,2	5,4
Indivíduo idoso isolado (65 ou mais anos)	M		58,1	98,4	59,4	18,7	8,0
	H	75,9	53,8	87,6	53,8	17,8	8,2

Nota: As medidas de incidência, intensidade e severidade de pobreza foram determinadas de acordo com a proposta de Foster, Greer and Thorbecke (1984)

* Após transferências sociais

** Idade activa - 16 a 64 anos

Fonte: INE, Painel Europeu de Agregados Domésticos Privados, 1995 (dados ponderados)

Quadro 5 – Incidência, Intensidade e Severidade de pobreza monetária, segundo principais grupos diferenciados por género, Portugal, 2001

		Taxa de feminização	Incidência de pobreza monetária			Intensidade de pobreza monetária*	Severidade de pobreza monetária*
			Após Transferências Sociais (TS)	Antes de TS	Antes de TS que não pensões		
Total de indivíduos	T		20,1	36,4	24,4	5,6	2,5
Indivíduo adulto (idade >= 16 anos)	T		18,2	35,8	22,6	5,1	2,2
	M	52,6	18,5	37,6	22,6	5,1	2,2
	H		17,9	33,9	22,7	5,0	2,2
Indivíduo adulto inserido em agregado familiar numeroso	M	49,6	21,8	35,7	25,3	5,9	2,5
	H		27,5	37,8	32,29	8,1	3,6
Indivíduo adulto sozinho com crianças/jovens com menos de 24 anos a cargo	M	71,2	44,9	52,9	52,0	13,6	7,0
	H		25,5	37,4	30,9	6,9	3,5
Indivíduo em idade activa**, que coabita enquanto casal, embora sem rendimento individual	M	93,8	30,8	44,0	36,2	10,1	5,4
	H		39,7	55,0	40,7	19,4	11,6
Indivíduo em idade activa, que coabita enquanto casal, e com rendimento individual inferior a 50% do auferido pelo seu cônjuge	M	86,5	16,2	28,3	21,9	3,9	1,4
	H		24,7	40,5	32,0	8,3	3,9
Indivíduo em idade activa, que coabita enquanto casal, e com rendimento individual entre 50% a 70% do auferido pelo seu cônjuge	M	85,9	3,2	10,0	7,3	1,0	0,4
	H		2,5	17,6	9,2	1,1	0,7
Indivíduo em idade activa com contrato de trabalho precário	M	47,1	10,1	23,6	16,7	2,7	1,1
	H		22,2	37,6	30,3	5,4	2,4
Indivíduo desempregado em idade mais avançada (45-64 anos)	M	57,9	6,5	33,6	20,8	2,3	1,1
	H		16,9	39,6	39,1	3,3	1,4
Indivíduo idoso isolado (65 ou mais anos)	M	82,2	47,9	95,1	49,4	13,8	5,3
	H		36,0	92,2	36,6	10,7	4,1

Nota: As medidas de incidência, intensidade e severidade de pobreza foram determinadas de acordo com a proposta de Foster, Greer and Thorbecke (1984)

* Após transferências sociais

** Idade activa - 16 a 64 anos

Fonte: INE, Painel Europeu de Agregados Domésticos Privados, 1995 (dados ponderados)

Quadro 6 – Tipologia longitudinal da pobreza monetária segundo principais grupos diferenciados por género, Portugal 1995-2001 (%)

Grupos de indivíduos		Persistentes	Intermitentes	Transitórios	Nunca-pobres
Indivíduos adultos (idade >= 16 anos)	T	10,7	6,4	23,9	59,0
	M	12,0	6,4	25,4	56,1
	H	9,2	6,4	22,1	62,4
Indivíduo adulto inserido em agregado familiar numeroso	M	9,4	6,0	32,4	52,2
	H	7,9	9,4	25,4	57,4
Indivíduo adulto sozinho com crianças/jovens com menos de 24 anos a cargo	M	7,1#	8,4#	29,8	54,7
	H	7,5#	8,4#	24,1#	60,1
Indivíduo em idade activa*, que coabita enquanto casal, embora sem rendimento individual	M	17,0	12,5	30,0	40,5
	H	28,3#	20,9#	24,5#	26,2#
Indivíduo em idade activa, que coabita enquanto casal, e com rendimento individual inferior a 50% do auferido pelo seu cônjuge	M	5,9	3,6	24,5	66,0
	H	14,3#	5,6#	22,9#	57,2
Indivíduo em idade activa, que coabita enquanto casal, e com rendimento individual entre 50% a 70% do auferido pelo seu cônjuge	M	1,4#	2,1#	21,2	75,2
	H	1,6#	3,3#	11,4#	83,7
Indivíduo em idade activa com contrato de trabalho precário	M	3,8#	4,0#	33,5	58,6
	H	11,8#	10,0#	20,8	57,4
Indivíduo desempregado em idade mais avançada (45 - 64 anos)	M	4,6#	2,8#	47,3#	45,3
	H	7,1#	4,6#	34,0#	54,4
Indivíduo idoso isolado (65 ou mais anos)	M	37,9	12,7	26,1	23,4
	H	30,9#	7,8#	33,5#	27,7#

* Idade activa - 16 a 64 anos

Número de observações muito reduzido (inferior a 20 unidades)

Fonte: INE, Painel Europeu de Agregados Domésticos Privados, 1995 - 2001 (*Painel equilibrado* de indivíduos para Portugal para o período 1995-2001 - dados ponderados)

Quadro 7 – Turnover da pobreza: fluxos para dentro e para fora da pobreza, segundo principais grupos diferenciados por género, Portugal, 1995-2001 (%)

Subgrupos		Taxa de Saída da pobreza	Taxa de Entrada na pobreza
Indivíduos adultos (idade >= 16 anos)	T	49,0	10,3
	M	48,1	10,7
	H	50,2	10,0
Indivíduo adulto inserido em agregado familiar numeroso	M	58,9	12,8
	H	58,3	13,3
Indivíduo adulto sozinho com crianças/jovens com menos de 24 anos a cargo	M	66,7	8,6#
	H	67,3#	5,2#
Indivíduo em idade activa*, que coabita enquanto casal, embora sem rendimento individual	M	45,8	18,9
	H	62,0#	13,3#
Indivíduo em idade activa, que coabita enquanto casal, e com rendimento individual inferior a 50% do auferido pelo seu cônjuge	M	51,7	8,8
	H	57,4#	5,9#
Indivíduo em idade activa, que coabita enquanto casal, e com rendimento individual entre 50% a 70% do auferido pelo seu cônjuge	M	78,2#	6,5#
	H	84,2#	0,4#
Indivíduo em idade activa com contrato de trabalho precário	M	60,2	7,6#
	H	41,2	10,0#
Indivíduo desempregado em idade mais avançada (45 - 64 anos)	M	88,5#	19,7#
	H	63,9#	10,6#
Indivíduo idoso isolado (65 ou mais anos)	M	29,0	24,2
	H	35,0#	17,0#

* Idade activa - 16 a 64 anos

Número de observações muito reduzido (inferior a 20 unidades)

Fonte: INE, Painel Europeu de Agregados Domésticos Privados, 1995 - 2001 (*Painel equilibrado* de indivíduos para Portugal para o período 1995-2001 - dados ponderados)

Quadro 8 – Índice agregado de privação (IAP) e índice de privação (IP) por dimensão de bem-estar segundo principais grupos diferenciados por género, Portugal, 1995

	Sexo	Taxa de feminização	Total		Dimensão A		Dimensão B		Dimensão C		Dimensão D		Dimensão E	
			IAP	desv. pad.	IP	desv. pad.	IP	desv. pad.	IP	desv. pad.	IP	desv. pad.	IP	desv. pad.
Indivíduos adultos (idade >= 16 anos)	T		0,249	(0,15)	0,045	(0,02)	0,053	(0,06)	0,024	(0,03)	0,066	(0,05)	0,061	(0,07)
	M	52,2	0,257	(0,15)	0,047	(0,02)	0,056	(0,06)	0,024	(0,04)	0,066	(0,05)	0,063	(0,07)
	H		0,241	(0,15)	0,043	(0,02)	0,050	(0,06)	0,023	(0,03)	0,065	(0,05)	0,059	(0,07)
Indivíduo adulto inserido em agregado familiar numeroso	M	49,9	0,265	(0,15)	0,049	(0,02)	0,055	(0,06)	0,022	(0,03)	0,071	(0,05)	0,068	(0,08)
	H		0,254	(0,15)	0,047	(0,02)	0,053	(0,06)	0,023	(0,03)	0,071	(0,05)	0,061	(0,07)
Indivíduo adulto sozinho com crianças/jovens com menos de 24 anos a cargo	M	65,3	0,250	(0,14)	0,049	(0,02)	0,044	(0,05)	0,022	(0,03)	0,066	(0,05)	0,068	(0,07)
	H		0,256	(0,17)	0,045	(0,02)	0,040	(0,05)	0,032	(0,05)	0,071	(0,05)	0,069	(0,08)
Indivíduo em idade activa*, que coabita enquanto casal, embora sem rendimento individual	M	93,4	0,246	(0,13)	0,049	(0,02)	0,054	(0,05)	0,028	(0,04)	0,061	(0,04)	0,054	(0,07)
	H		0,296	(0,15)	0,054	(0,02)	0,057	(0,05)	0,036	(0,05)	0,075	(0,04)	0,074	(0,07)
Indivíduo em idade activa, que coabita enquanto casal, e com rendimento individual inferior a 50% do auferido pelo seu cônjuge	M	84,1	0,233	(0,13)	0,045	(0,02)	0,053	(0,05)	0,020	(0,03)	0,060	(0,05)	0,054	(0,07)
	H		0,242	(0,14)	0,047	(0,02)	0,050	(0,06)	0,022	(0,03)	0,072	(0,05)	0,051	(0,07)
Indivíduo em idade activa, que coabita enquanto casal, e com rendimento individual entre 50% a 70% do auferido pelo seu cônjuge	M	82,5	0,228	(0,12)	0,042	(0,02)	0,045	(0,05)	0,019	(0,02)	0,060	(0,04)	0,062	(0,07)
	H		0,230	(0,14)	0,041	(0,02)	0,049	(0,05)	0,014	(0,02)	0,062	(0,04)	0,064	(0,08)
Indivíduo em idade activa com contrato de trabalho precário	M	50,0	0,260	(0,15)	0,051	(0,02)	0,038	(0,05)	0,023	(0,03)	0,070	(0,05)	0,077	(0,08)
	H		0,283	(0,16)	0,047	(0,02)	0,047	(0,06)	0,034	(0,05)	0,077	(0,05)	0,078	(0,08)
Indivíduo desempregado em idade mais avançada (45 - 64 anos)	M	43,4	0,295	(0,13)	0,047	(0,02)	0,076	(0,04)	0,028	(0,04)	0,059	(0,05)	0,085	(0,08)
	H		0,272	(0,16)	0,049	(0,02)	0,075	(0,06)	0,023	(0,03)	0,056	(0,04)	0,070	(0,08)
Indivíduo idoso isolado (65 ou mais anos)	M	76,4	0,386	(0,18)	0,052	(0,02)	0,098	(0,07)	0,051	(0,06)	0,090	(0,05)	0,094	(0,09)
	H		0,369	(0,19)	0,045	(0,02)	0,089	(0,06)	0,051	(0,06)	0,084	(0,06)	0,100	(0,09)

Nota: Dimensão A – Recursos Económicos; Dimensão B – Saúde; Dimensão C – Educação e formação; Dimensão D – Participação social; Dimensão E – Habitação

* Idade activa - 16 a 64 anos

Fonte: INE, Painel Europeu de Agregados Domésticos Privados, 1995 (dados ponderados)

Quadro 9 – Índice agregado de privação (IAP) e índice de privação (IP) por dimensão de bem-estar segundo principais grupos diferenciados por género, Portugal, 2001

	Sexo	Taxa de feminização	Total		Dimensão A		Dimensão B		Dimensão C		Dimensão D		Dimensão E	
			IAP	desv. pad.	IP	desv. pad.	IP	desv. pad.	IP	desv. pad.	IP	desv. pad.	IP	desv. pad.
Indivíduos adultos (idade >= 16 anos)	T		0,197	(0,12)	0,039	(0,01)	0,044	(0,05)	0,016	(0,02)	0,053	(0,04)	0,046	(0,06)
	M	52,1	0,199	(0,11)	0,040	(0,01)	0,045	(0,04)	0,016	(0,02)	0,052	(0,04)	0,046	(0,06)
	H		0,195	(0,12)	0,038	(0,02)	0,043	(0,05)	0,015	(0,02)	0,053	(0,04)	0,046	(0,06)
Indivíduo adulto inserido em agregado familiar numeroso	M	49,5	0,206	(0,11)	0,043	(0,01)	0,039	(0,04)	0,015	(0,02)	0,056	(0,04)	0,053	(0,07)
	H		0,220	(0,13)	0,041	(0,01)	0,049	(0,06)	0,017	(0,02)	0,058	(0,04)	0,055	(0,07)
Indivíduo adulto sozinho com crianças/jovens com menos de 24 anos a cargo	M	71,2	0,233	(0,12)	0,039	(0,01)	0,039	(0,04)	0,017	(0,02)	0,089	(0,05)	0,050	(0,06)
	H		0,191	(0,09)	0,036	(0,01)	0,036	(0,04)	0,015	(0,00)	0,050	(0,03)	0,054	(0,07)
Indivíduo em idade activa*, que coabita enquanto casal, embora sem rendimento individual	M	93,7	0,193	(0,10)	0,043	(0,01)	0,043	(0,04)	0,016	(0,01)	0,049	(0,04)	0,042	(0,06)
	H		0,234	(0,08)	0,048	(0,01)	0,057	(0,04)	0,014	(0,00)	0,050	(0,03)	0,064	(0,06)
Indivíduo em idade activa, que coabita enquanto casal, e com rendimento individual inferior a 50% do auferido pelo seu cônjuge	M	86,9	0,184	(0,09)	0,040	(0,01)	0,043	(0,04)	0,016	(0,02)	0,044	(0,03)	0,041	(0,06)
	H		0,186	(0,11)	0,039	(0,01)	0,040	(0,05)	0,014	(0,01)	0,043	(0,03)	0,050	(0,08)
Indivíduo em idade activa, que coabita enquanto casal, e com rendimento individual entre 50% a 70% do auferido pelo seu cônjuge	M	85,5	0,159	(0,09)	0,038	(0,02)	0,035	(0,04)	0,014	(0,01)	0,049	(0,04)	0,024	(0,04)
	H		0,155	(0,07)	0,030	(0,01)	0,034	(0,03)	0,014	(0,02)	0,047	(0,03)	0,029	(0,05)
Indivíduo em idade activa com contrato de trabalho precário	M	46,9	0,172	(0,09)	0,040	(0,01)	0,025	(0,03)	0,013	(0,02)	0,057	(0,04)	0,037	(0,05)
	H		0,197	(0,11)	0,042	(0,01)	0,028	(0,04)	0,016	(0,02)	0,058	(0,04)	0,052	(0,07)
Indivíduo desempregado em idade mais avançada (45 - 64 anos)	M	57,8	0,206	(0,09)	0,042	(0,01)	0,058	(0,04)	0,016	(0,01)	0,049	(0,03)	0,041	(0,07)
	H		0,192	(0,11)	0,035	(0,01)	0,046	(0,04)	0,017	(0,02)	0,051	(0,04)	0,044	(0,05)
Indivíduo idoso isolado (65 ou mais anos)	M	82,2	0,308	(0,16)	0,041	(0,02)	0,082	(0,05)	0,032	(0,05)	0,071	(0,05)	0,082	(0,08)
	H		0,272	(0,17)	0,040	(0,02)	0,069	(0,05)	0,029	(0,05)	0,063	(0,05)	0,072	(0,08)

Nota: Dimensão A – Recursos Económicos; Dimensão B - Saúde; Dimensão C - Educação e formação; Dimensão D - Participação social; Dimensão E - Habitação

* Idade activa – 16 a 64 anos

Fonte: INE, Painel Europeu de Agregados Domésticos Privados, 2001 (dados ponderados)

Quadro 10 – Risco de privação* segundo principais grupos diferenciados por género, Portugal, 1995 e 2001 (%)

		1995	2001
Indivíduos adultos (idade >= 16 anos)	T	16,5	16,2
	M	17,5	16,0
	H	15,5	16,3
Indivíduo adulto inserido em agregado familiar numeroso	M	19,5	16,6
	H	17,0	22,7
Indivíduo adulto sozinho com crianças/jovens com menos de 24 anos a cargo	M	15,0	31,0#
	H	19,0#	16,7#
Indivíduo em idade activa*, que coabita enquanto casal, embora sem rendimento individual	M	14,8	14,1
	H	15,6#	21,4#
Indivíduo em idade activa, que coabita enquanto casal, e com rendimento individual inferior a 50% do auferido pelo seu cônjuge	M	13,2	11,1
	H	13,5#	12,4#
Indivíduo em idade activa, que coabita enquanto casal, e com rendimento individual entre 50% a 70% do auferido pelo seu cônjuge	M	11,9#	5,7#
	H	13,4#	3,4#
Indivíduo em idade activa com contrato de trabalho precário	M	18,4	8,2#
	H	22,7	16,2
Indivíduo desempregado em idade mais avançada (45 - 64 anos)	M	26,0#	15,1#
	H	15,8#	11,1#
Indivíduo idoso isolado (65 ou mais anos)	M	40,8	45,8
	H	48,7	37,5#

Número de observações muito reduzido (inferior a 30 unidades)

* Limiar de privação: 150% do Índice Agregado de Privação

Fonte: INE, Painel Europeu de Agregados Domésticos Privados, 1995 - 2001 (dados ponderados)

Quadro 11 – Contributo de cada dimensão de bem-estar para a formação do Índice Agregado de Privação, segundo principais grupos diferenciados por género, Portugal, 1995 e 2001 (%)

		1995					2001				
		Dimensões de bem-estar					Dimensões de bem-estar				
		A	B	C	D	E	A	B	C	D	E
Indivíduos adultos (idade >= 16 anos)	T	18,1	21,3	9,5	26,4	24,6	19,8	22,1	7,9	26,8	23,3
	M	18,2	21,9	9,4	25,8	24,6	20,2	22,4	7,9	26,4	23,1
	H	17,9	20,6	9,7	27,1	24,6	19,4	21,8	7,9	27,4	23,6
Indivíduo adulto inserido em agregado familiar numeroso	M	18,6	20,7	8,3	26,9	25,5	21,0	18,7	7,5	27,2	25,7
	H	18,4	20,7	8,9	27,9	24,1	18,6	22,1	7,5	26,6	25,2
Indivíduo adulto sozinho com crianças/jovens com menos de 24 anos a cargo	M	19,6	17,7	9,0	26,5	27,2	16,6	16,5	7,1	38,2	21,6
	H	17,4	15,5	12,6	27,7	26,8	18,9	18,7	8,0	26,1	28,3
Indivíduo em idade activa*, que coabita enquanto casal, embora sem rendimento individual	M	19,8	21,8	11,3	24,9	22,1	22,5	22,1	8,4	25,3	21,7
	H	18,1	19,3	12,0	25,4	25,1	20,5	24,5	6,1	21,6	27,2
Indivíduo em idade activa, que coabita enquanto casal, e com rendimento individual inferior a 50% do auferido pelo seu cônjuge	M	19,4	22,8	8,7	25,8	23,3	21,7	23,5	8,5	24,0	22,2
	H	19,5	20,8	8,9	29,7	21,2	21,1	21,8	7,3	23,1	26,7
Indivíduo em idade activa, que coabita enquanto casal, e com rendimento individual entre 50% a 70% do auferido pelo seu cônjuge	M	18,6	19,9	8,2	26,3	27,1	24,1	21,7	8,6	30,7	15,0
	H	17,9	21,3	6,2	26,8	27,8	19,4	22,1	9,2	30,6	18,6
Indivíduo em idade activa com contrato de trabalho precário	M	19,7	14,7	8,7	27,0	29,8	23,1	14,6	7,6	33,2	21,5
	H	16,8	16,6	11,9	27,3	27,4	21,3	14,5	8,0	29,6	26,6
Indivíduo desempregado em idade mais avançada (45 - 64 anos)	M	15,9	25,7	9,5	20,0	29,0	20,3	28,1	7,9	24,0	19,7
	H	17,9	27,5	8,3	20,5	25,8	18,0	24,0	8,9	26,4	22,7
Indivíduo idoso isolado (65 ou mais anos)	M	13,5	25,4	13,2	23,4	24,5	13,3	26,8	10,3	22,9	26,7
	H	12,2	24,1	13,9	22,7	27,2	14,6	25,4	10,7	23,1	26,3

Nota: Dimensão A – Recursos Económicos; Dimensão B - Saúde; Dimensão C - Educação e formação; Dimensão D - Participação social; Dimensão E – Habitação

* Idade activa - 16 a 64 anos

Fonte: INE, Painel Europeu de Agregados Domésticos Privados, 1995 e 2001 (dados ponderados)

Quadro 12 – Distribuição relativa por escalões de privação, Portugal, 1995-2001

% de indivíduos em cada escalão de privação	1995			2001		
Escalões de privação	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
1 – 2	4,8	4,6	5,1	9,7	8,3	11,3
3 – 4	19,6	16,6	22,9	20,7	18,2	23,6
5 – 8	53,2	53,0	53,3	50,2	51,1	49,2
9 – 11	16,9	19,2	14,2	16,0	19,0	12,6
+12	5,6	6,5	4,5	3,4	3,4	3,3
score médio de privação	6,54	6,81	6,24	6,07	6,33	5,77
<i>desvio-padrão</i>	<i>2,77</i>	<i>2,80</i>	<i>2,69</i>	<i>2,76</i>	<i>2,76</i>	<i>2,73</i>

Fonte: INE, Painel Europeu de Agregados Domésticos Privados, 1995 - 2001 (*Painel equilibrado* de indivíduos para Portugal para o período 1995-2001 - dados ponderados)

Quadro 13 – Scores de privação segundo principais grupos diferenciados por género (estrutura em linha)

Deprivation scores →	1-2		3-4		5-8		9-11		+12		score médio		
	1995	2001	1995	2001	1995	2001	1995	2001	1995	2001	1995	2001	
Grupos % indivíduos em cada escalão													
Indivíduos adultos (idade >= 16 anos)	T	4,8	9,7	19,6	20,7	53,2	50,2	16,9	16,0	5,6	3,4	6,5	6,1
	M	4,6	8,3	16,6	18,2	53,0	51,1	19,2	19,0	6,5	3,4	6,8	6,3
	H	5,1	11,3	22,9	23,6	53,3	49,2	14,2	12,6	4,5	3,3	6,2	5,8
Indivíduo adulto inserido em agregado familiar numeroso	M	2,8	5,9	13,8	19,3	54,6	53,1	21,2	19,2	7,6	2,5	7,2	6,3
	H	2,8	10,5	15,8	21,8	58,3	48,5	17,7	14,3	5,5	5,0	6,8	6,1
Indivíduo adulto sozinho com crianças/jovens com menos de 24 anos a cargo	M	4,8#	14,8	13,7	15,4	46,7	52,0	27,0	16,8	7,8#	1,0#	6,7	5,9
	H	2,5#	16,2#	12,3#	17,6#	59,7	53,9	23,1#	11,6#	2,3	0,7#	6,6	5,7
Indivíduo em idade activa*, que coabita enquanto casal, embora sem rendimento individual	M	1,2#	1,9#	11,5	12,0	64,2	65,1	18,5	19,0	4,8	2,1#	7,0	6,8
	H			2,7#	13,1#	64,1#	73,8#	32,4#	13,1#	0,8#		7,5	6,5
Indivíduo em idade activa, que coabita enquanto casal, e com rendimento individual inferior a 50% do auferido pelo seu cônjuge	M	4,8	6,6	17,7	17,1	53,5	58,6	19,2	16,7	4,9	1,1#	6,7	6,1
	H	10,2	13,3#	18,5#	19,6#	35,5	40,6	26,5	22,5	9,3#	3,9#	6,6	5,1
Indivíduo em idade activa, que coabita enquanto casal, e com rendimento individual entre 50% a 70% do auferido pelo seu cônjuge	M	9,0	11,7	25,0	25,9	49,0	47,2	12,2	14,3	4,9#	0,9#	5,9	5,5
	H	10,0#	16,5#	20,0#	22,6#	44,2	50,4	16,4#	8,6#	9,2#	2,0#	6,6	5,1
Indivíduo em idade activa com contrato de trabalho precário	M	2,3#	9,3	12,5	15,2	51,7	57,7	23,8	17,8	9,7	0,1#	7,3	6,1
	H	4,3#	10,4	10,6	19,3	50,0	49,7	26,2	14,4	8,9#	6,1	7,5	6,3
Indivíduo desempregado em idade mais avançada (45 - 64 anos)	M		3,6#	18,5#	9,3#	47,6	63,0	44,9	31,3#	7,4#	5,7#	8,5	7,9
	H					50,9	52,7	16,9#	23,6#	13,7#	10,7#	7,4	7,5
Indivíduo idoso isolado (65 ou mais anos)	M	0,7#	1,3#	5,4#	5,6	36,4	34,9	35,6	41,9	22,0	16,3	9,1	8,8
	H	4,1#		11,6#	15,0#	28,2	32,3#	35,5#	26,1#	20,6#	26,6#	8,3	8,5

Fonte: INE, Painel Europeu de Agregados Domésticos Privados, 1995 - 2001 (*Painel equilibrado* de indivíduos para Portugal para o período 1995-2001 - dados ponderados)
 # Número de observações muito reduzido (inferior a 20 unidades).

Quadro 14 – Indicadores de bem-estar por dimensões, Portugal, 1995-2001

indicador	% de indivíduos privados em cada indicador	1995			2001		
		Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
	Indicadores de bem-estar selecionados						
	A. RECURSOS ECONÓMICOS						
A1.	Rendimento individual do indivíduo	55,4	71,7	36,6	45,8	61,7	27,5
A2.	Indivíduo inserido em agregado com capacidade para fazer face às despesas	38,6	39,5	37,5	31,4	31,9	30,8
A3.	Indivíduo inserido em agregado com capacidade para fazer poupanças	84,7	85,2	84,1	80,9	81,5	80,2
A4	Peso dos encargos com habitação do agregado em que o indivíduo se insere	20,6	21,4	19,6	19,4	19,7	18,9
	B. SAÚDE						
B1.	Estado de saúde em geral	19,8	24,1	14,8	23,8	27,1	19,9
B2.	Problemas de saúde crónicos, físicos ou mentais, invalidez ou doença	22,7	24,7	20,4	28,6	31,1	25,8
B3.	Consultou um médico dentista no último ano	76,6	73,6	80,0	69,0	67,5	70,8
B4	Indivíduo inserido em agregado com capacidade para uma refeição de carne ou peixe de 2 em 2 dias	6,3	6,0	6,6	2,9	2,7	3,1
	C. EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO						
C1.	Participação em educação ou formação no último ano	87,8	87,5	88,2	94,4	93,5	95,5
C2.	Habilitações literárias	85,6	86,0	85,1	81,9	82,8	81,0
C3.	Indivíduo inserido em agregado que possui TV a cores	8,0	8,3	7,8	1,8	2,1	1,5
	D. PARTICIPAÇÃO SOCIAL						
D1.	Indivíduo inserido em agregado com possibilidade de ter uma semana de férias fora de casa	63,4	64,5	62,3	60,2	61,5	58,7
D2.	Indivíduo inserido em agregado com possibilidade de convidar amigos ou familiares para uma refeição uma vez por mês	20,8	21,6	19,8	14,6	15,5	13,4
D3.	Frequência com que conversa com os vizinhos	1,5	1,3	1,7	1,8	1,7	1,8
D4	Frequência com que sai com amigos	2,1	2,1	2,2	1,3	1,4	1,2
	E. HABITAÇÃO						
E1.	Indivíduo inserido em agregado com alojamento com banho ou duche no interior do alojamento	10,4	10,9	10,0	5,3	5,3	5,2
E2.	Indivíduo inserido em agregado com alojamento muito escuro	18,1	19,0	17,2	12,7	13,0	12,4
E3.	Indivíduo inserido em alojamento com fundações e chão húmido e/ou telhado que mete água	12,8	14,0	11,4	10,0	10,7	9,1
E4	Indivíduo inserido em agregado alojado em zona de crime e vandalismo	18,9	19,3	18,5	20,8	21,4	20,1

Fonte: INE, Painel Europeu de Agregados Domésticos Privados, 1995 - 2001 (*Painel equilibrado de indivíduos para Portugal para o período 1995-2001 - dados ponderados*)

Quadro 15 – Mobilidade dos scores de privação no total dos indivíduos adultos entre as vagas de 1995 e 2001 (estrutura em linha), Portugal

		Score de privação na vaga de 2001				Total
		1-2	3-6	7-11	12+	Linha %
Score de privação na vaga de 1995	1-2	69,0	30,2	0,8		100,0
	3-6	12,2	68,0	19,5	0,3	100,0
	7-11	1,7	32,5	62,2	3,6	100,0
	12 +		6,2	66,3	27,5	100,0

Fonte: INE, Painel Europeu de Agregados Domésticos Privados, 1995 - 2001 (*Painel equilibrado* de indivíduos para Portugal para o período 1995-2001 - dados ponderados)

Quadro 16 – Mobilidade dos scores de privação no grupo das mulheres adultas entre as vagas de 1995 e 2001 (estrutura em linha), Portugal

		Score de privação na vaga de 2001				Total
		1-2	3-6	7-11	12+	Linha %
Score de privação na vaga de 1995	1-2	66,3	32,1	1,6		100,0
	3-6	11,3	66,4	21,9	0,4	100,0
	7-11	1,1	29,9	65,8	3,2	100,0
	12 +		7,2	69,9	22,9	100,0

Fonte: INE, Painel Europeu de Agregados Domésticos Privados, 1995 - 2001 (*Painel equilibrado* de indivíduos para Portugal para o período 1995-2001 - dados ponderados)

Quadro 17 – Score médio dos dezanove indicadores de bem-estar para o total dos adultos e grupos das mulheres e homens adultos por situação de pobreza monetária, Portugal, 1995-2001

	Situação de pobreza monetária nas vagas extremas			
	Pobre em ambas as vagas	Pobre em 1995 e não-pobre em 2001	Pobre em 2001 e não-pobre em 1995	Não-pobre em qualquer das vagas
	Total dos indivíduos adultos			
1995	8,96 (2,57)	7,88 (2,58)	7,45 (2,48)	5,82 (2,50)
2001	8,55 (2,27)	6,81 (2,50)	7,83 (2,45)	5,32 (2,53)
	Mulheres adultas			
1995	9,13 (2,59)	8,01 (2,55)	7,60 (2,37)	6,04 (2,57)
2001	8,66 (2,23)	7,08 (2,51)	7,82 (2,24)	5,55 (2,58)
	Homens adultos			
1995	8,72 (2,52)	7,70 (2,61)	7,29 (2,60)	5,57 (2,41)
2001	8,39 (2,32)	6,45 (2,45)	7,84 (2,67)	5,08 (2,45)

Fonte: INE, Painel Europeu de Agregados Domésticos Privados, 1995 - 2001 (*Painel equilibrado* de indivíduos para Portugal para o período 1995-2001 - dados ponderados)

Quadro 18 – Score médio dos dezanove indicadores de bem-estar para o total dos adultos e subgrupos das mulheres e homens adultos por classificação longitudinal da pobreza monetária, Portugal, 1995-2001

	Situação de pobreza monetária em termos longitudinais			
	Persistentes	Intermitentes	Transitórios	Nunca-pobres
	Total dos indivíduos adultos			
1995	9,07 (2,58)	8,37 (2,42)	7,27 (2,53)	5,59 (2,43)
2001	8,69 (2,28)	7,93 (2,47)	6,74 (2,51)	5,12 (2,46)
	Mulheres adultas			
1995	9,24 (2,61)	8,50 (2,31)	7,46 (2,51)	5,80 (2,50)
2001	8,80 (2,27)	8,01 (2,24)	6,92 (2,43)	5,34 (2,54)
	Homens adultos			
1995	8,81 (2,52)	8,22 (2,54)	7,01 (2,55)	5,38 (2,33)
2001	8,52 (2,39)	7,84 (2,70)	6,51 (2,59)	4,89 (2,35)

Fonte: INE, Painel Europeu de Agregados Domésticos Privados, 1995 - 2001 (*Painel equilibrado* de indivíduos para Portugal para o período 1995-2001 - dados ponderados)

Quadro 19 – Mobilidade dos scores de privação entre as vagas de 1995 e 2001 para o total de indivíduos adultos, por situação de pobreza monetária, 1995 – 2001, Portugal

		Score de pobreza monetária nas vagas extremas				Total
		Pobre em ambas as vagas	Pobre em 1995 e não-pobre em 2001	Pobre em 2001 e não-pobre em 1995	Não-pobre em qualquer das vagas	Linha %
Score de privação na vaga de 1995	1-2		0,6	0,6	98,9	100,0
	3-6	4,0	8,0	6,7	81,4	100,0
	7-11	18,5	14,8	9,8	56,9	100,0
	12 +	36,2	20,8	12,4	30,5	100,0
Score de privação na vaga de 2001	1-2	0,0	5,1	0,3	94,7	100,0
	3-6	4,6	9,6	5,3	80,5	100,0
	7-11	21,3	14,6	12,2	51,8	100,0
	12 +	34,8	11,7	21,3	32,2	100,0

Fonte: INE, Painel Europeu de Agregados Domésticos Privados, 1995 - 2001 (*Painel equilibrado* de indivíduos para Portugal para o período 1995-2001 - dados ponderados)

Quadro 20 – Mobilidade dos scores de privação entre as vagas de 1995 e 2001 para o grupo das mulheres adultas, por situação de pobreza monetária, 1995 – 2001, Portugal

		Score de pobreza monetária nas vagas extremas				Total
		Pobre em ambas as vagas	Pobre em 1995 e não-pobre em 2001	Pobre em 2001 e não-pobre em 1995	Não-pobre em qualquer das vagas	Linha %
Score de privação na vaga de 1995	1-2		0,5		99,5	100,0
	3-6	4,5	9,0	6,8	79,7	100,0
	7-11	19,2	15,0	9,5	56,4	100,0
	12 +	37,8	21,7	11,6	28,9	100,0
Score de privação na vaga de 2001	1-2		4,1	0,3	95,6	100,0
	3-6	5,3	10,3	5,5	78,9	100,0
	7-11	21,5	15,3	11,7	51,4	100,0
	12 +	39,7	15,7	12,4	32,2	100,0

Fonte: INE, Painel Europeu de Agregados Domésticos Privados, 1995 - 2001 (*Painel equilibrado* de indivíduos para Portugal para o período 1995-2001 - dados ponderados)

Quadro 21 – Mobilidade dos scores de privação entre as vagas de 1995 e 2001 para o grupo dos homens adultos, por situação de pobreza monetária, 1995 – 2001, Portugal

		Score de pobreza monetária nas vagas extremas				Total
		Pobre em ambas as vagas	Pobre em 1995 e não-pobre em 2001	Pobre em 2001 e não-pobre em 1995	Não-pobre em qualquer das vagas	Linha %
Score de privação na vaga de 1995	1-2		0,6	1,1	98,3	100,0
	3-6	3,5	7,0	6,5	83,0	100,0
	7-11	17,7	14,5	10,3	57,5	100,0
	12 +	33,8	19,5	13,6	33,1	100,0
Score de privação na vaga de 2001	1-2	0,0	5,9	0,3	93,9	100,0
	3-6	3,9	9,0	5,0	82,1	100,0
	7-11	20,9	13,6	13,0	52,5	100,0
	12 +	29,4	7,3	31,2	32,1	100,0

Fonte: INE, Painel Europeu de Agregados Domésticos Privados, 1995 - 2001 (*Painel equilibrado* de indivíduos para Portugal para o período 1995-2001 - dados ponderados)

Quadro 22 – Mobilidade dos scores de privação entre as vagas de 1995 e 2001 para o total de indivíduos adultos, por classificação longitudinal da pobreza monetária, 1995 – 2001, Portugal

		Score de pobreza monetária longitudinal				Total
		Persistentes	Intermitentes	Transitórios	Nunca-pobres	% Linha
Score de privação na vaga de 1995	1-2			5,3	94,7	100,0
	3-6	3,6	3,2	20,5	72,7	100,0
	7-11	16,7	10,0	29,2	44,1	100,0
	12 +	35,9	13,1	30,0	21,0	100,0
Score de privação na vaga de 2001	1-2		0,3	9,4	90,3	100,0
	3-6	4,1	4,1	21,8	70,0	100,0
	7-11	19,4	9,7	30,2	40,7	100,0
	12 +	36,2	20,1	24,0	19,7	100,0

Fonte: INE, Painel Europeu de Agregados Domésticos Privados, 1995 - 2001 (*Painel equilibrado* de indivíduos para Portugal para o período 1995-2001 - dados ponderados)

Quadro 23 – Mobilidade dos scores de privação entre as vagas de 1995 e 2001 para o grupo das mulheres adultas, por classificação longitudinal da pobreza monetária, 1995 – 2001, Portugal

		Score de pobreza monetária longitudinal				Total
		Persistentes	Intermitentes	Transitórios	Nunca-pobres	% Linha
Score de privação na vaga de 1995	1-2			4,3	95,7	100,0
	3-6	4,2	3,3	22,1	70,4	100,0
	7-11	17,1	9,3	30,2	43,3	100,0
	12 +	37,8	12,0	30,1	20,1	100,0
Score de privação na vaga de 2001	1-2		0,6	8,0	91,4	100,0
	3-6	4,6	3,8	23,2	68,4	100,0
	7-11	19,6	9,6	31,7	39,1	100,0
	12 +	43,8	14,9	17,4	24,0	100,0

Fonte: INE, Painel Europeu de Agregados Domésticos Privados, 1995 - 2001 (*Painel equilibrado* de indivíduos para Portugal para o período 1995-2001 – dados ponderados)

Quadro 24 – Mobilidade dos scores de privação entre as vagas de 1995 e 2001 para o grupo dos homens adultos, por classificação longitudinal da pobreza monetária, 1995 – 2001, Portugal

		Score de pobreza monetária longitudinal				Total
		Persistentes	Intermitentes	Transitórios	Nunca-pobres	% Linha
Score de privação na vaga de 1995	1-2			6,3	93,7	100,0
	3-6	3,0	3,2	18,9	74,8	100,0
	7-11	16,1	10,7	27,8	45,3	100,0
	12 +	33,1	14,3	29,9	22,7	100,0
Score de privação na vaga de 2001	1-2			10,4	89,6	100,0
	3-6	3,5	4,4	20,4	71,6	100,0
	7-11	19,3	9,8	27,8	43,1	100,0
	12 +	27,8	25,9	31,5	14,8	100,0

Fonte: INE, Painel Europeu de Agregados Domésticos Privados, 1995 - 2001 (*Painel equilibrado* de indivíduos para Portugal para o período 1995-2001 – dados ponderados)

QUESTIONÁRIO

CONTEXTO

A Plataforma de Acção adoptada na IV Conferência das Nações Unidas sobre as Mulheres, realizada em Pequim em 1995, identificou a persistente e crescente carga de pobreza que afecta a mulher como uma das 12 áreas críticas que requerem uma especial atenção e medidas especialmente urgentes por parte da comunidade internacional, governos e sociedade civil.

Um dos principais resultados desta Conferência tem sido o crescente reconhecimento por parte dos governos da dimensão de género na pobreza. Nalguns casos, este reconhecimento tem resultado na implementação de políticas e acções especificamente direccionadas às necessidades da mulher. Tem também contribuído para uma definição ampla de pobreza que vai além da abordagem indirecta assente numa linha de pobreza monetária. Esta definição tem um conteúdo multidimensional que considera não só as necessidades básicas mínimas mas também a ausência de iguais oportunidades, autonomia, segurança e direitos de cidadania. Esta nova conceptualização de pobreza extravasa a noção de privação material e capta as dimensões económica, social e subjectiva.

Nesta investigação, a pobreza é entendida como sinonimo de privação, a qual significa falta de *bem-estar*. Algumas dimensões de bem-estar têm vindo a ser seleccionadas de acordo com as que estão, explicitamente ou implicitamente, referidas na Plataforma de Acção, com particular enfoque na pobreza no feminino:

“A pobreza manifesta-se de várias maneiras, entre as quais a carência de rendimentos e de recursos produtivos suficientes para assegurar um meio de vida sustentável; a fome e a má nutrição; a falta de saúde; a falta de acesso ou acesso limitado à educação e a outros serviços básicos; o aumento da morbilidade e da mortalidade por doença; a falta de habitação ou habitação degradada; um ambiente inseguro; e a discriminação e exclusão sociais. Caracteriza-se também pela falta de participação no processo de tomada de decisão e na vida cívica, social e cultural” (Declaração e Plataforma de Acção de Pequim, § 47).

Objectivo do Questionário

Este questionário tem como objectivo compreender se a dimensão de género está reflectida nas estratégias nacionais de combate à pobreza no feminino, bem como recolher informação com vista ao desenho de indicadores em termos de incidência e causas da pobreza no feminino.

Reenvie por favor o questionário preenchido para pereirin@iseg.utl.pt o mais tardar até ao dia 29 de Junho.

Obrigado desde já pela sua cooperação!

QUESTIONÁRIO

O questionário está dividido em 5 secções, designadamente:

Secção 1 – Dimensões de bem-estar e a multidimensionalidade da pobreza

Secção 2 – Dimensões de bem-estar e grupos específicos de mulheres

Secção 3 – Indicadores por dimensão de bem-estar

Secção 4 – Igualdade de género e pobreza no feminino

Secção 5 – Quadro institucional

Informação sobre o respondente

País:	
Pessoa de contacto:	
Função:	
E-mail:	
Telefone:	
Fax:	

SECÇÃO 1: DIMENSÕES DE BEM-ESTAR E A MULTIDIMENSIONALIDADE DA POBREZA

Os quadros que se seguem descrevem várias dimensões de *bem-estar*, todas elas importantes para entender a **falta de bem-estar** (i.e. *privação*) nas mulheres. Cada uma das dimensões é melhor entendida se se considerar vários *items* que identificam a sua natureza multidimensional. É este o objectivo destes quadros. Para cada um dos *items* existem factores (económicos, sociais e institucionais) que podem ser úteis na realização do bem-estar, evitando a privação. Alguns desses factores podem ser **específicos às mulheres**, ou seja, podem agir de forma diferenciada para os homens e para as mulheres.

Pretendemos conhecer a multidimensionalidade da pobreza (privação) enquanto um fenómeno específico das mulheres no seu país. Assim gostaríamos que preenchesse os quadros seguintes seleccionado para cada item a categoria de resposta que melhor represente a **importância de cada item para a pobreza no feminino no seu país** e, desta forma, para a pobreza (ou *falta de bem-estar*) como factor específico das mulheres no seu país.

Considere, por favor, para cada *item* abaixo indicado as seguintes categorias de resposta, as quais variam de **1 a 4**, sendo o **1** “Não é de todo importante”, ou seja, o *item* afecta a mulher e o homem de **igual forma**; e **4** “Muito importante”, isto é, o *item* afecta claramente **mais** a mulher do que o homem:

- 1 Não é de todo importante (i.e., o *item* afecta a mulher e o homem de **igual forma**)
- 2 Não é muito importante
- 3 Importante
- 4 Muito importante (i.e., o *item* afecta claramente **mais** a mulher do que o homem)

Não existe uma relação hierárquica entre os vários *items*. Além disso, alguns dos *items* podem inclusive sobrepor-se a outros.

Veja este **exemplo** para ajudar a responder correctamente ao questionário.

Consideremos a dimensão de bem-estar *Educação e Formação* (dimensão A indicada no quadro em baixo). O acesso à educação superior é um item relevante para essa dimensão (item A2, abaixo). Se no seu país existem factores económicos, sociais, culturais ou institucionais que não permitem o progresso dos estudantes à educação superior mas afecta igualmente as mulheres e os homens, deverá atribuir a esse *item* a categoria “1” (*não é importante de todo*, desde que “o *item* afecta a mulher e o homem de **igual forma**”) ou “2” (*não muito importante*). Se pelo contrário, os factores têm uma importância mais elevada para as mulheres do que para os homens, deverá atribuir a esse *item* “4” (*muito importante* desde que “o *item* afecta claramente **mais** a mulher do que o homem”) ou “3” (*importante*).

Dimensões de <i>bem-estar</i>	<i>Itens</i> relevantes para o bem-estar das mulheres	Importância para a pobreza no feminino no seu país 1 Não é de todo importante (o <i>item</i> afecta a mulher e o homem de igual forma) 2 Não é muito importante 3 Importante 4 Muito importante (o <i>item</i> afecta claramente mais a mulher do que o homem)
A. Educação e Formação	A1. Oportunidade efectiva de obter a escolaridade obrigatória	
	A2. Acesso a níveis de escolaridade mais elevados (acima da escolaridade obrigatória)	
	A3. Acesso efectivo e igual à educação e oportunidades de formação, independentemente do tipo de profissão escolhida	
	A4. Oportunidade de formação ao longo da vida	
	A5. Uso do computador com internet	
	Outro <i>item</i> relevante para o seu país (a indicar pelo respondente)	
B. Saúde	B1. Proximidade de hospitais e centros de saúde prestadores de cuidados de saúde primários	
	B2. Acesso a médicos especialistas e exames médicos específicos	
	B3. Acesso a consultas médicas e medicamentos gratuitos e/ou co-financiados pelo Estado	
	B4. Acesso gratuito a consultas de planeamento familiar e contraceptivos	
	Outro <i>item</i> relevante para o seu país (a indicar pelo respondente)	

Dimensões de <i>bem-estar</i>	<i>Items</i> relevantes para o bem-estar das mulheres	Importância para a pobreza no feminino no seu país 1 Não é de todo importante (o <i>item</i> afecta a mulher e o homem de igual forma) 2 Não é muito importante 3 Importante 4 Muito importante (o <i>item</i> afecta claramente mais a mulher do que o homem)
C. Habitação	C1. Acesso a infra-estruturas básicas, como seja: água quente corrente, casa de banho interior com banho e electricidade	
	C2. Acesso a utilitários domésticos generalizados, como seja: máquina de lavar roupa, máquina de lavar louça e aspirador	
	C3. Acesso a alojamento próximo de supermercado, farmácia e transportes públicos	
	C4. Acesso a alojamento inserido em local sem problemas de criminalidade assinaláveis	
	Outro <i>item</i> relevante para o seu país (a indicar pelo respondente)	
D. Mercado de Trabalho e Vida Profissional	D1. Acesso a profissões e sectores de actividade socialmente reconhecidos e remunerados	
	D2. Oportunidade de trabalhar a tempo completo e não por um período reduzido (que indicie sub-emprego ou <i>part-time</i> involuntário)	
	D3. Oportunidade de desenvolver a capacidade de empreendimento	
	D4. Oportunidade de conciliação da vida familiar com a vida pessoal: organização pessoal do tempo compatível com a organização da vida familiar	
	D5. Acesso a salário igual para trabalho de igual valor	

Dimensões de <i>bem-estar</i>	<i>Items</i> relevantes para o bem-estar das mulheres	Importância para a pobreza no feminino no seu país 1 Não é de todo importante (o <i>item</i> afecta a mulher e o homem de igual forma) 2 Não é muito importante 3 Importante 4 Muito importante (o <i>item</i> afecta claramente mais a mulher do que o homem)
D. Mercado de Trabalho e Vida Profissional <i>(cont.)</i>	D6. Acesso a empregos não precários	
	D7. Oportunidade de promoção e desenvolvimento na carreira profissional	
	D8. Oportunidade de igual tratamento em caso de gravidez, nascimento e adopção	
	D9. Acesso a serviços disponibilizados pelos empregadores (cuidados às crianças; transporte para ir e regressar do trabalho)	
	D10. Pouco tempo dispendido por dia no percurso casa-trabalho-casa	
	Outro <i>item</i> relevante para o seu país (a indicar pelo respondente)	
E. Recursos Económicos	E1. Ser um trabalhador assalariado com rendimento regular	
	E2. Capacidade económica e pessoal de aceder a um empréstimo bancário	
	E3. Capacidade económica e pessoal de reorganizar a vida em caso de divórcio, viuvez ou ruptura de relação laboral	
	E4. Capacidade para realizar actividades por conta própria	
	Outro <i>item</i> relevante para o seu país (a indicar pelo respondente)	

Dimensões de <i>bem-estar</i>	<i>Items</i> relevantes para o bem-estar das mulheres	Importância para a pobreza no feminino no seu país 1 Não é de todo importante (o <i>item</i> afecta a mulher e o homem de igual forma) 2 Não é muito importante 3 Importante 4 Muito importante (o <i>item</i> afecta claramente mais a mulher do que o homem)
F. Protecção Social	F1. Acesso à rede pública de amas e creches próximo do local de residência ou do local de trabalho	
	F2. Acesso à rede pública de educação pré-escolar próximo do local de residência ou do local de trabalho	
	F3. Acesso à rede pública de centros de actividades de tempos livres direccionados às crianças e jovens com várias actividades disponíveis no tempo livre extra-escolar	
	F4. Acesso a equipamentos sociais públicos de apoio à família com horários flexíveis	
	F5. Acesso a cuidados pessoais e individualizados em casa direccionado aos indivíduos e famílias que não conseguem satisfazer as suas necessidades básicas e/ou desempenhar temporariamente ou de forma permanente as suas actividades diárias devido a doença, invalidez ou outro tipo de problemas	
	F6. Acesso a equipamentos sociais públicos (centros de dia, centros de noite, lares e outros equipamentos sociais de apoio social)	
	F7. Protecção contra o desemprego, durante a gravidez, a licença de maternidade, adopção e amamentação	
	F8. Acesso efectivo à protecção social mínima (prestações pecuniárias)	
	Outro <i>item</i> relevante para o seu país (a indicar pelo respondente)	

Dimensões de <i>bem-estar</i>	<i>Itens</i> relevantes para o bem-estar das mulheres	Importância para a pobreza no feminino no seu país 1 Não é de todo importante (o <i>item</i> afecta a mulher e o homem de igual forma) 2 Não é muito importante 3 Importante 4 Muito importante (o <i>item</i> afecta claramente mais a mulher do que o homem)
G. Família e Vida Privada	G1. Distribuição igual das responsabilidades familiares e tarefas domésticas entre os membros do casal	
	G2. Distribuição igual das responsabilidades e cuidados entre os membros do casal (cuidados às crianças e cuidados aos idosos...)	
	G3. Partilha do poder económico entre os membros do casal relativamente às principais questões económicas (empréstimos bancários, hipotecas e aquisição de um novo carro...)	
	G4. Partilha do poder de decisão entre os membros do casal relativamente às questões económicas diárias (despesas frequentes para satisfazer as necessidades familiares)	
	G5. Partilha da decisão relativa à participação de cada membro do casal no trabalho pago (nas situações em que exista apenas um ou ambos com carreira profissional ou na situação em que a mulher participa no mercado de trabalho a tempo inteiro ou a <i>part-time</i>)	
	G6. Igual participação no processo de tomada de decisão entre os membros do casal no que se refere às questões familiares (opções relativas à reprodução e contraceção, cuidados às crianças, cuidados aos idosos, licença parental,...)	
	G.7. Oportunidade de beneficiar de um regime justo de regulamentação parental depois do divórcio (situação que não implica o encargo económico de apenas um dos pais)	

Dimensões de <i>bem-estar</i>	<i>Items</i> relevantes para o bem-estar das mulheres	Importância para a pobreza no feminino no seu país 1 Não é de todo importante (o <i>item</i> afecta a mulher e o homem de igual forma) 2 Não é muito importante 3 Importante 4 Muito importante (o <i>item</i> afecta claramente mais a mulher do que o homem)
G. Família e Vida Privada (cont.)	G.8. Oportunidade de beneficiar de tempo suficiente para dormir e descansar	
	Outro <i>item</i> relevante para o seu país (a indicar pelo respondente)	
H. Segurança	H1. Acesso à protecção contra a violência doméstica e familiar	
	H2. Acesso à protecção contra o assédio moral ou sexual	
	H3. Acesso à protecção contra o tráfico e exploração sexual	
	H4. Apoio familiar, de amigos e vizinhos na resolução de problemas pessoais e familiares	
	H5. Acesso à protecção contra o trabalho perigoso	
	Outro <i>item</i> relevante para o seu país (a indicar pelo respondente)	

Dimensões de <i>bem-estar</i>	<i>Items</i> relevantes para o bem-estar das mulheres	Importância para a pobreza no feminino no seu país 1 Não é de todo importante (o <i>item</i> afecta a mulher e o homem de igual forma) 2 Não é muito importante 3 Importante 4 Muito importante (o <i>item</i> afecta claramente mais a mulher do que o homem)
I. Participação Social	I1. Participação nos órgãos de decisão política	
	I2. Participação regular em actividades culturais e de lazer	
	I3. Participação em órgãos sindicais	
	I4. Participação em organizações não governamentais	
	Outro <i>item</i> relevante para o seu país (a indicar pelo respondente)	

SECÇÃO 2 – DIMENSÕES DE BEM-ESTAR E GRUPOS ESPECÍFICOS DE MULHERES

Gostariamos de conhecer a relevância da pobreza dentro de diferentes grupos de mulheres no seu país. Espera-se que seja uma avaliação qualitativa da pobreza no feminino e não uma abordagem quantificada.

Para cada grupo específico de mulheres, pedimos que preencha o quadro seguinte de acordo com a escala gradativa seguinte, a qual varia de 1 a 4, sendo o 1 “*O grupo não é afectado pela pobreza*” e 4 “*O grupo é muito afectado pela pobreza*”.

Grupos de mulheres	Avaliação
G1. Mulheres que constituem uma família monoparental com crianças a cargo	
G2. Mulheres imigrantes	
G3. Mulheres em famílias numerosas	
G4. Mulheres que auferem rendimentos bastante mais baixos que os seus maridos ou companheiros	
G5. Mulheres com baixos níveis de escolaridade	
G6. Mulheres com contratos de trabalho precários ou a tempo parcial	
G7. Mulheres desempregadas	
G8. Mulheres idosas desempregadas	
G9. Mulheres idosas com carreiras contributivas irregulares para o sistema de segurança social	
G10. Mulheres idosas isoladas	
G11. Outro (<i>por favor especifique</i>)	

SECÇÃO 3: INDICADORES POR DIMENSÕES DE BEM-ESTAR

Relativamente a cada uma das dimensões de bem-estar definidas, por favor descreva os **indicadores** que gostaria de sugerir como sendo os **mais apropriados** para a avaliação do bem-estar das mulheres, tendo em conta as características do **seu país**. Por favor reporte às dimensões de bem-estar já consideradas na Secção 1.

Veja este **exemplo** para ajudar a responder a esta secção.

Consideremos a dimensão de bem-estar *Educação e Formação* como a dimensão de bem-estar (dimensão A indicada no quadro em baixo) e *Acesso à educação superior* como um *item* relevante para essa dimensão. Se no seu país, os factores económicos, sociais, culturais ou institucionais, que não permitem o progresso dos estudantes à educação superior, são mais relevantes para as mulheres do que para os homens, deverá considerar, por exemplo, como um indicador adequado “a percentagem de mulheres que completaram o nível de educação secundária e seguem para o nível universitário”.

Dimensão de bem-estar	Indicador sugerido	Já alguma vez foi usado no seu país? (Sim, Não)
A. Educação e Formação	A(i)	
	A(ii)	
	A(iii)	
	[Outro, especifique em anexo como A(iv), ...]	
B. Saúde	B(i)	
	B(ii)	
	B(iii)	
	[Outro, especifique em anexo como B(iv), ...]	

Dimensão de bem-estar	Indicador sugerido	Já alguma vez foi usado no seu país? (Sim, Não)
C. Habitação	<i>C(i)</i>	
	<i>C(ii)</i>	
	<i>C(iii)</i>	
	[Outro, especifique em anexo como <i>C(iv)</i> , ...]	
D. Mercado de Trabalho e Vida Profissional	<i>D(i)</i>	
	<i>D(ii)</i>	
	<i>D(iii)</i>	
	[Outro, especifique em anexo como <i>D(iv)</i> , ...]	
E. Recursos Económicos	<i>E(i)</i>	
	<i>E(ii)</i>	
	<i>E(iii)</i>	
	[Outro, especifique em anexo como <i>D(iv)</i> , ...]	
F. Protecção Social	<i>F(i)</i>	
	<i>F(ii)</i>	
	<i>F(iii)</i>	
	[Outro, especifique em anexo como <i>D(iv)</i> , ...]	
G. Família e Vida Privada	<i>G(i)</i>	
	<i>G(ii)</i>	
	<i>G(iii)</i>	
	[Outro, especifique em anexo como <i>D(iv)</i> , ...]	

Dimensão de bem-estar	Indicador sugerido	Já alguma vez foi usado no seu país? (Sim, Não)
H. Segurança	H(i)	
	H(ii)	
	H(iii)	
	[Outro, especifique em anexo como A(iv), ...]	
I. Participação Social	I(i)	
	I(ii)	
	I(iii)	
	[Outro, especifique em anexo como B(iv), ...]	

SECÇÃO 4: IGUALDADE DE GÉNERO E POBREZA NO FEMININO

Gostaríamos de conhecer a relevância da pobreza no feminino enquanto parte das **estratégias nacionais no seu país**, tanto nas medidas de política de **combate à pobreza** como nas políticas de **género**.

Por favor marque com um **x** a sua resposta para cada uma das questões seguintes.

4.1 A problemática da pobreza está, de alguma forma, inserida na estratégia/debate de igualdade de género do seu país?

Sim	
Não	
Não sabe/Não responde	

4.2 As questões de género estão a ser contempladas nas políticas sociais dirigidas à pobreza no seu país?

Sim	
Não	
Não sabe/Não responde	

4.3 No contexto do *Plano Nacional de Acção para a Inclusão Social* do seu país, existem medidas específicas de combate à pobreza no feminino?

Sim	
Não	
Não sabe/Não responde	

SECÇÃO 5: QUADRO INSTITUCIONAL

No que se refere às principais instituições e actores sociais nas políticas especificamente orientadas para o **combate à pobreza no feminino**, indique por favor a importância relativa das principais funções que eles podem ter: formulação de políticas, investigação e desenvolvimento, análise de políticas, acompanhamento e avaliação (quando aplicável).

Por favor atribua uma das categorias de resposta a cada uma das funções abaixo indicadas, de acordo com a seguinte escala:

- 0 Não aplicável
- 1 Não importante
- 2 Não muito importante
- 3 Importante
- 4 Muito importante

1. Governo central (Ministérios ou outros organismos ao nível governamental)

Formulação de políticas	
Investigação e Desenvolvimento	
Análise de políticas	
Acompanhamento e Avaliação	
Outro (<i>por favor especifique</i>):	

2. Instituições privadas (empresas privadas)

Formulação de políticas	
Investigação e Desenvolvimento	
Análise de políticas	
Acompanhamento e Avaliação	
Outro (<i>por favor especifique</i>):	

3. Nível académico (peritos, centro de investigação, ...)

Formulação de políticas	
Investigação e Desenvolvimento	
Análise de políticas	
Acompanhamento e Avaliação	
Outro (<i>por favor especifique</i>):	

4. Comissões de peritos independentes

Formulação de políticas	
Investigação e Desenvolvimento	
Análise de políticas	
Acompanhamento e Avaliação	
Outro (<i>por favor especifique</i>):	

5. Parceiros Sociais

Formulação de políticas	
Investigação e Desenvolvimento	
Análise de políticas	
Acompanhamento e Avaliação	
Outro (<i>por favor especifique</i>):	

6. Organizações Não Governamentais

Formulação de políticas	
Investigação e Desenvolvimento	
Análise de políticas	
Acompanhamento e Avaliação	
Outro (<i>por favor especifique</i>):	

7. Instituições Privadas de Solidariedade Social (nível nacional)

Formulação de políticas	
Investigação e Desenvolvimento	
Análise de políticas	
Acompanhamento e Avaliação	
Outro (<i>por favor especifique</i>):	

8. Outro (por favor especifique):

Formulação de políticas	
Investigação e Desenvolvimento	
Análise de políticas	
Acompanhamento e Avaliação	
Outro (<i>por favor especifique</i>):	

Obrigado pela sua cooperação!

Quadro 25. A importância da pobreza no feminino por indicadores de bem-estar, União Europeia, 2007

Dimensões de bem-estar	Indicadores de bem-estar	Média (1, ...,4)	Distribuição (%)				Taxa de resposta
			1. Não é de todo importante (o item afecta a mulher e o homem de igual forma)	2. Não muito importante	3. Importante	4. Muito importante (o item afecta claramente mais as mulheres do que os homens)	
	Oportunidade efectiva de obter a escolaridade obrigatória	1,6	72	8	12	8	100
	Acesso a níveis de escolaridade mais elevados (acima da escolaridade obrigatória)	1,6	68	12	8	12	100
Educação e Formação	Acesso efectivo e igual à educação e oportunidades de formação, independentemente do tipo de profissão escolhida	2,5	24	28	24	24	100
	Oportunidade de formação ao longo da vida	2,5	24	28	24	24	100
Saúde	Uso do computador com Internet	2,3	36	16	28	20	100
	Proximidade de hospitais e centros de saúde prestadores de cuidados de saúde primários	1,7	60	20	8	12	100
	Acesso a médicos especialistas e exames médicos específicos	1,8	52	24	12	12	100
	Acesso a consultas médicas e medicamentos gratuitos e/ ou co-financiados pelo Estado	1,6	64	24	4	8	100
	Acesso gratuito a consultas de planeamento familiar e contraceptivos	2,5	36	8	24	32	100
	Acesso a infra-estruturas básicas, como seja: água quente corrente, casa de banho interior com banho e electricidade	1,6	68	16	4	12	100
Habitação	Acesso a utilitários domésticos generalizados, como seja: máquina de lavar roupa, máquina de lavar louça e aspirador	1,9	48	32	4	16	100
	Acesso a alojamento próximo de supermercado, farmácia e transportes públicos	1,9	44	32	12	12	100
	Acesso a alojamento inserido em local sem problemas de criminalidade assinaláveis	2,4	28	28	24	20	100

Dimensões de bem-estar	Indicadores de bem-estar	Média (1, ...,4)	Distribuição (%)				Taxa de resposta
			1. Não é de todo importante (o <i>item</i> afecta a mulher e o homem de igual forma)	2. Não muito importante	3. Importante	4. Muito importante (o <i>item</i> afecta claramente mais as mulheres do que os homens)	
Mercado de trabalho e Vida Profissional	Acesso a profissões e sectores de actividade socialmente reconhecidos e remunerados	2,9	8	24	40	28	100
	Oportunidade de trabalhar a tempo completo e não por um período reduzido (que indicie sub-emprego ou part-time involuntário)	2,8	8	28	36	28	100
	Oportunidade de desenvolver a capacidade de empreendimento	3,0	0	28	40	32	100
	Oportunidade de conciliação da vida familiar com a vida pessoal: organização pessoal do tempo compatível com a organização da vida familiar	3,6	0	4	28	68	100
	Acesso a salário igual para trabalho de igual valor	3,4	8	4	28	60	100
	Acesso a empregos não precários	2,8	16	24	28	32	100
	Oportunidade de promoção e desenvolvimento na carreira profissional	3,3	0	12	48	40	100
	Oportunidade de igual tratamento em caso de gravidez, nascimento e adopção	3,6	0	8	21	71	96
	Acesso a serviços disponibilizados pelos empregadores (cuidados às crianças; transporte para ir e regressar do trabalho)	3,3	13	4	26	57	92
	Pouco tempo despendido por dia no percurso casa-trabalho-casa	2,3	32	24	24	20	100
Recursos Económicos	Ser um trabalhador assalariado com rendimento regular	2,6	12	36	28	24	100
	Capacidade económica e pessoal de aceder a um empréstimo bancário	2,5	17	42	21	21	96
	Capacidade económica e pessoal de reorganizar a vida em caso de divórcio, viuvez ou ruptura de relação laboral	3,3	4	16	24	56	100
	Capacidade para realizar actividades por conta própria	2,6	12	40	24	24	100

Dimensões de bem-estar	Indicadores de bem-estar	Média (1, ...,4)	Distribuição (%)				Taxa de resposta
			1. Não é de todo importante (o <i>item</i> afecta a mulher e o homem de igual forma)	2. Não muito importante	3. Importante	4. Muito importante (o <i>item</i> afecta claramente mais as mulheres do que os homens)	
Protecção Social	Acesso à rede pública de amas e creches próximo do local de residência ou do local de trabalho	3,1	20	4	24	52	100
	Acesso à rede pública de educação pré-escolar próximo do local de residência ou do local de trabalho	3,0	24	4	24	48	100
	Acesso à rede pública de centros de actividades de tempos livres direccionados às crianças e jovens com várias actividades disponíveis no tempo livre extra-escolar	2,8	24	16	20	40	100
	Acesso a equipamentos sociais públicos de apoio à família com horários flexíveis	2,7	24	8	44	24	100
	Acesso a cuidados pessoais e individualizados em casa direccionado aos indivíduos e famílias que não conseguem satisfazer as suas necessidades básicas e/ou desempenhar temporariamente ou de forma permanente as suas actividades diárias devido a doença, invalidez ou outro tipo de problemas	2,8	20	16	32	32	100
Protecção Social	Acesso a equipamentos sociais públicos (centros de dia, centros de noite, lares e outros equipamentos sociais de apoio social)	2,6	32	12	24	32	100
	Protecção contra o desemprego, durante a gravidez, a licença de maternidade, adopção e amamentação	3,0	17	25	4	54	96
	Acesso efectivo à protecção social mínima (prestações pecuniárias)	2,1	40	24	20	16	100

Dimensões de bem-estar	Indicadores de bem-estar	Média (1, ...,4)	Distribuição (%)				Taxa de resposta
			1. Não é de todo importante (o <i>item</i> afecta a mulher e o homem de igual forma)	2. Não muito importante	3. Importante	4. Muito importante (o <i>item</i> afecta claramente mais as mulheres do que os homens)	
Família e Vida Privada	Distribuição igual das responsabilidades familiares e tarefas domésticas entre os membros do casal	3,6	0	4	36	60	100
	Distribuição igual das responsabilidades e cuidados entre os membros do casal (cuidados às crianças e cuidados aos idosos...)	3,6	0	4	28	68	100
	Partilha do poder económico entre os membros do casal relativamente às principais questões económicas (empréstimos bancários, hipotecas e aquisição de um novo carro...)	2,8	12	24	32	32	100
	Partilha do poder de decisão entre os membros do casal relativamente às questões económicas diárias (despesas frequentes para satisfazer as necessidades familiares)	2,7	16	24	36	24	100
	Partilha da decisão relativa à participação de cada membro do casal no trabalho pago (nas situações em que exista apenas um ou ambos com carreira profissional ou na situação em que a mulher participa no mercado de trabalho a tempo inteiro ou a part-time)	2,8	8	32	36	24	100
	Igual participação no processo de tomada de decisão entre os membros do casal no que se refere às questões familiares (opções relativas à reprodução e contraceção, cuidados às crianças, cuidados aos idosos, licença parental,...)	2,8	20	16	32	32	100
	Oportunidade de beneficiar de um regime justo de regulamentação parental depois do divórcio (situação que não implica o encargo económico de apenas um dos pais)	3,0	13	17	33	38	96
	Oportunidade de beneficiar de tempo suficiente para dormir e descansar	3,1	8	12	40	40	100

Dimensões de bem-estar	Indicadores de bem-estar	Média (1, ...,4)	Distribuição (%)				Taxa de resposta
			1. Não é de todo importante (o <i>item</i> afecta a mulher e o homem de igual forma)	2. Não muito importante	3. Importante	4. Muito importante (o <i>item</i> afecta claramente mais as mulheres do que os homens)	
Segurança	Acesso à protecção contra a violência doméstica e familiar	3,5	4	9	17	70	92
	Acesso à protecção contra o assédio moral ou sexual	3,5	4	9	22	65	92
	Acesso à protecção contra o tráfico e exploração sexual	3,4	4	13	17	65	92
Participação Social	Apoio familiar, de amigos e vizinhos na resolução de problemas pessoais e familiares	2,7	14	24	38	24	84
	Acesso à protecção contra o trabalho perigoso	2,2	42	17	21	21	96
	Participação nos órgãos de decisão política	3,2	12	12	24	52	100
Participação Social	Participação regular em actividades culturais e de lazer	2,3	32	24	28	16	100
	Participação em órgãos sindicais	2,2	38	25	21	17	96
	Participação em organizações não governamentais	1,8	54	21	13	13	96

Quadro 26. A relevância da pobreza dentro de diferentes grupos de mulheres na União Europeia, 2007

Grupos de mulheres	Média (1, ...,4)	Distribuição (%)			Taxa de resposta	
		1. "O Grupo não é afectado pela pobreza"	2	3		4. "O Grupo é muito afectado pela pobreza"
Mulheres que constituem uma família monoparental com crianças a cargo	3,6	0	0	42	58	96
Mulheres imigrantes	3,1	9	9	43	39	92
Mulheres em famílias numerosas	2,8	8	21	50	21	96
Mulheres que auferem rendimentos bastante mais baixos que os seus maridos ou companheiros	2,5	4	50	42	4	96
Mulheres com baixos níveis de escolaridade	3,2	0	13	58	29	96
Mulheres com contratos de trabalho precários ou a tempo parcial	3,0	0	17	63	21	96
Mulheres desempregadas	3,4	0	13	38	50	96
Mulheres idosas desempregadas	3,6	0	0	38	63	96
Mulheres idosas com carreiras contributivas irregulares para o sistema de segurança social	3,7	0	4	25	71	96
Mulheres idosas isoladas	3,5	0	8	33	58	96
Outro grupo: Mulheres sem-abrigo	4		Outro grupo			República Checa
Outro grupo: Mulheres em processo de separação	3		Outro grupo			Malta
Outro grupo: Mulheres de etnia cigana	4		Outro grupo			Roménia
Outro grupo: Mulheres a viverem em meios rurais	3		Outro grupo			Roménia
Outro grupo: Mulheres pertencentes a minorias	-		Outro grupo			Bulgária
Outro grupo: Mulheres pertencentes a grupos étnicos	4		Outro grupo			Hungria
Outro grupo: Mulheres com deficiência	4		Outro grupo			Irlanda

Quadro 27.1 A relevância da pobreza no feminino enquanto parte das estratégias nacionais nos países da União Europeia, enquanto políticas de combate à pobreza ou medidas integradas nas políticas de género (frequências relativas univariadas), 2007

	Não	Sim	Taxa de resposta
A problemática da pobreza está, de alguma forma, inserida na estratégia/debate de igualdade de género do seu país?	12,0	88,0	100
As questões de género estão a ser contempladas nas políticas sociais dirigidas à pobreza no seu país?	8,0	92,0	100
No contexto do Plano Nacional de Acção para a Inclusão Social do seu país, existem medidas específicas de combate à pobreza no feminino?	16,0	84,0	100

Quadro 27.2 A relevância da pobreza no feminino enquanto parte das estratégias nacionais nos países da União Europeia, enquanto políticas de combate à pobreza ou medidas integradas nas políticas de género (frequências absolutas multivariadas), 2007

A problemática da pobreza está, de alguma forma, inserida na estratégia/debate de igualdade de género do seu país?	As questões de género estão a ser contempladas nas políticas sociais dirigidas à pobreza no seu país?	No contexto do PNAI do seu país, existem medidas específicas de combate à pobreza no feminino?	
		Não	Sim
Não	Não	0	0
	Sim	2	1
Sim	Não	0	2
	Sim	2	18

Quadro 28. A importância relativa das principais funções das políticas especificamente orientadas para o combate à pobreza no feminino, União Europeia, 2007

Principais instituições e actores sociais	Principais funções	Média (1. Não importante; ...; 4. Muito importante)	Taxa de resposta
Governo Central	Formulação de políticas	3,8	96
	Investigação e Desenvolvimento	3,2	96
	Análise de políticas	3,5	96
	Acompanhamento e Avaliação	3,5	96
Instituições privadas	Formulação de políticas	2,2	84
	Investigação e Desenvolvimento	2,0	84
	Análise de políticas	2,2	84
	Acompanhamento e Avaliação	2,0	84
Nível académico	Formulação de políticas	2,4	92
	Investigação e Desenvolvimento	3,5	96
	Análise de políticas	3,3	96
	Acompanhamento e Avaliação	2,8	92
Comissões de peritos independentes	Formulação de políticas	2,6	88
	Investigação e Desenvolvimento	2,5	88
	Análise de políticas	2,8	88
	Acompanhamento e Avaliação	2,7	92
Parceiros Sociais	Formulação de políticas	2,7	92
	Investigação e Desenvolvimento	2,1	92
	Análise de políticas	2,6	92
	Acompanhamento e Avaliação	2,7	92
Organizações Não Governamentais	Formulação de políticas	2,9	84
	Investigação e Desenvolvimento	2,3	92
	Análise de políticas	2,9	96
	Acompanhamento e Avaliação	3,0	96
Instituições Privadas de Solidariedade Social	Formulação de políticas	2,8	68
	Investigação e Desenvolvimento	2,4	68
	Análise de políticas	2,6	68
	Acompanhamento e Avaliação	2,9	68
Outro	Formulação de políticas	4,0	8
	Investigação e Desenvolvimento	2,0	8
	Análise de políticas	3,0	8
	Acompanhamento e Avaliação	3,5	8

ANEXO

A determinação dos indicadores propostos impõe que se consiga aceder a fontes estatísticas que contenham informação necessária para a sua construção, quer no que se refere às variáveis directamente relacionadas quer relativamente à unidade de observação. Alguns dos indicadores propostos são passíveis de serem determinados com base em fontes estatísticas disponibilizadas ao nível europeu. Porém, dado o carácter original dos restantes indicadores para a avaliação da pobreza das mulheres, é necessário a criação de mecanismos próprios para a obtenção dessa informação, concretamente, mediante a introdução de novas questões em inquéritos harmonizados ao nível europeu, designadamente, *Statistic of Income and Living Conditions* (EU-SILC).

Neste sentido, propõe-se, para cada um dos indicadores originais, a forma mais adequada de os introduzir no EU-SILC com o objectivo em se obter as variáveis directamente relacionadas de acordo com a respectiva unidade de observação.

A. Educação e Formação

Indicador: *Percentagem de indivíduos que usam, ou têm a oportunidade de usar, computadores com ligação à internet na sua vida quotidiana, por sexo e idade*

Inquérito: *Statistic of Income and Living Conditions* (EU-SILC)

Unidade de observação: Adulto (superior ou igual a 15 anos)

Localização no inquérito: No final da secção da “Educação”

Questão: Usa, ou tem oportunidade em usar, computador com internet no seu dia a dia?

<i>Categorias</i>	<i>Descrição</i>
1	Sim
2	Não
-9	Não sabe/Não responde

B. Saúde

Indicador: *Percentagem de mulheres que desejaram ter acesso a assistência médica especializada e não o conseguiram nos últimos doze meses devido a impedimentos como: inexistência de acesso/apoio na assistência médica, tempo de espera, problemas económicos ou outras razões*

Inquérito: *Statistic of Income and Living Conditions* (EU-SILC)

Unidade de observação: Mulher adulta (apenas deverão responder à questão os indivíduos do sexo feminino)

Localização no inquérito: No final da secção da “Saúde”

Questão: Durante os últimos 12 meses, sentiu necessidade de assistência médica especializada, muito embora não o tenha feito, devido a constrangimentos como: inexistência de acesso/apoio na assistência médica, tempo de espera, problemas económicos ou outras razões

<i>Categorias</i>	<i>Descrição</i>
1	Sim
2	Não
-9	Não sabe/Não responde

C. Habitação

Indicador: *Percentagem de agregados sem pelo menos dois dos seguintes equipamentos domésticos: máquina de lavar roupa, máquina de lavar loiça ou aspirador.*

Inquérito: Statistic of Income and Living Conditions (EU-SILC)

Unidade de observação: Agregado familiar

Localização no inquérito: Na secção “bens de conforto” adicionando-os aos já existentes

Questão: Indique se o agregado dispõe dos seguintes bens:

- a) Máquina de lavar loiça
- b) Aspirador

<i>Categorias</i>	<i>Descrição</i>
1	Sim
2	Não, por não conseguir comprar
3	Não por outras razões
-9	Não sabe/Não responde

D. Mercado de trabalho e vida profissional

Indicador: *Rácio entre o número de mulheres em idade activa que tiveram de interromper a sua vida profissional, ou de recorrer ao trabalho a tempo parcial, por um período superior a um ano por razões relacionados com apoio familiar, e o número de homens em igual situação.*

Inquérito: Statistic of Income and Living Conditions (EU-SILC)

Unidade de observação: Adulto (superior ou igual a 15 anos)

Localização no inquérito: No início da secção sobre o “Trabalho”

Questão: Alguma vez teve de deixar a sua carreira profissional ou reduzir o número de horas trabalhadas (i.e. passar para trabalho a tempo parcial), por mais de um ano, para cuidar dos membros da sua família?

<i>Categorias</i>	<i>Descrição</i>
1	Sim
2	Não
-8	Não se aplica
-9	Não sabe/Não responde

E. Recursos Económicos

Indicador: *Percentagem de mulheres que vivem enquanto casal e com um controlo fraco ou nulo sobre os rendimentos do casal*

Inquérito: Statistic of Income and Living Conditions (EU-SILC)

Unidade de observação: Mulher a viver em casal (superior ou igual a 15 anos)

Localização no inquérito: Numa nova secção sobre assuntos familiares no final do questionário individual

Questão: Classifique o controlo efectivo que tem sobre os rendimentos do casal

<i>Categorias</i>	<i>Descrição</i>
1	Controlo forte
2	Controlo moderado
3	Controlo fraco
4	Nenhum controlo
-8	Não se aplica
-9	Não sabe/Não responde

G. Família e Vida privada

Indicador: *Frequência da participação nas decisões referentes aos principais assuntos da família: contraceção e reprodução; empréstimos bancários e poupanças; amortizações de empréstimos para a compra de habitação; compra de um novo carro; cuidados de apoio a idosos ou a crianças; participação no mercado de trabalho*

Inquérito: Statistic of Income and Living Conditions (EU-SILC)

Unidade de observação: Mulher (superior ou igual a 15 anos)

Localização no inquérito: Numa nova secção sobre assuntos familiares no final do questionário individual

Questão: Com que frequência participa na tomada de decisão relativamente aos seguintes aspectos da vida familiar:

	Sempre	Às vezes	Raramente	Nunca	Não se aplica	Não sabe/ /Não responde
Contraceção e reprodução						
Empréstimos e poupanças						
Amortizações de empréstimos para a compra de habitação						
Compra de um novo carro						
Cuidados de apoio a idosos e crianças						
Participação no mercado de trabalho						

H. Segurança

Indicador: *Distribuição de actos violentos cometidos contra mulheres vítimas de violência, por tipo de acto, tipo de agressor e local onde o acto foi cometido*

Inquérito: Statistic of Income and Living Conditions (EU-SILC)

Unidade de observação: Mulher (superior ou igual a 15 anos)

Localização no inquérito: Numa nova secção no final do questionário individual

Questão: Alguma vez foi vítima de algum tipo de violência (rapto, agressão física, hostilização sexual ou moral, abusos sexuais)?

<i>Categorias</i>	<i>Descrição</i>
1	Sim
1	Não
-9	Não sabe/Não responde

Se sim, indique o tipo de acção, o agressor e o local onde se efectivou a violência:

Tipo de violência	Agressor	Local
Rapto	Marido/parceiro Parente feminino Parente masculino Vizinho Supervisor/chefe Professor Desconhecido	Na sua própria casa No espaço de trabalho Na zona da sua residência Na escola Na rua Num outro espaço fechado
Agressão física	Marido/parceiro Parente feminino Parente masculino Vizinho Supervisor/chefe Professor Desconhecido	Na sua própria casa No espaço de trabalho Na zona da sua residência Na escola Na rua Num outro espaço fechado
Hostilização sexual	Marido/parceiro Parente feminino Parente masculino Vizinho Supervisor/chefe Professor Desconhecido	Na sua própria casa No espaço de trabalho Na zona da sua residência Na escola Na rua Num outro espaço fechado
Abuso sexual	Marido/parceiro Parente feminino Parente masculino Vizinho Supervisor/chefe Professor Desconhecido	Na sua própria casa No espaço de trabalho Na zona da sua residência Na escola Na rua Num outro espaço fechado
Hostilização moral	Marido/parceiro Parente feminino Parente masculino Vizinho Supervisor/chefe Professor Desconhecido	Na sua própria casa No espaço de trabalho Na zona da sua residência Na escola Na rua Num outro espaço fechado

COLECÇÃO ESTUDOS DE GÉNERO:

O Funcionamento dos Partidos e a Participação das Mulheres na Vida Política e Partidária em Portugal – Manuel Meirinho Martins e Conceição Pequito Teixeira, 2005

Estudo Preliminar de Caracterização da Intervenção em Agressores no Contexto da Violência em Portugal – Celina Manita, 2005

Prostituição Abrigada em Clubes (Zonas fronteiriças do Minho e de Trás-os-Montes) – Práticas, Riscos e Saúde – Manuela Ribeiro, Manuel Carlos Silva, Fernando Bessa Ribeiro, Octávio Sacramento, 2005

Género e Pobreza: Impacto e Determinantes da Pobreza no Feminino – José António Pereira (coordenação), Francisco Nunes, Amélia Bastos, Sara Falcão Casaca, Rita Fernandes, Carla Machado, 2008

